

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	5
AMBIENTE MACROECONÔMICO	26
AMBIENTE REGULATÓRIO	28
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	32
DESTINAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO	40
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES	40
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG	42
BALANÇOS PATRIMONIAIS	79
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	81
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	82
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	84
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	85
1. CONTEXTO OPERACIONAL	85
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	87
3. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	92
4. SEGMENTOS OPERACIONAIS REGULATÓRIOS	95
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	96
6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	97
7. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	98
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	99
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	101
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	103
11. INVESTIMENTOS	103
12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	110
13. ARRENDAMENTOS	117
14. FORNECEDORES	119
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	119
16. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	119
17. ENCARGOS SETORIAIS	123
18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	123
19. PROVISÕES PARA LITÍGIOS	129
20. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	136
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	136
22. RECEITAS	140
23. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	141
24. CUSTOS GERENCIÁVEIS	141
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	142
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	142
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	146
28. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	153
29. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	155
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	157
31. REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA RECEITA ANUAL PERMITIDA	157
32. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	158
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	172
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
TERMO DE RESPONSABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	175

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Também são apresentadas as Declarações dos diretores que revisaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, desenvolvemos diversas atividades e alcançamos resultados importantes em linha com nossa estratégia focada em 6 direcionadores fundamentais: encantar o cliente, criação de valor, inovação, cultura de resultados, ESG e segurança.

Encantar o cliente

Nosso foco no cliente é uma prioridade central. Investimos em projetos de eficiência energética e sustentabilidade, proporcionando soluções que atendem às necessidades específicas de cada cliente, promovendo economia e contribuindo para um futuro mais sustentável.

Desta forma, contribuímos com o crescimento da economia de Minas Gerais, transmitindo confiança e segurança à sociedade. Nossa visão de crescimento e proximidade com a sociedade se estende ao apoio à cultura mineira. Hoje, a Cemig é a maior incentivadora de cultura dentro do estado de Minas Gerais e uma das maiores do País.

Criação de valor

Concluímos em 2024 a alienação da Aliança Energia, uma transação significativa de R\$2,7 bilhões, e a alienação de usinas de pequeno porte. Esses desinvestimentos permitiram a otimização do portfólio e melhor alocação de capital, contribuindo para nosso pilar criação de valor.

Em 2024, a Companhia deu um passo significativo na expansão de sua capacidade de geração de energia renovável com a entrada em operação das usinas solares fotovoltaicas Advogado Eduardo Soares e Jusante. A UFV Advogado Eduardo Soares, localizada em Montes Claros, possui uma capacidade instalada de 85 MW, enquanto UFV Jusante, situada em São Gonçalo do Abaeté, tem capacidade de 70 MW.

Passamos pela Revisão Tarifária Periódica da transmissão, que resultou em um impacto positivo, representado por um Lajida adicional de R\$1,5 bilhão, associado, principalmente, aos investimentos realizados e à eficiência na construção dos ativos, contribuindo para nosso pilar criação de valor.

A Cemig consolidou em 2024 sua liderança na comercialização livre varejista, expandindo sua atuação e oferecendo soluções personalizadas para seus clientes. A Cemig se destacou pela flexibilidade e competitividade no mercado livre de energia, proporcionando aos consumidores maior autonomia e economia. Seus esforços em ampliar a comercialização livre varejista resultaram em um crescimento significativo na base de clientes e na diversificação das fontes de receita. Mantendo sua liderança no atendimento ao mercado livre do Brasil com 14% do *market share*.

Inovação

Em 2024, avançamos significativamente na nossa jornada de transformação digital, dentro do nosso pilar inovação.

Implementamos a nova solução: SCADA (*Supervisory Control and Data Acquisition* – Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados) da Alta Tensão em 520 subestações, fortalecendo a atividade de gestão da rede elétrica e agilizando o tempo de resposta a incidentes. Estamos em processo de modernização do nosso SAP com a atualização do ERP para o SAP S/4 Hana, com previsão de conclusão em 2025.

A Cemig lançou o Inova Cemig LAB, maior programa de inovação aberta do setor elétrico brasileiro, que ao longo dos dois primeiros editais envolveu 454 startups de 15 países e 17 estados brasileiros, promovendo cultura de inovação através do engajamento de 336 funcionários de 11 diretorias da Cemig.

Em 2024, a Cemig fechou parcerias com 20 instituições para apoiar projetos de inovação. As instituições parceiras do Inova Cemig incluem universidades, centro de pesquisa, institutos de ciência e tecnologia e hubs de inovação de Minas Gerais e de todas as regiões do Brasil. A Cemig GT fez o lançamento de 15 projetos de PDI com investimento de R\$16,1 milhões.

ESG

No campo de sustentabilidade, suportando nosso pilar ESG, a Cemig foi incluída na prestigiada “A List” do *Carbon Disclosure Project (CDP) Climate Change 2024*, obtendo pontuação máxima em 10 dos 16 critérios avaliados. Além disso, obteve 6 pontos adicionais em sua nota, segundo avaliação do *Dow Jones Sustainability Index*.

Em 2024, a Cemig atingiu a marca de 1 milhão de árvores plantadas no programa de restauração florestal, iniciado em 2019. Foram plantadas mudas de espécies nativas como ipê, pequi, cedro, jacarandá-da-bahia, entre outras no estado de Minas Gerais.

Segurança

No pilar Segurança fizemos a reformulação das regras de ouro de Saúde com o objetivo de simplificar e garantir o cumprimento das mesmas nas operações focando em 4 ações: Análise de Risco, Respeito às Leis de Trânsito, Uso de EPIs, ASTA/ABSTA (Abrir, sinalizar, testar, aterrar).

A Companhia também reconhece a segurança de suas barragens com fundamental para a segurança de suas equipes e da população do entorno de suas usinas hidrelétricas.

Em 2024, foram realizadas 183 inspeções visuais, mais de 25.400 leituras de instrumentos e mais 100 obras de manutenção preventivas e incremento de segurança. Ainda foram realizados os testes dos equipamentos extravasores existentes, que garantem a segurança operacional em período de cheias.

Cultura de resultados

Destacamos a execução de desinvestimentos de ativos não estratégicos, eficiência operacional e sustentabilidade.

Alcançamos o Lajida societário de R\$5,8 bilhões, um incremento de R\$2,4 bilhões, enquanto o lucro líquido societário aumentou em R\$1,3 bilhão. Recebemos a melhor classificação de risco de crédito, AAA, atribuída pela Fitch Ratings. Esse reconhecimento é fruto dos nossos resultados consistentes, forte geração de caixa, diversificada base de ativos e disciplina na alocação de capital. Esses marcos importantes demonstram nosso compromisso com a transformação da Companhia, que acreditamos ser a base para resultados sólidos e sustentáveis, suportando nosso pilar de cultura de resultados.

Podemos observar que o programa de investimentos da Cemig, que totaliza R\$59,1 bilhões de 2019 até 2029, está sendo executado de forma diligente, e já se encontra com mais de 60% executado ou contratado.

Dentro da nossa estratégia financeira liquidamos os *Eurobonds* em dezembro de 2024, juntamente com o respectivo instrumento financeiro derivativo de proteção.

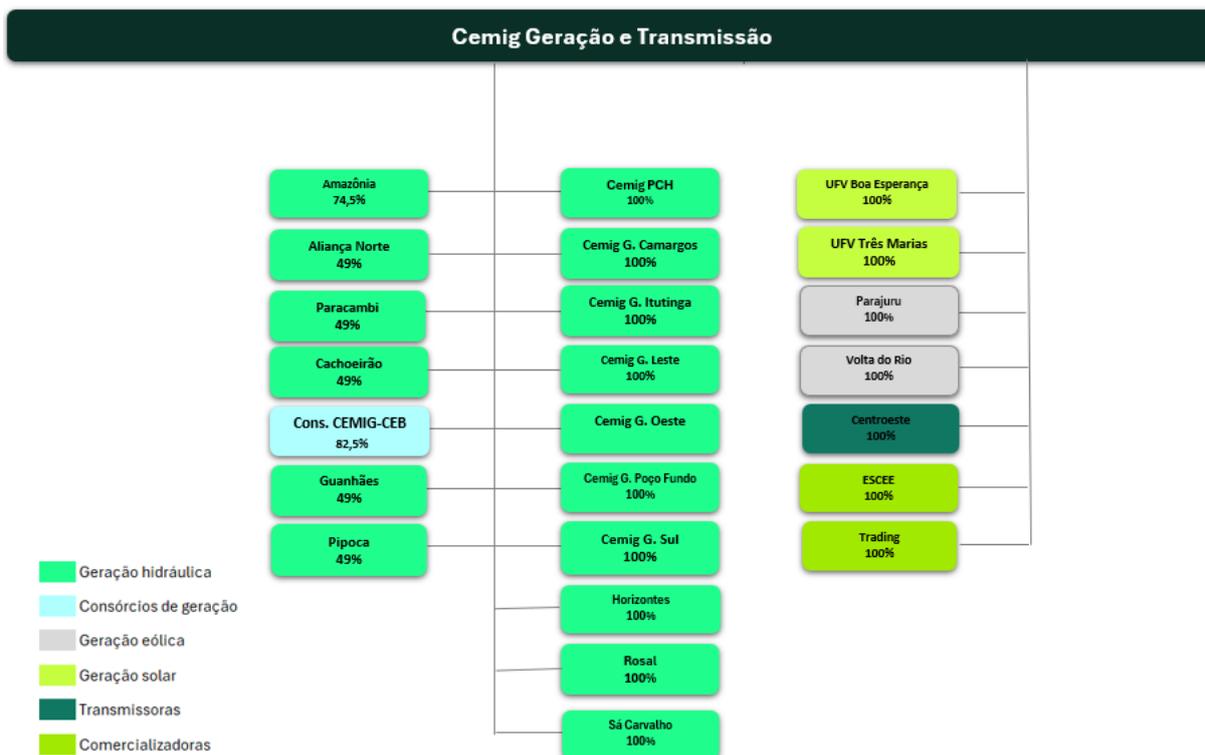
Adicionalmente declaramos, no exercício de 2024, um total de R\$3,5 bilhões em proventos, proporcionando remuneração atrativa e refletindo nosso compromisso contínuo em criar valor para nossa acionista.

Acreditamos muito no plano estratégico que foi desenhado em 2019 cujo lema era Focar e Vencer, e aqui listamos algumas entregas relevantes para cada um dos pilares do nosso plano.

Agradecemos a confiança de nossos empregados, acionista, comunidades e demais partes interessadas. Reafirmamos nosso compromisso com a geração de valor sustentável e a busca constante pela excelência na prestação de serviços.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A Cemig GT iniciou suas atividades em janeiro de 2005, como resultado do desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). Desde a sua criação, a Cemig GT sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu.



Estratégia Cemig

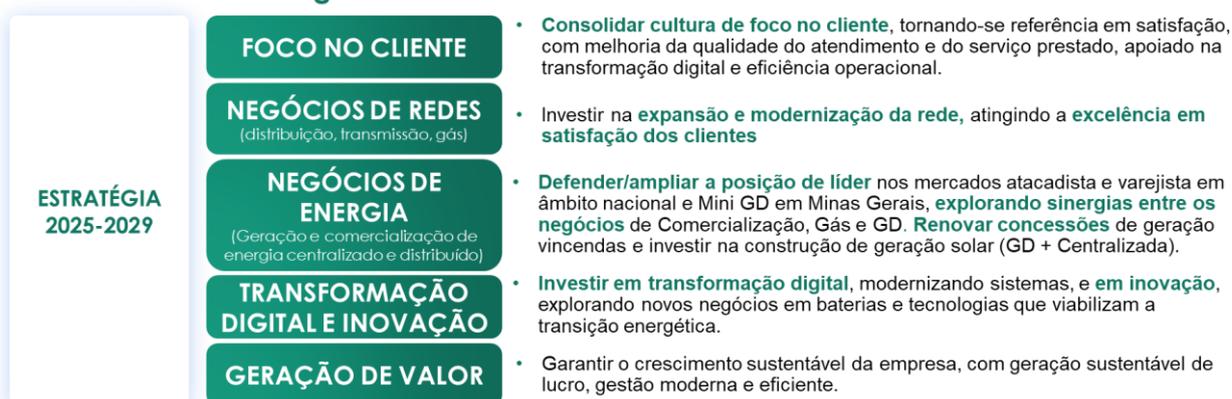
A estratégia da Cemig para o período de 2025 a 2029 foi aprovada por seu Conselho de Administração em dezembro de 2024. A estratégia visa acelerar a transformação da Companhia a partir de seis direcionadores principais, apresentados no diagrama a seguir:

Direcionadores Estratégicos



Trata-se de uma atualização da estratégia “Focar e Vencer” que está em execução desde 2020. Essa estratégia contempla o maior plano de investimento da história da Cemig, com a projeção de R\$59,1 bilhões a serem investidos entre 2019 e 2029. Essas iniciativas deverão guiar a Cemig para atingir os principais compromissos traçados, listados a seguir:

Visão Geral da Estratégia Focar e Vencer 2025-2029



Nossa missão, visão e valores

MISSÃO



Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

VISÃO



Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

VALORES



Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Princípios Éticos e Código de Conduta

Código de Conduta Cemig

O novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

NOSSOS NEGÓCIOS

Área de atuação

A Companhia atua em várias regiões do País por meio de seus segmentos operacionais, com uma maior concentração na região Sudeste.

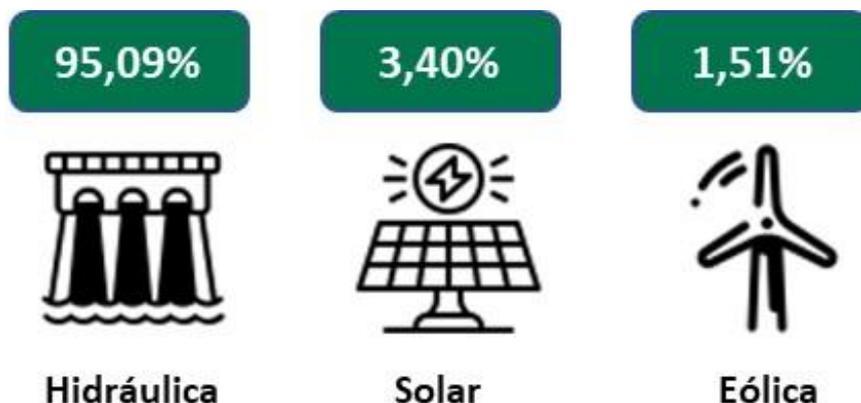
Fontes Renováveis 100% da nossa matriz energética



Geração de energia elétrica

Reforçando o compromisso de ser uma companhia sustentável, a matriz energética do parque gerador da Cemig é composta totalmente por fonte de energia limpa e renovável, por meio de empreendimentos de fonte hidráulica, solar e eólica.

Composição da matriz energética



Capacidade instalada

Considerando suas controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui participação em 48 usinas, sendo 36 hidrelétricas, 10 solares e 2 eólicas, com capacidade instalada total de 4.679 MW, conforme segue:

Usina	Capacidade instalada (MW) ¹
UHE Theodomiro Carneiro Santiago	1.192
UHE Nova Ponte	510
UHE Irapé	399
UHE Três Marias	396
UHE Salto Grande	102
UHE Queimado	87
UHE Sá Carvalho	78
UHE Rosal	55
UHE Itutinga	52
UHE Camargos	46
UHE Belo Monte	1.313
Demais Hidrelétricas	219
UFV Advogado Eduardo Soares	85
Demais Solares Fotovoltaicas	74
EOL Praias de Parajuru	29
EOL Volta do Rio	42
Total	4.679

(1) Está apresentada considerando a cota de participação da Cemig no empreendimento.

Parque gerador – características físicas

Usina	Potência total	Garantia física total	Participação o Cemig	Potência Cemig GT	Garantia física Cemig GT	Tipo de usina	Início de operação comercial	Vencimento da outorga + extensão
Emborcação	1.192,00	474,80	100,00%	1.192,00	474,80	UHE	1982	26/05/2027
Nova Ponte	510,00	256,60	100,00%	510,00	256,60	UHE	1994	12/08/2027
Irapé	399,00	197,90	100,00%	399,00	197,90	UHE	2006	19/09/2037
Queimado	105,00	64,60	82,50%	86,63	53,30	UHE	2004	12/07/2034
Volta do Rio	42,00	18,41	100,00%	42,00	18,41	EOL	2010	26/12/2031
Praias de Parajuru	28,80	8,39	100,00%	28,80	8,39	EOL	2009	24/09/2032
Poço Fundo	30,00	16,81	100,00%	30,00	16,81	PCH	1949	27/05/2052
Paraúna	4,28	1,90	100,00%	4,28	1,90	PCH	1927	Inexistente
Luiz Dias	1,62	0,61	100,00%	1,62	0,61	CGH	1914	Indeterminado
Central Mineirão	1,42	0,18	100,00%	1,42	0,18	UFV	2015	Indeterminado

Usina	Potência total	Garantia física total	Participação o Cemig	Potência Cemig GT	Garantia física Cemig GT	Tipo de usina	Início de operação comercial	Vencimento da outorga + extensão
Advogado Eduardo Soares (1)	85,00	-	100,00%	85,00	-	UFV	2024	16/08/2057
Jusante (1)	60,00	-	100,00%	60,00	-	UFV	2027	14/02/2058
Três Marias	396,00	227,10	100,00%	396,00	68,13	UHE	1962	03/01/2053
Salto Grande	102,00	73,80	100,00%	102,00	22,14	UHE	1956	03/01/2053
Itutinga	52,00	26,60	100,00%	52,00	7,98	UHE	1955	03/01/2053
Camargos	46,00	21,60	100,00%	46,00	6,48	UHE	1960	03/01/2053
Gafanhoto	14,00	6,68	100,00%	14,00	2,00	UHE	1946	03/01/2053
Martins	7,70	1,84	100,00%	7,70	0,55	UHE	1947	03/01/2053
Cajuru	7,20	2,69	100,00%	7,20	0,81	UHE	1959	03/01/2053
Peti	9,40	6,18	100,00%	9,40	1,85	UHE	1946	03/01/2053
Tronqueiras	8,50	3,39	100,00%	8,50	1,02	UHE	1955	07/12/2046
Ervália	6,97	3,19	100,00%	6,97	0,96	UHE	1999	20/04/2047
Neblina	6,47	4,66	100,00%	6,47	1,40	UHE	1948	20/04/2047
Dona Rita	2,41	1,03	100,00%	2,41	0,31	UHE	1959	19/07/2050
Sinceridade	1,42	0,35	100,00%	1,42	0,11	UHE	1963	12/03/2047
Piau	18,01	13,53	100,00%	18,01	4,06	UHE	1955	03/01/2053
Joasal	8,40	5,20	100,00%	8,40	1,56	UHE	1950	03/01/2053
Cel. Domiciano	5,04	3,26	100,00%	5,04	0,98	UHE	1994	12/04/2047
Paciência	4,08	2,36	100,00%	4,08	0,71	UHE	1930	03/01/2053
Marmelos	4,00	2,74	100,00%	4,00	0,82	UHE	1915	03/01/2053
Sá Carvalho	78,00	54,40	100,00%	78,00	54,40	UHE	1951	28/08/2026
Rosal	55,00	27,70	100,00%	55,00	27,70	UHE	1999	13/12/2035
Machado Mineiro	1,72	1,14	100,00%	1,72	1,14	PCH	1992	21/05/2027
Pai Joaquim	23,00	13,91	100,00%	23,00	13,91	PCH	2004	15/10/2033
Pipoca	20,00	11,90	49,00%	9,80	5,83	PCH	2010	07/12/2034
Cachoeirão	27,00	16,37	49,00%	13,23	8,02	PCH	2008	04/09/2033
Dores de Guanhães	14,00	7,14	49,00%	6,86	3,50	PCH	2018	10/01/2033
Senhora do Porto	12,00	6,51	49,00%	5,88	3,19	PCH	2018	19/12/2032
Fortuna II	9,00	4,66	49,00%	4,41	2,28	PCH	2019	15/01/2032
Jacaré	9,00	4,99	49,00%	4,41	2,45	PCH	2019	04/11/2032
Belo Monte	11.233,10	4.571,00	11,69%	1.313,00	534,29	UHE	2016	11/07/2046
Paracambi	25,00	19,53	49,00%	12,25	9,57	PCH	2012	05/01/2034

(1) A garantia física para UFVs são definidas para comercializar em leilões regulados, como a energia dessas usinas foi para autoprodução no mercado livre, não houve necessidade por parte do MME de calcular esses valores.

A evolução dos projetos (de melhoria e construção) está detalhada a seguir:

Projetos de usinas – evolução física e investimentos

Usina	Evolução física até 31/12/2023	Investimento realizado até 31/12/2023	Evolução física até 31/12/2024	Investimento realizado até 31/12/2024
Cemig GT	-	947.460		1.032.530
Anil	100%	1.405	100%	1.407
Emborcação	100%	13.159	100%	13.643
Igarapé	100%	1.541	100%	1.541
Irapé	100%	41.073	100%	61.861
Jacutinga	100%	828	100%	828
Lages	100%	39	100%	39
Luis Dias	100%	294	100%	375
Machado Mineiro (1)	100%	236	100%	236
Nova Ponte	100%	10.201	100%	21.889
Paraúna	100%	226	100%	249
Pisarrão	100%	22	100%	22
Poço Fundo: Realizado pela Cemig GT	100%	61.918	100%	61.918
Queimado	100%	10.392	100%	19.461
Rio de Pedras (2)	100%	24.727	100%	24.727
Salto Morais	100%	458	100%	458
Santa Luzia	100%	85	100%	85
Santa Marta	100%	26	100%	26
São Bernardo (2)	100%	1.153	100%	1.208
Sumidouro	100%	145	100%	145
Salto Grande	100%	27.170	100%	28.408
Três Marias GD (implantação UFV 2,5MW)	100%	12.557	100%	13.018
Três Marias	70%	14.244	70%	21.472
UFV Boa Esperança (realizado na Cemig GT)	48%	374.134	48%	406.371
UFV Jusante	52%	343.734	52%	343.734
Xicão	100%	819	100%	819
Outros	100%	6.554	100%	8.590
SPE proporcional	-	400.882	-	552.334
UFV Boa Esperança	-	-	94%	3.777
Baguari (Usina alienada - antiga empresa 835)	100%	39.602	100%	39.602
Cajuru	100%	43.196	100%	43.319
Camargos	100%	2.298	100%	4.694
Coronel Domiciano	100%	10.270	100%	10.762
Dona Rita	100%	1.091	100%	1.645
Eólica Parajuru	100%	27.820	100%	47.020
Eólica Volta do Rio	100%	54.651	100%	60.440
Ervália	100%	453	100%	510
Gafanhoto	100%	7.426	100%	13.938
Itutinga	100%	10.908	100%	12.137
Joasal	100%	2.661	100%	3.238

Usina	Evolução física até 31/12/2023	Investimento realizado até 31/12/2023	Evolução física até 31/12/2024	Investimento realizado até 31/12/2024
Poço Fundo	100%	320	100%	703
Marmelos	100%	7.964	100%	8.708
Martins	100%	3.641	100%	5.504
Neblina	100%	5.065	100%	5.116
Paciência	100%	27.076	100%	28.414
Pai Joaquim	100%	6.154	100%	10.785
Peti	100%	2.348	100%	15.046
Piau	100%	3.416	100%	3.574
Poço Fundo (projeto de ampliação da PCG) - Realizado pela SPE Cemig Geração Poço Fundo após resolução autorizativa nº 9.735/2021	95%	86.952	95%	107.596
Rosal	100%	10.395	100%	15.856
Sá Carvalho	100%	4.788	100%	5.093
Salto do Passo Velho (2)	100%	720	100%	745
Salto do Voltão (2)	100%	5.239	100%	5.266
Sinceridade	100%	776	100%	797
Tronqueiras	2%	925	100%	1.378
UFVF Três Marias	2%	5.200	2%	5.265
UFVF Cajuru GD	2%	16.760	2%	16.769
UFVF Emborcação GD	2%	10.436	2%	10.464
UFV Arapuá	2%	52	44%	26.624
UFV GD Igaratinga 1 e 2	2%	16	4%	1.535
UFV GD Angueretá 1 e 2	2%	22	51%	33.447
UFVF Rio Manso GD	2%	2.512	2%	2.567
Total	-	1.348.342	-	1.584.864

- (1) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.
- (2) Estas subsidiárias foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023.
- (3) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social da empresa Baguari Energia, em 6 de outubro de 2023.

Projetos de usinas – evolução física e investimentos

Usina (Sociedade de propósito específico)	Evolução física em 31/12/2023	Investimento realizado até 31/12/2023 (R\$ MM)	Evolução física em 31/12/2024	Investimento realizado até 31/12/2024 (R\$ MM)
Belo Monte (Norte Energia S.A.)	100%	1.322,24	100%	2.022,24
Lightger (PCH Paracambi)	100%	26,51	100%	26,87
PCH Dores de Guanhões	100%	88,37	100%	90,03
PCH Senhora do Porto	100%	86,23	100%	95,16
PCH Jacaré	100%	99,42	100%	100,93
PCH Fortuna II	100%	74,69	100%	76,18
Total	-	1.697,46	-	2411,41

Transmissão

No segmento de transmissão, a Companhia e suas controladas em conjunto, operam e mantêm 40 subestações e 5.060 km de linhas de transmissão, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme segue:

Transmissão	Comprimento (km)
230 kV	795
345 kV	2.083
500 kV	2.182
Total	5.060

Projetos de transmissão – características físicas

Subestação	Tensão (kV)	Extensão (KM)	Capacidade transformação (MVA)	Previsão operação comercial	Vencimento da outorga
SE Neves 1 - Substituição do Trafo T3, T4 e T5 por dois bancos com reserva (6+1R) x 250 MVA	500	-	1.500	04/10/2020	31/12/2042
SE Neves 1 - Instalação de 2 transformadores 138-13,8 kV 100 MVA, adequação do 13K e 14K	138	-	200	08/02/2021	31/12/2042
SE Neves 1 - Substituição do Reator S12 e melhorias associadas	500	-	180	26/02/2019	31/12/2042
SE Barbacena 2 - Substituição do T1 e T2 por um novo banco de autotransformadores monofásicos, 345/138 -13,8 kV (3+1R) x 100 MVA	345	-	300	11/12/2019	31/12/2042
SE Pimenta - Instalação de dois novos bancos de transformador 345/138-13,8 kV (6+1R) x100MVA e seções associadas	345	-	300	30/05/2023	31/12/2042
SE São Gonçalo do Pará - Instalação de um banco de reatores monofásicos de barra 500 kV, com unidade reserva	500	-	180	26/05/2019	31/12/2042
SE Barbacena 2 - Instalação de dois bancos de capacitores 13,8 kV - 3,6 Mvar	13,8	-	7,2	04/06/2019	31/12/2042
SE São Gotardo 2 - Instalação de banco de reatores de barra 500 kV - 180 Mvar e duas seções de 500kV	500	-	180	02/02/2020	31/12/2042
SE Jaguará 500kV - Instalação de um autotransformador trifásico 500/345-13,8 kV, 400 MVA	500	-	400	06/11/2019	31/12/2042
SE Jaguará 500kV - Instalação do novo trafo 138-13,8 kV – 15 MVA	138	-	15	31/12/2020	31/12/2042
SE Emborcação - Substituição trafo 138 kV, 15 MVA	138	-	15	15/09/2019	31/12/2042
SE Juiz de Fora 1 - Substituição dos transformadores T3, T4 e T5 por 2 bancos monofásicos 345/138-13,8kV (6+1R) x125MVA	345	-	650	20/12/2022	01/01/2042
SE Juiz de Fora 1 - Instalação de banco de capacitores 138kV 50MVAR	138	-	50	20/09/2022	01/01/2042
SE Barreiro 1 - Substituição dos Trafos T1, T2, T3 e T4 por dois novos bancos de transformador 345/138-13,8 kV (6+1R) x125MVA e seções associadas	345	-	750	01/05/2024	01/01/2042
SE Governador Valadares 2 - Substituição de 5 transformadores e adequações, SE Ipatinga 1 - Transporte e Instalação de trafo reserva 230/13,8 kV - 33,2 MVA e SE Itabira 2 - transporte de instalação de transformador reserva 230/13,8 kV - 33,2 MVA.	230	-	280,4	13/09/2022 28/08/2022 12/03/2023	01/01/2042
SE Ipatinga 1 - Substituição do transformador autotransformador trifásico regulador T4 230/138kV 225MVA	230	-	225	23/01/2023	01/01/2042
SE Emborcação - I.2.1 Instalação de uma unidade monofásica de reator reserva na SE Emborcação, 500 kV - 33,33 Mvar	500	-	33,33	18/05/2023	01/01/2042
SE Várzea da Palma 1 - 1.1 Instalação segundo transformador 138-13,8 kV - 15 MVA na SE Várzea da Palma 1	138	-	15	08/11/2021	01/01/2042
SE Neves 1 500 KV - Desmontagem e desativação dos reatores 13,8 kV, 4x50 Mvar, conectados nos terciários dos transformadores 500/345/13,8 kV da SE Neves 1. Instalação do 1º banco de reatores de barra 500kV, (3+1) x60Mvar. Instalar, na SE Neves 1, um banco de reatores de barra monofásicos RT4 500 kV - 3x60 Mvar	500	-	440	17/12/2023	01/01/2042
Instalação de unidade reserva para o banco de reatores					
Instalar, na SE Neves 1, um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT4 500kV - 3x60 Mvar.					
SE Taquaril - I.1.1 Instalação, na Subestação Taquaril, de Autotransformador Monofásico de Reserva, 345/230- 13,8 kV, 75MVA.	345	-	75	16/12/2021	01/01/2042
SE Taquaril - Bancos de capacitores em derivação 138 kV, 2x50 Mvar, e conexões e adequações.	138	-	100	22/10/2022	01/01/2042
SE Conselheiro Lafaiete 1 - instalação de um autotransformador reserva 345/138 kV - 150 MVA	345	-	150	08/12/2023	01/01/2042
SE Juiz de Fora 1 - Substituição dos autotransformadores trifásicos 345/138-13,8 kV - 3 x 150 MVA por bancos monofásicos (6+1R) x 125 MVA, Instalação de banco de capacitores 138 kV - 50 Mvar	345	-	800	26/06/2022 22/12/2022	01/01/2042
SE Itajubá 3 - Instalar um reator de barra monofásico reserva RTR1 500 kV -60 Mvar.	500	-	60	14/05/2023	

Subestação	Tensão (KV)	Extensão (KM)	Capacidade de transformação (MVA)	Previsão operação comercial	Vencimento da outorga
SE Bom Despacho 3 -Instalação de banco de reatores monofásicos (RT22) 500 kV 3x60 Mvar na SE Bom Despacho 3. Instalação de banco de reator reserva, monofásico (RTR22) 500 kV 60 Mvar na SE Bom Despacho 3.	500	-	240	24/05/2023	01/01/2042
SE Várzea da Palma 1 - Instalação segundo transformador 138-13,8 kV -15 MVA na SE Várzea da Palma 1. "Instalação segundo transformador 138-13,8 kV -15 MVA na SE Várzea da Palma 1. (Compra de Transformador Trifásico par atendimento a correspondência EPE / ONS de 16/04/21 para reforço do Sistema Elétrico Nacional - SIN relativo ao recurso autorizado na PD_GT_117_2021.)"	138	-	15	11/07/2023	01/01/2042
SE Três Marias- .1.1 Instalação do segundo transformador trifásico 138/13,8 kV - 15 MVA na SE Três Marias.	138	-	15	16/09/2024	01/01/2042
SE Neves 1: Substituição do autotransformador trifásico T1 500/345 kV, 400 MVA, por transformador trifásico de 480/576 MVA, devido final de vida útil técnica Substituição do autotransformador trifásico T2 500/345 kV, 400 MVA, por transformador trifásico de 480/576 MVA, devido final de vida útil técnica	480	-	800	18/08/2025	01/01/2042
SE Jaguará 345 kV: Substituição, na SE Jaguará-US, um banco de autotransformadores monofásicos TR7 345/138-13,8 kV - 3x50 MVA por novo banco 345/138-13,8 kV - 3x100 MVA.(Rotina- substituição - IdeMdl 8348). Substituição, na SE Jaguará-US, um banco de autotransformadores monofásicos TR8 345/138-13,8 kV - 3x50 MVA por novo banco 345/138-13,8 kV - 3x100 MVA.(Rotina-Substituição - IdeMdl 8351).	345	-	700	18/08/2025	01/01/2042
Substituir, na SE Jaguará-US, um autotransformador monofásico reserva TRR1 345/138-13,8 kV 50 MVA por outro de 100MVA.(Rotina- Substituição - IdeMdl 13162). SE GOVERNADOR VALADARES 2: Substituição do autotransformador trifásico T2 230/138/13,8 kV – 66 MVA por um banco de autotransformadores monofásicos 230/138/13,8 kV - 3 x 75 MVA. Substituição do autotransformador trifásico T4 230/138/13,8 kV – 66 MVA por um banco de autotransformadores monofásicos 230/138/13,8 kV - 3 x 75 MVA. Substituição do autotransformador trifásico 230/138 kV - 66 MVA por uma fase reserva (75 MVA) para os bancos de autotransformadores monofásicos 230/138 kV - 3x75 MVA, na SE Governador Valadares 2.	230	-	525	20/10/2025	01/01/2042
SE Montes Claros 2 Substituição do 1º autotransformador trifásico 345/138 kV, 150 MVA, pelo 1º banco de autotransformadores monofásicos 345/138 kV, 3x125 MVA, na SE Montes Claros 2. Substituição do 2º autotransformador trifásico 345/138 kV, 150 MVA, pelo 3º banco de autotransformadores monofásicos 345/138 kV, 3x125 MVA, na SE Montes Claros 2. Substituição de 01 CT (Conexão de Transformador) 138 kV, Arranjo BD4, associada ao 1º ATF 345/138 kV 3x125 MVA, na SE Montes Claros 2. Substituição de um autotransformador trifásico 345/138 kV por uma unidade reserva 345/138 kV, 1x125 MVA para compartilhamento entre o 1º e 2º banco de autotransformadores 345/138 kV, 6x125 MVA, na SE Montes Claros 2.	345	-	875	20/10/2025	01/01/2042
SE Jaguará 500 kV - Substituição do banco de reatores monofásicos de linha S7 (RT7) 3 x 33,3 Mvar – 525 kV. Substituição do banco de reatores monofásicos de linha S14 (RT14) 3 x 33,3 Mvar – 525 kV. Substituição do transformador T12 (400 MVA)* - (energizado em 25/05/2016)	500	-	400	21/03/2026	01/01/2042
SE Conselheiro Lafaiete 1 - Substituição do autotransformador T3 345/138-13,8 kV – 150/150/30 MVA, trifásico.	345	-	30	02/10/2014	01/01/2042
SE São Simão - Substituição do banco de reatores monofásicos de linha S6 (RT6) 3 x 33,3 Mvar – 525 kV. Substituição do banco de reatores monofásicos de linha S9 (RT9) 3 x 33,3 Mvar – 525 kV.		-	200	21/03/2026	01/01/2042
SE Taquaril - Substituição de 1 unidade (fase VM) do transformador T4 345-138-13,8 75 MVA. Substituição de 3 unidades (fases VM, AZ e BR) do transformador T3 345-138-13,8 kV 75 MVA cada e sistema de paralelismo kV 75 MVA e sistema de paralelismo.	345	-	300	21/03/2026	01/01/2042
SE Várzea da Palma 1: Substituição do autotransformador T4 345/138-13,8 kV 150 MVA, trifásico, regulado, por 3 unidades monofásicas, reguladas 345/138-13,8kV - 3x50 MVA. - TR 345/138 kV Várzea Palma 1 TR4 MG. Substituição do autotransformador T5 345/138-13,8 kV 150 MVA, trifásico, regulado, por 3 unidades monofásicas reguladas 345/138-13,8 kV 3x50MVA. TR 345/138 kV Varzea Palma 1 TR5 MG. Unidade monofásica reserva 345/138-13,8 kV 50 MVA, para atendimento ao TR4 e TR5 monofásicos. As desativações associadas a esta substituição devem atender ao disposto no Módulo 9 do PRORET. Foi considerada receita adicional de O&M para o novo equipamento.	345	-	350	21/03/2026	01/01/2042
SE Jaguará 345kV Instalação do Autotrafo reserva Desmontagem do autotransformador reserva dos bancos T7 e T8. Obras Cíveis Autotrafo reserva. Substituição do Autotrafo T7. Obras Cíveis Substituição do Autotrafo T7. Obra Civil - Substituição do Autotrafo T8. Substituição do Autotrafo T8	345	-	600	25/05/2027	01/01/2042
SE Bom Despacho 3 - Instalar, um banco de reatores de barra monofásicos RT5 500 kV - 180 Mvar. Instalar um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT5 500kV - 180 Mvar.	500	-	180	24/07/2026	01/01/2042
SE São Gotardo 2 - Instalar um banco de reatores de barra monofásicos RT5 500 kV - 180 Mvar. Instalar um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT5 500kV - 180 Mvar.	500	-	180	24/07/2026	01/01/2042
SE Ouro Preto 2 - Instalação do 3º Transformador de Potência de 500/138/13,8 kV, 300 MVA, trifásico (T6), na SE Ouro Preto 2. Conexão de Transformador de Potência 500 kV - DJM do 3º Transformador de Potência de 500/138/13,8 kV, 300 MVA, trifásico, na SE	500	-	300	23/04/2027	01/01/2042

Subestação	Tensão (KV)	Extensão (KM)	Capacidade transformação (MVA)	Previsão operação comercial	Vencimento da outorga
Ouro Preto 2. Conexão de Transformador de Potência 138 kV - BD4 do 3º Transformador de Potência de 500/138/13,8 kV, 300 MVA, trifásico, na SE Ouro Preto 2. Módulo de Infraestrutura 138 kV associado à instalação do 3º Transformador de Potência de 500/138/13,8 kV, 300 MVA, trifásico, na SE Ouro Preto 2.					
SE São Gonçalo do Pará - Obra de Substituição Completa: Substituição do 1º TF 500/138 kV, 3 x 200 MVA Obra de Substituição Completa: 1 CT 138 kV, Arranjo BD4. Instalar, na SE S. G. DO PARA um autotransformador monofásico reserva TRR1 500/138-13,8 KV 200 MVA. Obra de Substituição Completa: Substituição do 2º TF 500/138 kV, 3 x 200 MVA. Instalar na SE S. G. DO PARA um banco de reatores de barra monofásicos RT4 500 kV - 100 Mvar. Instalar na SE S. G. DO PARA um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT4 500kV - 100 Mvar.	500	-	1400	11/06/2027	01/01/2042
SE Três Marias - Obra de Substituição Completa: Substituição do Banco de Transformadores ATF T10 345/289 kV, 3 x 142,8 MVA, por um Banco de Transformadores ATF 345/289 kV, 3 x 150 VA, na SE Três Marias. Obra de Substituição Completa: Substituição do Transformador Reserva ATF TRR1 345/289 kV, 1 x 142,8 MVA, por um ATF 345/289 kV, 1 x 150 MVA, na SE Três Marias. Obra de Substituição Completa: Substituição do Autotransformador Trifásico T12, 289/138 kV, 150 MVA, por um Banco de Autotransformadores 289/138 kV, 3 x 100 MVA. Obra de Substituição Completa: Módulo de Manobra em barra simples, 289 kV para o ATF T12, 289/138 kV, 3 x 100 MVA. Obra de Substituição Completa: Substituição do Autotransformador Trifásico T13, 289/138 kV, 150 MVA, por um Banco de Autotransformadores 289/138 kV, 3 x 100 MVA. Obra de Substituição Completa: Módulo de Manobra em barra simples, 289 kV, para o ATF T13 da SE Três Marias, 289/138 kV, 3 x 100 MVA. Auto Transformador Reserva TRR3, 289/138 kV, 1 x 100 MVA. A unidade reserva será compartilhada pelos autotransformadores T12 e T13.	345	-	1600	11/12/2027	01/01/2042
SE Três Marias - Substituição do transformador trifásico T14 de dois enrolamentos 138 - 13,8 kV, 15 MVA, com comutador sob carga na baixa tensão.	138	-	15	19/03/2027	01/01/2042
SE Juiz de Fora 1 - Substituição do transformador trifásico T14 de dois enrolamentos 138 - 13,8 kV, 15 MVA, com comutador sob carga na baixa tensão.	138	-	15	19/03/2027	01/01/2042
SE Ouro Preto 2 - Substituição do autotransformador T2 500/345-13,8KV 400MVA	500	-	400	19/03/2027	01/01/2042
SE Emborcação - Substituição do transformador T8 138-13,8KV 15MVA. Substituição das unidades monofásicas do reator S5. Substituição das unidades monofásicas do reator S6	138	-	215	19/03/2027	01/01/2042
SE Itabira 2 - Substituição do transformador T3	69	-	32	06/03/2027	01/01/2042
SE Conselheiro Lafaiete 1 - Instalação do 1º Banco de Capacitores de 138 kV, 32,8 Mvar. Conexão em 138 kV BPT associado ao 1º Banco de Capacitores de 138 kV, 32,8 Mvar. Módulo de Infraestrutura associado ao 1º Banco de Capacitores de 138 kV, 32,8 Mvar.	138	-	33,2	09/10/2027	01/01/2042
SE Itutinga - Substituição do TR2 por 1 Trafo trifásico de 300MVA	345	-	300	21/04/2027	01/01/2042
SE Juiz de Fora 1 - Módulo de Infraestrutura de Manobra 138 kV, BPT. Módulo de Infraestrutura de Manobra 23 kV, BPT. Instalar, na SE JUIZ DE FORA 1, de uma transformação trifásica TR3 138/23 kV - 33,20 MVA. Instalar, na SE JUIZ DE FORA 1, um módulo de conexão, em 138 kV, para o transformador trifásico TR3 138/23 kV - 33,20 MVA, arranjo Barra Principal e Transferência. Instalar, na SE JUIZ DE FORA 1, um módulo de conexão, em 23 kV, para o transformador trifásico TR3 138/23 kV - 33,20 MVA, arranjo Barra Principal e Transferência.	138	-	33,2	21/04/2027	01/01/2042
SE Montes Claros 2 - Instalações no sistema de supervisão e controle.	345	-	0	20/03/2025	01/01/2042
Leilão 002/2022: Projeto 2022 LT - Verona-GV6					31/03/2028

Projetos de transmissão – evolução física e investimentos

Projetos de transmissão (R\$ Mil)	Evolução física em 31/12/2023	Investimento realizado até 31/12/2023	Evolução física em 31/12/2024	Investimento realizado até 31/12/2024
Integral				
SE Neves1: Substituição do Trafo T5 por 3x250MVA e serviços associados.	100%	22.673	100%	22.673
SE Neves 1: Substituição do Trafo T3 pela unidade reserva (1x250MVA) e serviços associados.	100%	7.560	100%	7.560
SE Neves 1: Substituição Trafo T4 por 3x250MVA e serviços associados.	100%	26.261	100%	26.261
SE Neves 1: Instalação de 3 seções de 500kV para conexão dos trafos T1 e T2 no arranjo disjuntor e meio.	100%	7.109	100%	7.109
Se Neves 1: Instalação de 2 transformadores 138-13,8 kV 100 MVA, adequação do 13K e 14K.	100%	9.548	100%	9.548
SE Neves 1: Instalação de 1 nova seção de 138kV – LT2 Cinco-Neves 1 138kV.	100%	1.304	100%	1.304
SE Neves 1: Substituição do Reator S12 e melhorias associadas.	100%	7.868	100%	7.868
SE Ipatinga 1: Alteração do arranjo do barramento 230 kV BPT para BD4 - substituição do diferencial de barras e instalação/adequação de RDPs. Substituição proteções de barras 138 kV. Instalação de GMG e Bacia Coletora GMG.	100%	2.922	100%	2.922
SE Barbacena 2: Substituição do T1 e T2 por um novo banco de autotransformadores monofásicos, 345/138 -13,8 kV (3+1R) x 100 MVA.	100%	17.652	100%	17.652
SE Pimenta: Instalação de novo banco de transformador 345/138-13,8 kV (3+1R) x100 MVA e seções associadas.	100%	26.713	100%	26.713
SE Pimenta: Substituição do transformador T2 150MVA por novo banco de autotransformadores 3 x 100MVA e desativação do T1.	100%	10.713	100%	10.713
SE Pimenta: Instalação de 1 seção de 138kV para CSN;	100%	2.430	100%	2.430
SE São Gonçalo do Pará: Instalação de um banco de reatores monofásicos de barra 500 kV, com unidade reserva, arranjo de manobra e a instalação 2 vãos de 500kV.	100%	22.840	100%	22.840
SE São Gonçalo do Pará: Instalação de 1 vão de 500kV para adequação da conexão do transformador T3.	100%	4.586	100%	4.586
SE Barbacena 2: Instalação de dois bancos de capacitores 13,8 kV - 3,6 Mvar.	100%	3.298	100%	3.298
SE São Simão: Substituição de disjuntores de 500kV.	100%	24.906	100%	24.906
SE São Gotardo 2: Instalação de banco de reatores de barra 500 kV - 180 Mvar e duas seções de 500kV (e demais obras P2 de SG2).	100%	26.039	100%	26.252
SE Jaguará 345 kV: Instalação de uma nova seção 345 kV (vão 6P) e adequações relacionadas. Adequação da LT para interligação do secundário do T13 no vão 6P.	100%	2.693	100%	2.693
SE Jaguará 500kV: Instalação de um autotransformador trifásico 500/345-13,8 kV, 400 MVA. Sistema de drenagem do autotransformador	100%	7.696	100%	7.696
SE Jaguará 500 kV - Aquisição e instalação de reator 500kV reserva.	100%	1.490	100%	1.490
SE Barreiro 1 - Substituição dos Trafos T1, T2, T3 e T4 por dois novos bancos de transformador 345/138-13,8 kV (6+1R) x125MVA e seções associadas	100%	116.599	100%	118.471
SE Mesquita: Seccionamento da LT 230 kV Porto Estrela - Ipatinga 1.	60%	5.880	80%	9.800
SE Mesquita: Adequação das proteções e das conexões dos transformadores.	60%	33.402	80%	33.835
SE Ouro Preto 2 – Individualizar vãos dos TR3 e TR4 e adequação da proteção em 500, 345 e 138 kV. Substituição do Autotransformador Trifásico T1	100%	42.077	100%	45.997
SE Governador Valadares 2 - Substituição DE 5 transformadores e adequações				
SE Ipatinga 1: TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DE TRAFOS RESERVA 230/13,8 kV - 33,2 MVA e SE ITABIRA 2 - TRANSPORTE DE INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR RESERVA 230/13,8 kV - 33,2 MVA.				
Substituição da proteção do autotransformador T1, T2, T3 e T4- 230/138-13,8 kV. Instalação de TPs no terciário do autotransformador T1, T2, T3 e T4 230/138-13,8 kV	100%	40.270	100%	62.024
Substituição de três TPs 230 kV no vão 1M e adequação da medição de corrente				
Instalação de dois TPs e substituição de um TP 230 kV nos vãos 3M, 6M				
Instalação de três TCs 230 kV no vão 4M				
SE Ipatinga 1: Substituição do transformador autotransformador trifásico regulador T4 230/138kV 225MVA	100%	11.636	100%	11.636
SE Emborcação: Instalação de uma unidade monofásica de reator reserva na SE Emborcação, 500 kV - 33,33 Mvar	100%	3.447	100%	3.447
I.1.2 Instalar o circuito LT 230 kV ITABIRA 5 /SABARA 3 C-1 MG originado do seccionamento do circuito LT 230 kV ITABIRA 2 /SABARA 3 C-1 MG na SE ITABIRA 5				
Entrada de linha saída para Sabará 3				
Infraestrutura civil - Módulo de Infraestrutura de Manobra - MIM - LT 230kV SABARA 3				
Entrada de linha saída para Itabira 2				
Infraestrutura civil - Módulo de Infraestrutura de Manobra - MIM - LT 230kV ITABIRA 2				
Substituição da proteção da LT 230 kV Itabira 2 - Itabira 5				
Substituição da proteção da LT 230 kV Itabira 5 - Sabará 3				
Teleproteção da LT 230 kV Itabira 5 - Sabará 3	5%	180	20%	18.015
Adequação da teleproteção da LT 230 kV Sabará 3 - Itabira 5				
Substituição do sistema de rádio enlace SE Sabará 3 - SE Taquaril				
Adequação da teleproteção da LT 230 kV Itabira 2 - Itabira 5				
Substituição do sistema de rádio enlace SE Taquaril - SE Sabará 3				
Secionamento da LT 230 kV Itabira 2 - Sabará 3, contemplando a construção de novos trechos de LT em circuito duplo até a SE Itabira 5				
Secionamento da LT 230 kV Itabira 2 - Sabará 3, contemplando a construção de novos trechos de LT em circuito duplo até a SE Itabira 5				
SE Várzea da Palma 1: Instalação segundo transformador 138-13,8 kV - 15 MVA. Conexão do segundo transformador 13,8 kV. Adequações para conexão em 138 kV do segundo transformador 138/13,8 kV. Complementação do módulo de infraestrutura geral devido a instalação do módulo de conexão em 13,8 kV do segundo transformador 138/13,8 kV - 15 MVA.	100%	10.889	100%	10.889

Projetos de transmissão (R\$ Mil)	Evolução física em 31/12/2023	Investimento realizado até 31/12/2023	Evolução física em 31/12/2024	Investimento realizado até 31/12/2024
SE Neves 1 500 KV: Desmontagem e desativação dos reatores 13,8 kV, 4x50 Mvar, conectados nos terciários dos transformadores 500/345/13,8 kV. Instalação do 1º banco de reatores de barra 500kV, (3+1) x60Mvar. Instalação de um banco de reatores de barra monofásicos RT4 500 kV - 3x60 Mvar. Instalação de unidade reserva para o banco de reatores. Instalação de um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT4 500kV - 3x60 Mvar.	10%	13.266	100%	29.602
SE Taquaril - Bancos de capacitores em derivação 138 kV, 2x50 Mvar, e conexões e adequações.				
I.1.1 Instalação, na Subestação Taquaril, de Autotransformador Monofásico de Reserva, 345/230-13,8 kV, 75MVA.	100%	27.382	100%	27.382
Bacia coletora de água e óleo para Instalação de um autotransformador monofásico reserva para o banco T6				
SE Conselheiro Lafaiete 1: Instalação de 2 conexões de transformador de 345 kV para individualização da manobra dos transformadores 345/138 kV T3 e T4 e substituição das proteções do barramento de 345 kV.	100%	12.300	100%	12.300
SE Conselheiro Lafaiete 1: instalação de um autotransformador reserva 345/138 kV - 150 MVA	100%	898	100%	1050
SE Juiz de Fora 1: Substituição dos autotransformadores trifásicos 345/138-13,8 kV - 3 x 150 MVA por bancos monofásicos (6+1R) x 125 MVA, instalação de banco de capacitores 138 kV - 50 Mvar, instalação de uma conexão de transformador de 138 kV para o Transformador 138/23 kV (T1) e substituição das proteções diferenciais do barramento de 138 kV. Instalação de GMG e Adequação do Sistema de Comutação Automática de Fontes. Bacia coletora do GMG.	98%	69.450	100%	70.773
SE Irajubá 3 - Instalação um reator de barra monofásico reserva RTR1 500 kV -60 Mvar.	20%	3.555	100%	7.861
Lançamento de cabo OPGW - LT Ipatinga 1 – Timóteo 2 - 230 KV	100%	279	100%	279
SE São Simão: Instalação de seccionador de 500kV da saída para Água Vermelha. Instalação de seccionador de 500kV da saída para Itumbiara. Instalação de seccionador de 500kV da saída para Jaguará. Substituição da proteção diferencial de barras de 500kV. Instalação de GMG com automatismo de serviço auxiliar	100%	5.947	100%	10.404
SE Emborcação: Substituição da proteção diferencial de barras de 500kV.	100%	4.417	100%	4.417
SE Emborcação: Substituição do transformador T9, 138-13,8 Kv. Bacia coletora de água e óleo em concreto armado.	100%	2.880	100%	2.880
SE Emborcação: Substituição das proteções diferencial dos trafos T6 e T7 500-138 Kv. Protocolo de Proteção - substituição da proteção do reator S5 e S6, instalação de bornes seccionáveis.	100%	3.871		3.871
SE Barbacena 2: Protocolo de proteção - Substituição da proteção diferencial de barras de 138kV. Instalação de GMG.	100%	1.455		1.455
SE Itabira 2: Substituição das proteções do trafo T2, Instalação de GMG, Instalação de painel de comutação automática de fontes.	5%	5	100%	110
SE Itajubá 3: Instalação de proteção diferencial de barras 500kV.	5%	34	50%	1551
SE Itutinga: Substituição das proteções no autotransformador T1 e T2 345/138kV. Instalação de 3 TCs de 345kV para o autotransformador T1 e T2 345/138kV. Instalação de GMG.	95%	3.115	100%	4.020
SE Jaguará 345 kV: Substituição da proteção do autotransformadores T7 e T8 345/138 Kv; Instalação de novos TCs de 345kV, 138kV E 13,8kV - T7 e T8; Substituição de TCs de 345kV - vão 2P, 3P; Instalação de GMG; Instalação painel de automatismo do serviço auxiliar	75%	2.600	80%	5.264
SE Jaguará 500 kV: Substituição dos disjuntores de 500kV -7U4; Substituição da proteção diferencial de barras de 500 kV e proteções 3U50BF e 8U50BF; Substituição da proteção do T13, S7, S14; Substituição da proteção e controle do S10 e Sistema de Proteção contra incêndio. Instalação de novos TCs de 500 kV – S10. Substituição da proteção do S9, S13, T12 e T11	75%	12.948	90%	14.028
SE Conselheiro Lafaiete 1: Instalação de GMG; Bacia coletora do GMG; Instalação de painéis de comutação automática de fontes; Instalação de TC de neutro (T4) e monitoramento dos trafos T3 e T4 e adequação da proteção do T6 e do vão 10K	100%	2.427		2.427
SE Mesquita: Substituição de TCs 230 kV - Vão 16M, 17M, 19M, 21M e 23M; Substituição das proteções dos trafos T1, T2 e T3 500/230 Kv; Independência dos circuitos de medição dos de proteção do CS1; Instalação de RDP para supervisão dos trafos 1, 2 e 3 500/230 KV e CS 1	95%	4.347	100%	8.835
SE Ouro Preto 2: Substituição da proteção dos trafos T1, T2 e T4; Adeq seção conex 500 kV do transf T1; Substituição da proteção reator S3; Proteção falha de disjuntor vão 7U.	100%	6.626		6.718
SE São Gonçalo do Pará - Atendimento ao Protocolo de Proteção.	100%	694		694
SE Taquaril: Instalação de TCs de 13,8kV para o autotransformadores T1, T2, T3, T4 e T5 e Instalação de TP 230kV na barra 2.	100%	866		866
SE Timóteo 1				
Protocolo de Proteção - Substituição das Proteções do Trafo T1	0%	0	5%	3
Protocolo de Proteção - Substituição das Proteções do Trafo T2				
Protocolo de Proteção - Instalação de GMG e Comutação Automática de Fontes				
SE Três Marias: Substituição dos TC's 300kV vãos 3P, 4P, 5P, 8P, 11P,13P,14P; Substituição dos TC's 345kV vãos 11P,13P,14P; Adequação das teleproteções da LT Várzea da Palma 1 - Três Marias; Substituição da proteção principal da LT 345 kV Três Marias - São Gotardo 2 e duplicação do sistema de energia de telecomunicações.	10%	805	40%	5154
SE Várzea da Palma 1: Instalação de novas proteções digitais para o autotransformador T3, T4 e T5; Adequação das teleproteções da LT Várzea da Palma 1 - Três Marias e substituição da proteção da LT 345 kV Três Marias	100%	3.919	100%	3.919
SE Várzea da Palma 1: Substituição dos seccionadores 7K3, 7K5/7K5T, 12K3, 12K5/12K5T, 12K6, 8K3, 8K5/8K5T, 8K6, 14K3, 14K5, 14K6, 16K3, 16K5/16K5T, 16K6, 17K3, 17K5/17K5T e 17K6.	100%	3.308	100%	3.308
SE Várzea da Palma 1: Substituição do disjuntor 13K4, do disjuntor 12K4 e do disjuntor 7K4	100%	1.165	100%	1.165
SE IPATINGA 1				
SE Ipatinga 1 - Adequação do vão 9M, atual seção de entrada de linha, para seção de conexão de transformador	2%	26	10%	3.542
SE Ipatinga 1 - Adequações no vão 7M				
SE Ipatinga 1 - Instalação de seção de transferência 13,8kV no vão 119F				

Projetos de transmissão (R\$ Mil)	Evolução física em 31/12/2023	Investimento realizado até 31/12/2023	Evolução física em 31/12/2024	Investimento realizado até 31/12/2024
SE Ipatinga 1 - Adequações no vão 111F Infraestrutura civil - Módulo de Infraestrutura de Manobra Alteração da configuração das LTs 230 kV Ipatinga 1 - Usiminas e Ipatinga 1 - Mesquita (C2) SE Bom Despacho 3 -TK Reatores Lote 1. Instalação de banco de reatores monofásicos (RT22) 500 kV 3x60 Mvar. Instalação de banco de reator reserva, monofásico (RTR22) 500 kV 60 Mvar. Instalação conexão de reator de barra RT22, 500 kV, DJM. Infraestrutura Civil.	50%	14.361	100%	29.640
SE Mesquita Adequação das proteções do vão 18M Instalação de medição de faturamento no vão 18M Adequação das proteções do vão 16M SE Itajubá 3 Substituição do seccionador 9U8/9U8T Instalação de TCs de 138kV para o transformador T1 - vão 9K Instalação de TCs de 138kV para o transformador T2 - vão 4K Monitoramento das correntes de fase (lado 13,8kV) e de ground dos transformadores T1 e T2	0%	0	10%	985
SE Itutinga Instalação de 3 TCs de 138kV para o autotransformador T1 345/138kV Instalação de 3 TCs de 138kV para o autotransformador T2 345/138kV	90%	0	100%	355
SE Juiz de Fora 1: Substituição do Trafo T102	100%	281	100%	281
SE Taquaril: Instalação de TP 230kV na barra 2	100%	140	100%	140
SE Ouro Preto 2: Adeq seção de conexão 345 kV do transf T2 e Adeq da conex 13,8 kV do transf T2	100%	1.100	100%	1.100
SE Conselheiro Lafaiete 1: Substituição de Equipamentos do Vão 1K, do Vão 4K, do Vão 5K, do Vão 7K, do Vão 8K, do Vão 11K e do Vão 12K.	100%	140	100%	140
SE Várzea da Palma 1: Instalação segundo transformador 138-13,8 kV -15 MVA; Compra de Transformador Trifásico par atendimento a correspondência EPE / ONS de 16/04/21 para reforço do Sistema Elétrico Nacional - SIN; Adequações para conexão em 138 kV do segundo transformador 138/13,8 kV existente, conforme indicação do ONS e EPE. Conexão do segundo transformador 13,8 kV. Complementação do módulo de infraestrutura geral devido a instalação do módulo de conexão em 13,8 kV do segundo transformador 138/13,8 kV - 15 MVA. Infraestrutura civil setor 138 kV e de 13,8 kV.	50%	4.241	100%	7.643
SE Três Marias: Instalação do segundo transformador trifásico 138/13,8 kV - 15 MVA. Complementação do Módulo Geral com um módulo de infraestrutura associado a conexão de 138 kV do transformador T16. Módulo de conexão do transformador TR16 138 kV - BPT. Instalação de conexão de transformador 13,8 kV - BPT (T16). Adequação do módulo de conexão do transformador T14 138 kV - BPT devido a entrada em operação do TR16 (138/13,8kV). Instalação de conexão de transformador 13,8 kV - BPT (T14). Instalação de módulo de interligação de barramentos 13,8 kV - BPT. Instalação de conexão de banco de capacitores 13,8 kV - BPT. Instalação de Banco de Capacitores 13,8 kV - 3,6 Mvar. Complementação do Módulo Geral com 2 módulos de infraestrutura associados a conexão de 13,8 kV do transformador T16 e do banco de capacitores. Adequação do sistema de supervisão e controle conduzido para Complementação do Módulo Geral com um módulo de infraestrutura associado a conexão de 138 kV do transformador T16.	15%	1.296	90%	15.510
SE Neves 1: Instalação da fase reserva do reator S12 e MIG - Bacia coletora para instalação da fase reserva do reator S12.	100%	1.576		1.576
SE GOVERNADOR VALADARES 2: Substituição do autotransformador trifásico T2 230/138/13,8 kV - 66 MVA por um banco de autotransformadores monofásicos 230/138/13,8 kV - 3 x 75 MVA. Substituição do autotransformador trifásico T4 230/138/13,8 kV - 66 MVA por um banco de autotransformadores monofásicos 230/138/13,8 kV - 3 x 75 MVA. Substituição do autotransformador trifásico 230/138 kV - 66 MVA por uma fase reserva (75 MVA) para os bancos de autotransformadores monofásicos 230/138 kV - 3x75 MVA, na SE Governador Valadares 2.	0%	-	5%	5
SE MONTES CLAROS 2: Substituição do 1º autotransformador trifásico 345/138 kV, 150 MVA, pelo 1º banco de autotransformadores monofásicos 345/138 kV, 3x125 MVA, na SE Montes Claros 2. Substituição do 2º autotransformador trifásico 345/138 kV, 150 MVA, pelo 3º banco de autotransformadores monofásicos 345/138 kV, 3x125 MVA, na SE Montes Claros 2. Substituição de 01 CT (Conexão de Transformador) 138 kV, Arranjo BD4, associada ao 1º ATF 345/138 kV 3x125 MVA, na SE Montes Claros 2. Substituição de um autotransformador trifásico 345/138 kV por uma unidade reserva 345/138 kV, 1x125 MVA para compartilhamento entre o 1º e 2º banco de autotransformadores 345/138 kV, 6x125 MVA, na SE Montes Claros 2.	0%	-	20%	643
SE Jaguará 500 kV: Substituição do banco de reatores monofásicos de linha S7 (RT7) 3 x 33,3 Mvar - 525 kV. Substituição do banco de reatores monofásicos de linha S14 (RT14) 3 x 33,3 Mvar - 525 kV. Substituição do transformador T12 (400 MVA)	50%	6.332	60%	7.970
SE Conselheiro Lafaiete 1 - Substituição do autotransformador T3 345/138-13,8 kV - 150/150/30 MVA, trifásico.	100%	2.536	100%	2.536
SE São Simão: Substituição do banco de reatores monofásicos de linha S6 (RT6) 3 x 33,3 Mvar - 525 kV. Substituição do banco de reatores monofásicos de linha S9 (RT9) 3 x 33,3 Mvar - 525 kV. SE Taquaril: Substituição de 1 unidade (fase VM) do transformador T4 345-138-13,8 kV 75 MVA e sistema de paralelismo Relé de controle automático de tensão (relé 90) do banco de transformadores. Construção de duas novas paredes corta fogo. Construção de bacia coletora e interligação com o sistema. Bacia Coletora para 1 unidade (fase VM) do transformador T4 345-138-13,8 kV 75 MVA. Substituição de 1 unidade (fase reserva) do transformador T3 e T4 345-138-13,8 kV 75 MVA e sistema de paralelismo Construção de nova paredes corta fogo. Construção de bacia coletora e interligação com o sistema. Bacia Coletora para 1 unidade (fase reserva) do transformador T3 e T4 345-138-13,8 kV	50%	14	60%	1.590
	10%	236	60%	15.030

Projetos de transmissão (R\$ Mil)	Evolução física em 31/12/2023	Investimento realizado até 31/12/2023	Evolução física em 31/12/2024	Investimento realizado até 31/12/2024
75 MVA. Substituição de 3 unidades (fases VM, AZ e BR) do transformador T3 345-138-13,8 kV 75 MVA cada e sistema de paralelismo Relé de controle automático de tensão (relé 90) do banco de transformadores. Construção de três novas paredes corta fogo. Construção de bacias coletoras e interligação com o sistema. Bacias Coletoras para 3 unidades (fases VM, AZ e BR) do transformador T3 345-138-13,8 kV 75 MVA. Substituição de 1 unidade (fase AZ) do transformador T1 o 345/230-13,8 kV 75 MVA e sistema de paralelismo Relé de controle automático de tensão (relé 90) do banco de transformadores. Construção de duas novas paredes corta fogo. Construção de bacia coletora e interligação com o sistema. Bacia Coletora para 1 unidade (fase AZ) do transformador T1 o 345/230-13,8 kV 75 MVA. Substituição de 1 unidade (fase reserva) do transformador T1 345-230-13,8 kV 75 MVA. Bacia Coletora para Substituição de 1 unidade (fase reserva) do transformador T1 345-138-13,8 kV 75 MVA				
SE Timóteo 1: Substituição do Banco de Capacitores 13,8 kV C2. Substituição do Banco de Capacitores 13,8 kV C3. Substituição do Banco de Capacitores 13,8 kV C5.	0%	-	2%	14
SE Jaguará 345kV: Instalação do Autotrafo reserva; Desmontagem do autotransformador reserva dos bancos T7 e T8. Obras Civis_Autotrafo reserva. Substituição do Autotrafo T7. Obras Civis_Substituição do Autotrafo T7. Obra Civil - Substituição do Autotrafo T8. Substituição do Autotrafo T8	0%	-	2%	367
SE Bom Despacho 3 - Instalar, um banco de reatores de barra monofásicos RT5 500 kV - 180 Mvar. Instalar um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT5 500kV - 180 Mvar.	0%	-	2%	144
SE Ouro Preto 2: Substituição do autotransformador T2 500/345-13,8kV 400MVA		-	1%	13
SE Emborcação: Substituição do transformador T8 138-13,8kV 15MVA; Substituição das unidades monofásicas do reator S5; Substituição das unidades monofásicas do reator S6			1%	3
SE Itabira 2: Complementação do vão 7J; Complementação do vão 10I; Instalação de conexão de transformador 13,8kV (204F); Instalação de interligação de barras 13,8kV (vão 206F); Protocolo de proteção - Substituição dos TPs da barra principal 230kV e adequações nas proteções dos vãos 2M e 5M (Substituição de 3 TPs 1 da barra 230 kV)				
Protocolo de proteção - Substituição dos TPs da barra principal 230kV e adequações nas proteções dos vãos 2M e 5M (Substituição de 3 TPs 1 da barra 230 kV); Instalação de TCs 230 kV para T1; Instalação de TCs 230 kV para T2 e Substituição de TC 13,8 kV para T2	0%	-	2%	316
SE Jaguará 345 kV: Substituição dos seccionadores 1K1 E 1K5/5T; Substituição dos seccionadores 1K1 E 1K5/5T; Substituição dos seccionadores 2K1 E 2K5/5T; Substituição dos seccionadores 2K1 E 2K5/5T; Substituição dos seccionadores 3K1 E 3K5/5T; Substituição dos seccionadores 3K1 E 3K5/5T; Substituição dos seccionadores 4K1 E 4K5; Substituição dos seccionadores 4K1 E 4K5; Substituição dos seccionadores 5K1 E 5K5; Substituição dos seccionadores 5K1 E 5K5; Substituição dos seccionadores 6K1 E 6K5; Substituição dos seccionadores 6K1 E 6K5; Substituição dos seccionadores 9K1 E 9K5/5T e Substituições dos seccionadores 9K1 E 9K5/5T	0%	-	2%	198
SE Itabira 2: Substituição do transformador T3	0%	55	2%	255
SE Montes Claros 2: instalações no sistema de supervisão e controla	0%	-	1%	16
Leilão 002/2022: Projeto LT - Verona -GV6	4%	9.390	11%	36.866
Total		731.247		910.613

Garantia física realizada e esperada

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025	2026	2027	2028	2029
Emborcação	474,80	474,80	474,80	474,80	189,92	-	-
Nova Ponte	256,60	256,60	256,60	256,60	157,48	-	-
Irapé	197,90	197,90	197,90	197,90	197,90	197,90	197,90
Queimado	53,30	53,30	53,30	53,30	53,30	53,30	53,30
Volta do Rio	18,41	18,41	18,41	18,41	18,41	18,41	18,41
Praias de Parajuru	8,39	8,39	8,39	8,39	8,39	8,39	8,39
Rio de Pedras	2,15	-	-	-	-	-	-
Poço Fundo	16,81	16,81	16,81	16,81	16,81	16,81	16,81
São Bernardo	3,42	-	-	-	-	-	-
Paraúna	1,90	1,90	1,90	1,90	1,90	1,90	1,90
Salto Morais	0,60	-	-	-	-	-	-
Sumidouro	0,53	-	-	-	-	-	-
Anil	1,10	-	-	-	-	-	-
Xicão	0,61	-	-	-	-	-	-
Luiz Dias	0,61	0,61	-	-	-	-	-
Central Mineirão	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18
Santa Marta	0,58	-	-	-	-	-	-
Pissarrão	0,55	-	-	-	-	-	-
Jacutinga	0,57	-	-	-	-	-	-
Três Marias	68,13	68,13	68,13	68,13	68,13	68,13	68,13
Salto Grande	22,14	22,14	22,14	22,14	22,14	22,14	22,14
Itutinga	7,98	7,98	7,98	7,98	7,98	7,98	7,98
Camargos	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48
Gafanhoto	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Martins	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55
Cajuru	0,81	0,81	0,81	0,81	0,81	0,81	0,81
Peti	1,85	1,85	1,85	1,85	1,85	1,85	1,85

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025	2026	2027	2028	2029
Tronqueiras	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02
Ervália	0,96	0,96	0,96	0,96	0,96	0,96	0,96
Neblina	1,40	1,40	1,40	1,40	1,40	1,40	1,40
Dona Rita	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31
Sinceridade	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11
Piau	4,06	4,06	4,06	4,06	4,06	4,06	4,06
Joasal	1,56	1,56	1,56	1,56	1,56	1,56	1,56
Cel. Domiciano	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98
Paciência	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71
Marmelos	0,82	0,82	0,82	0,82	0,82	0,82	0,82
Sá Carvalho	54,40	54,40	54,40	35,77	-	-	-
Rosal	27,70	27,70	27,70	27,70	27,70	27,70	27,70
Salto Voltão	7,36	-	-	-	-	-	-
Salto do Passo Velho	1,64	-	-	-	-	-	-
Machado Mineiro	1,14	1,14	1,14	-	-	-	-
Pai Joaquim	13,91	13,91	13,91	13,91	13,91	13,91	13,91

Modelo de negócio e condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 01/Jan/2024	Preço no ACR em 01/Jan/2024	Data e índice de reajuste no ACR
Integral e Compartilhada			
ANIL	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
CAJURU (CEMIG)	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 7.193 mil	(1)
CAMARGOS	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 34.866 mil	(1)
CORONEL DOMICIANO	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 8.314 mil	(1)
DONA RITA	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 3.118 mil	(1)
ERVALIA	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 8.635 mil	(1)
GAFANHOTO	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 13.621 mil	(1)
IGARAPE	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
IRAPE	97,8% ACR até 31/12/2038	R\$ 313,69 por MWh	Várias datas/ IPCA
ITUTINGA	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 46.049 mil	(1)
JACUTINGA	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
JOASAL	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 10.261 mil	(1)
MARMELOS	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 5.739 mil	(1)
MARTINS	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 6.004 mil	(1)
MINEIRÃO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
NEBLINA	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 9.868 mil	(1)
NOVA PONTE	100% ACL	Não aplicável	Várias datas/ IPCA
PACIENCIA	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 5.833 mil	(1)
PANDEIROS	100% ACL	Não aplicável	Várias datas/ IPCA
PARAUNA	100% ACL	Não aplicável	Várias datas/ IPCA
PETI	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 11.876 mil	(1)
PIAU	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 22.355 mil	(1)
PIÇARRÃO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
POCO FUNDO	65% ACR até 31/12/2052	R\$ 242,76 por MWh	Não aplicável
POQUIM	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
QUEIMADO - CEMIG	98,2% ACR até 31/12/2038	R\$ 313,69 por MWh	Várias datas/ IPCA
RIO DE PEDRAS	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SALTO DE MORAES	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SALTO GRANDE (CEMIG)	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 96.012 mil	(1)
SANTA MARTA	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SAO BERNARDO(CEMIG)	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SINCERIDADE	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 1.711 mil	(1)
SUMIDOURO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
TEODOMIRO C SAMPAIO	100% ACL	Não aplicável	Várias datas/ IPCA
TRES MARIAS	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 307.397 mil	(1)
TRONQUEIRAS	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 8.403 mil	(1)
XICÃO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável

- (1) Reajuste pelo IPCA em ocorreu em julho de 2024, atualização dos custos de transmissão em julho de 2024. Conforme Edital do leilão após primeiro ano 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão. Dessa forma a RAG representa apenas a parcela Regulada da receita (70% da energia, sendo os demais 30% de livre dispor de cada usina).

Linhas de transmissão em operação – características físicas

Linha de transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade de transmissão (A)	Início operação comercial	Vencimento da outorga
Acesita – Ipatinga 1	duplo	230	16,036	250	22.09.1976	01/01/2043
Água Vermelha - São Simão	simples	500	96,294	2.026	13/11/1978	01/01/2043
Aimorés - Mascarenhas (LT2)	simples	230	11,599	340	14/11/2007	01/01/2043
Aperam - Timoteo 2	duplo	230	3,95	250	16/01/2024	01/01/2043
Baguari - Governador Valadares 2	simples	230	25,519	330	21/08/2009	01/01/2043
Baguari - Mesquita	duplo	230	67,511	250	21/08/2009	01/01/2043
Barão de Cocais 3 - João Monlevade 2	duplo	230	34,61	303	13/12/2005	01/01/2043
Barão de Cocais 3 - Taquaril	duplo	230	46,035	303	26/12/2005	01/01/2043
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold	duplo	230	15,14	250	03/11/2013	01/01/2043
Barbacena 2 - Lafaiete	simples	345	62,48	770	14/05/1981	01/01/2043
Barbacena 2 - Pimenta	simples	345	231,04	862	26/04/1976	01/01/2043
Barbacena 2 - Santos Dumont 2	simples	345	44,9	1.123	05/02/2013	01/01/2043
Barreiro - Betim 6	simples	345	37,08	570	07/09/2023	01/01/2043
Barreiro - Taquaril	simples	345	17,6	597	25/06/1971	01/01/2043
Betim 6 - Neves 1	duplo	345	19,26	853	07/09/2023	01/01/2043
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT1)	simples	500	228,168	2.442	19/04/2004	01/01/2043
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT2)	simples	500	228,409	2.442	03/05/2004	01/01/2043
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT1)	simples	500	127,521	2.442	19/04/2004	01/01/2043
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT2)	simples	500	127,657	2.442	03/05/2004	01/01/2043
Bom Despacho 3 - São Gonçalo do Pará	simples	500	59,056	2.442	05/04/2004	01/01/2043
Bom Despacho 3 - São Gotardo 2	simples	500	91,306	2.442	03/05/2004	01/01/2043
Braúnas - Itabira 2	duplo	230	73,4	303	12/06/2022	01/01/2043
Braúnas - Porto Estrela	duplo	230	12,2	303	12/06/2022	01/01/2043
Cachoeira Paulista - Itajubá 3	simples	500	3,017	2.533	01/04/2002	04/10/2030
Emborcação - Itumbiara	simples	500	134,561	2.442	07/06/1982	01/01/2043
Emborcação - Nova Ponte	simples	500	86,838	2.442	03/11/1994	01/01/2043
Emborcação - São Gotardo	simples	500	248,44	2.442	25/06/1989	01/01/2043
Furnas - Pimenta	simples	345	61,03	1.123	25/03/2010	04/03/2035
Governador Valadares 2 - Governador Valadares 6	simples	230	5,12	478	21/04/2021	01/01/2043
Governador Valadares 6 - Mesquita	duplo	230	95,312	280	21/04/2021	01/01/2043
Guilman Amorim - Ipatinga 1	simples	230	50	380	22/09/1997	01/01/2043
Guilman Amorim - Nova Era 2	simples	230	17,82	303	22/09/1997	01/01/2043
Ipatinga - Porto Estrela	simples	230	43,84	303	29/08/2001	01/01/2043
Ipatinga - Usiminas	duplo	230	5,4	478	18/04/1984	01/01/2043
Ipatinga 1 - Mesquita (LT1)	duplo	230	3,4	350	01/07/1981	01/01/2043
Ipatinga 1 - Mesquita (LT2)	duplo	230	3,4	478	29/03/1984	01/01/2043
Ipatinga 1 - Timoteo 2	duplo	230	13,4	250	04/02/2024	01/01/2043
Itabira 2 - Itabira 5	duplo	230	17,57	355	26/05/2022	01/01/2043
Itabira 2 - Joao Monlevade 4	simples	230	28,423	303	20/02/2022	01/01/2043
Itabira 2 - Nova Era 2	duplo	230	23,22	303	18/06/1991	01/01/2043
Itabira 2 - Sabará 3	duplo	230	70,77	303	05/08/2007	01/01/2043
Itabira 4 - Itabira 5	duplo	230	5,58	354	23/05/2022	01/01/2043
Itabira 4 - Taquaril	duplo	230	81,519	303	14/07/2013	01/01/2043
Itabira 5 - Mesquita	simples	500	86,39	2686	11/04/2022	01/01/2043
Itabira 5 - Vespasiano 2	simples	500	62,75	2686	11/04/2022	01/01/2043
Itabirito 2 - Jeceaba	duplo	345	57,5	770	10/04/2014	01/01/2043
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 345kV	duplo	345	4,6	700	10/04/2014	01/01/2043
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 500kV	simples	500	5,23	2442	30/07/2014	01/01/2043
Itabirito 2 - São Gonçalo do Pará	simples	500	120,63	2442	30/07/2014	01/01/2043
Itajubá 3 - Poços de Caldas	simples	500	3,49	2.533	01/04/2002	04/10/2043
Jaguara - Nova Ponte	simples	500	105,585	2.442	01/09/1994	01/01/2043
Jaguara - Pimenta (LT1)	simples	345	181,86	700	20/11/1971	01/01/2043
Jaguara - Pimenta (LT2)	simples	345	182,05	700	06/03/1975	01/01/2043
Jaguara - São Simão	simples	500	342,711	2.026	24/06/1978	01/01/2043
Jaguara - Volta Grande	simples	345	89,31	866	25/04/1974	01/01/2043
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT1)	simples	345	0,701	1050	01/07/1977	01/01/2043
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT2)	simples	345	0,461	1050	01/07/1977	01/01/2043
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT3)	simples	345	1,196	1050	01/07/1977	01/01/2043
Jaguara - L. C. Barreto (Estreito)	simples	345	23,971	556	23/04/1974	01/01/2043
Jeceaba - Lafaiete	duplo	345	27,571	770	03/08/2010	01/01/2043
João Monlevade 2 - João Monlevade 4	simples	230	4,524	303	20/02/2022	01/01/2043
Juiz de Fora 1 - Santos Dumont 2	simples	345	33,03	1.123	05/02/2013	01/01/2043
Mesquita - Usiminas	duplo	230	8,6	350	18/04/1984	01/01/2043
Montes Claros 2 - Várzea da Palma	duplo	345	149,46	400	23/09/1984	01/01/2043
Neves 1 - Sete Lagoas 4	duplo	345	49	968	02/06/2014	01/01/2043
Neves 1 - Taquaril	simples	345	43,43	1.090	01/04/1979	01/01/2043
Neves 1 - Vespasiano 2	simples	500	23,925	2.026	31/03/2003	01/01/2043
Nova Era 2 - Silicon	simples	230	13,3	303	18/06/1991	01/01/2043
Nova Lima 6 - Ouro Preto 2	duplo	345	26,081	866	04/05/2016	01/01/2043
Nova Lima 6 - Taquaril	duplo	345	31,498	866	04/05/2016	01/01/2043

Linha de transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade de transmissão (A)	Início operação comercial	Vencimento da outorga
Pimenta - Taquaril	simples	345	215,051	892	20/11/1971	01/01/2043
Pirapora 2 - Várzea da Palma 4	duplo	345	42,2	1.123	28/06/2023	01/01/2043
Sabará 3 - Taquaril	duplo	230	14,68	320	05/08/2007	01/01/2043
São Gotardo 2 - Três Marias	duplo	345	166,05	1.123	18/11/1990	01/01/2043
Sete Lagoas 4 - Três Marias	duplo	345	177	968	04/06/2014	01/01/2043
Três Marias - Várzea da Palma 1	simples	345	96,31	1.123	23/09/1984	01/01/2043
Várzea da Palma 1 - Várzea da Palma 4	duplo	345	11,66	1.123	28/06/2023	01/01/2043

Linhas de transmissão em operação – características financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP Regulatória (jul/24 a jun/25)	RAP Proporcional	Ano de grau da RAP	Mês Reajuste	Índice de reajuste
Acesita - Ipatinga 1	100%	784.509	784.509	NA	Julho	IPCA
Aimorés - Mascarenhas (LT2)	100%	172.306	172.306	NA	Julho	IPCA
Barbacena 2 - Lafaiete	100%	4.704.457	4.704.457	NA	Julho	IPCA
Barbacena 2 - Pimenta	100%	17.472.954	17.472.954	NA	Julho	IPCA
Barreiro - Taquaril	100%	416.879	416.879	NA	Julho	IPCA
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold	100%	86.616	86.616	NA	Julho	IPCA
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT1)	100%	24.763.956	24.763.956	NA	Julho	IPCA
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT2)	100%	24.790.004	24.790.004	NA	Julho	IPCA
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT1)	100%	13.873.344	13.873.344	NA	Julho	IPCA
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT2)	100%	14.100.272	14.100.272	NA	Julho	IPCA
Bom Despacho 3 - São Gotardo 2	100%	9.910.141	9.910.141	NA	Julho	IPCA
Bom Despacho 3 - São Gonçalo do Pará	100%	6.409.954	6.409.954	NA	Julho	IPCA
Barão de Cocais 3 - João Monlevade 2	100%	1.538.872	1.538.872	NA	Julho	IPCA
Emborcação - Nova Ponte	100%	9.571.946	9.571.946	NA	Julho	IPCA
Emborcação - São Gotardo	100%	27.009.055	27.009.055	NA	Julho	IPCA
Emborcação - Itumbiara	100%	14.604.189	14.604.189	NA	Julho	IPCA
Guilman Amorim - Ipatinga 1	100%	678.606	678.606	NA	Julho	IPCA
Guilman Amorim - Nova Era 2	100%	269.307	269.307	NA	Julho	IPCA
Ipatinga 1 - Mesquita (LT1)	100%	169.002	169.002	NA	Julho	IPCA
Ipatinga 1 - Mesquita (LT2)	100%	155.119	155.119	NA	Julho	IPCA
Ipatinga - Porto Estrela	100%	568.160	568.160	NA	Julho	IPCA
Ipatinga - Usiminas	100%	80.510	80.510	NA	Julho	IPCA
Itabira 2 - Nova Era 2	100%	305.628	305.628	NA	Julho	IPCA
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT1)	100%	68.327	68.327	NA	Julho	IGPM
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT2)	100%	44.900	44.900	NA	Julho	IPCA
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT3)	100%	90.777	90.777	NA	Julho	IPCA
Jaguara - Nova Ponte	100%	11.458.905	11.458.905	NA	Julho	IPCA
Jaguara - São Simão	100%	37.272.159	37.272.159	NA	Julho	IGPM
Jaguara - Pimenta (LT1)	100%	3.674.701	3.674.701	NA	Julho	IPCA
Jaguara - Pimenta (LT2)	100%	3.678.540	3.678.540	NA	Julho	IPCA
Jaguara - L. C. Barreto (Estreito)	100%	532.777	532.777	NA	Julho	IPCA
Jaguara - Volta Grande	100%	4.815.622	4.815.622	NA	Julho	IGPM
Montes Claros 2 - Várzea da Palma	100%	11.222.071	11.222.071	NA	Julho	IPCA
Mesquita - Usiminas	100%	476.450	476.450	NA	Julho	IPCA
Nova Era 2 - Silicon	100%	1.530.664	1.530.664	NA	Julho	IPCA
Neves 1 - Taquaril	100%	3.274.718	3.274.718	NA	Julho	IPCA
Neves 1 - Vespasiano 2	100%	2.882.958	2.882.958	NA	Julho	IPCA
Pimenta - Taquaril	100%	6.097.335	6.097.335	NA	Julho	IPCA
São Gotardo 2 - Três Marias	100%	26.884.510	26.884.510	NA	Julho	IPCA
Água Vermelha - São Simão	100%	10.574.197	10.574.197	NA	Julho	IPCA
Três Marias - Várzea da Palma	100%	7.231.351	7.231.351	NA	Julho	IPCA
Baguari - Governador Valadares 2	100%	1.272.114	1.272.114	NA	Julho	IPCA
Baguari - Mesquita	100%	3.025.655	3.025.655	NA	Julho	IPCA
Itabira 2 - Sabará 3	100%	846.812	846.812	NA	Julho	IPCA
Sabará 3 - Taquaril	100%	210.788	210.788	NA	Julho	IPCA
Barbacena 2 - Santos Dumont 2	100%	3.199.172	3.199.172	NA	Julho	IGPM
Juiz de Fora 1 - Santos Dumont 2	100%	2.473.090	2.473.090	NA	Julho	IPCA
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 500kV	100%	1.166.968	1.166.968	NA	Julho	IPCA
Itabirito 2 - São Gonçalo do Pará	100%	12.058.202	12.058.202	NA	Julho	IPCA
Jeceaba - Lafaiete	100%	2.580.680	2.580.680	NA	Julho	IPCA
Itabirito 2 - Jeceaba	100%	4.429.863	4.429.863	NA	Julho	IPCA
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 345kV	100%	363.741	363.741	NA	Julho	IPCA
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold	100%	86.616	86.616	NA	Julho	IPCA
Barão de Cocais 3 - Taquaril	100%	552.013	552.013	NA	Julho	IPCA
Neves 1 - Sete Lagoas 4	100%	1.994.338	1.994.338	NA	Julho	IPCA
Sete Lagoas 4 - Três Marias	100%	3.903.489	3.903.489	NA	Julho	IPCA
Itabira 4 - Taquaril	100%	1.164.270	1.164.270	NA	Julho	IPCA
Betim 6 - Neves 1	100%	1.053.097	1.053.097	NA	Julho	IPCA
Itabira 5 - Itabira 2 (C-1)	100%	1.418.179	1.418.179	NA	Julho	IPCA

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP Regulatória (jul/24 a jun/25)	RAP Proporcional	Ano de grau da RAP	Mês Reajuste	Índice de reajuste
Itabira 2 - João Monlevade 4	100%	380.938	380.938	NA	Julho	IPCA
João Monlevade 4 - João Monlevade 2	100%	67.132	67.132	NA	Julho	IPCA
Governador Valadares 2 /Governador Valadares 6	100%	736.736	736.736	NA	Julho	IPCA
Governador Valadares 6 /Mesquita	100%	8.734.272	8.734.272	NA	Julho	IPCA
Ouro Preto 2 - Nova Lima 6	100%	1.922.342	1.922.342	NA	Julho	IPCA
Nova Lima 6 - Taquaril	100%	2.239.427	2.239.427	NA	Julho	IPCA
Itajubá 3 - Poços de Caldas	100%	698.256	698.256	2.017	Julho	IPCA
Cachoeira Paulista - Itajubá 3	100%	604.221	604.221	2.017	Julho	IPCA
Braunas - Porto Estrela	100%	130.056	130.056	NA	Julho	IPCA
Itabira 2 – Braúnas	100%	1.015.877	1.015.877	NA	Julho	IGPM
Itabira 5 – Itabira 4	100%	131.264	131.264	NA	Julho	IPCA
Pirapora 2 – Varzea Palma 4	100%	6.545.469	6.545.469	NA	Julho	IPCA
Varzea Palma 4 – Varzea Palma 1	100%	661.338	661.338	NA	Julho	IPCA
Itabira 5 - Vespasiano 2	100%	7.481.901	7.481.901	NA	Julho	IPCA
Mesquita – Itabira 5	100%	8.768.741	8.768.741	NA	Julho	IPCA
ACESITA - TIMOTEO 2	100%	50.593	50.593	NA	Julho	IPCA
Barreiro 1 – Betim 6	100%	705.341	705.341	NA	Julho	IPCA
Furnas - Pimenta	100%	19.683.638	19.683.638	2.025	Julho	IPCA
G. Valadares 6 - Verona	100%	-	-	NA	Julho	IPCA
Total		406.603.3770	406.603.377			

A RAP homologada das Linhas de Transmissão do ciclo 2024-2025 pela Resolução Homologatória nº 3.348/2024 dos contratos de concessão 006/1997, 079/2000 e 004/2005 somou R\$406.603 (redução de 13% em relação à RAP das linhas de transmissão do ciclo 2023-2024). A redução se deu, principalmente nos ativos do contrato 006/1997 que passaram por Revisão Tarifária Periódica, que deveria ter ocorrida em 2023, mas foi postergada para 2024. A redução na receita deveu-se ao efeito da revisão da base de ativos blindados que, a cada 5 anos sofre revisão.

As linhas do contrato de concessão 004/2005 também apresentaram uma redução frente ao ciclo anterior, refletindo o efeito da redução no 16º ano, estabelecida no contrato de concessão, definida no contrato de concessão para ocorrer em 25/03/2025, ou seja, dentro do ciclo 2024-2025, além do efeito do negativo do IGPM, índice de preço de reajuste da RAP deste contrato

O quadro a seguir apresenta a evolução esperada da RAP de 2025 a 2029:

RAP esperada para o exercício – R\$ em moeda corrente

Linha de Transmissão - RAP esperada - ano civil	2022 Realizado	2024 Realizado	2025	2026	2027	2028	2029
Acesita - Ipatinga 1	604.143	770.161	800.522	830.316	858.128	557.381	246.711
Acesita - Timoteo 2	-	25.297	51.626	53.547	55.341	57.191	59.121
Água Vermelha - São Simão	8.047.939	10.321.281	10.790.032	11.191.618	11.566.482	7.564.686	3.430.891
Aimorés - Mascarenhas (LT2)	174.298	174.313	175.823	182.367	188.475	194.778	201.351
Baguari - Governador Valadares 2	988.585	1.251.269	1.298.080	1.346.392	1.391.490	913.871	420.501
Baguari - Mesquita	2.338.971	2.972.739	3.087.413	3.202.321	3.309.583	2.159.734	971.952
Barão de Cocais 3 - João Monlevade 2	1.185.072	1.510.728	1.570.283	1.628.726	1.683.281	1.093.344	483.942
Barão de Cocais 3 - Taquaril	558.395	558.444	563.281	584.245	603.814	624.007	645.065
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold C-2	737.439	413.815	88.384	91.673	94.744	97.912	101.216
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold C-1	-	87.625	88.384	91.673	94.744	97.912	101.216
Barbacena 2 - Lafaiete	3.612.693	4.612.056	4.800.482	4.979.147	5.145.924	3.347.985	1.490.725
Barbacena 2 - Pimenta	13.359.100	17.092.921	17.829.603	18.493.188	19.112.619	12.466.964	5.602.074
Barbacena 2 - Santos Dumont 2	4.845.860	4.359.747	3.264.472	3.385.970	3.499.383	2.292.126	1.045.051
Barreiro - Neves 1	651.382	329.488	-	-	-	-	-
Barreiro - Taquaril	395.714	408.593	425.388	441.220	455.999	471.248	487.152
Barreiro 1 - Betim 6	-	352.671	719.738	746.526	771.530	797.332	824.239
Betim 6 - Neves 1	397.924	729.350	1.074.592	1.114.586	1.151.920	1.190.441	1.230.616
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT1)	19.070.497	24.311.041	25.269.425	26.209.907	27.087.810	17.594.393	7.787.730
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT2)	19.090.557	24.336.612	25.296.005	26.237.475	27.116.302	17.612.899	7.795.922
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT1)	10.658.149	13.603.605	14.156.520	14.683.400	15.175.222	9.870.742	4.391.246
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT2)	10.669.850	13.724.389	14.388.080	14.923.578	15.423.445	10.120.885	4.643.450
Bom Despacho 3 - São Gonçalo do Pará	9.755.998	8.767.535	6.540.791	6.784.227	7.011.465	4.554.169	2.015.792
Bom Despacho 3 - São Gotardo 2	15.083.308	13.555.091	10.112.421	10.488.787	10.840.110	7.040.996	3.116.526
Braúnas - Porto Estrela	61.485	126.513	132.711	137.650	142.261	147.018	151.980
Cachoeira Paulista - Itajubá 3	620.448	605.247	616.554	639.501	660.922	683.024	706.074
Emborcação - Itumbiara	22.227.686	19.975.610	14.902.283	15.456.918	15.974.649	10.376.042	4.592.703
Emborcação - Nova Ponte	7.258.106	9.326.096	9.767.324	10.130.846	10.470.179	6.862.423	3.135.677
Emborcação - São Gotardo	41.039.285	36.903.816	27.560.350	28.586.096	29.543.590	19.208.455	8.532.317
Furnas - Pimenta	23.350.803	21.250.453	15.752.372	12.020.614	12.423.245	12.838.696	13.271.968
Governador Valadares 2 - Governador Valadares 6	699.627	738.857	751.774	779.753	805.871	700.352	591.504
Governador Valadares 6 - Mesquita	6.298.377	7.935.784	8.912.552	9.244.261	9.553.898	6.461.161	3.266.596
Governador Valadares 6 - Verona	-	-	-	-	-	9.172.724	18.656.022
Guilman Amorim - Ipatinga 1	657.044	671.790	692.457	718.229	742.286	767.109	792.997
Guilman Amorim - Nova Era 2	277.002	274.915	274.804	285.032	294.579	304.430	314.704
Ipatinga - Porto Estrela	530.640	552.478	579.757	601.334	621.476	642.259	663.933
Ipatinga - Usiminas	81.441	81.448	82.153	85.211	88.065	91.010	94.081
Ipatinga 1 - Mesquita	-	-	214.596	436.435	451.053	466.137	481.868
Ipatinga 1 - Mesquita (LT1)	119.456	159.223	172.451	178.870	184.861	125.903	65.004
Ipatinga 1 - Mesquita (LT2)	236.093	212.172	158.286	164.177	169.676	110.210	48.782
Itabira 2 - Braúnas	454.987	962.925	1.036.613	1.075.194	1.111.207	1.148.368	1.187.122
Itabira 2 - Itabira 4	103.956	-	-	-	-	-	-
Itabira 2 - João Monlevade 4	365.382	388.683	388.713	403.180	416.685	430.619	445.152
Itabira 2 - Nova Era 2	309.161	309.188	311.866	323.473	334.308	345.488	357.147
Itabira 2 - Porto Estrela	504.623	-	-	-	-	-	-
Itabira 2 - Sabará 3	856.601	856.676	864.097	896.257	926.277	957.253	989.558
Itabira 4 - Taquaril	1.178.094	1.178.029	1.188.035	1.232.251	1.273.526	1.316.114	1.360.530
Itabira 5 - Itabira 2	980.222	-	119.164	242.351	250.468	258.844	267.580
Itabira 5 - Itabira 2	-	1.248.565	1.447.127	1.500.986	1.551.262	1.603.138	1.657.240
Itabira 5 - Itabira 4	-	90.672	133.943	138.928	143.582	148.383	153.391
Itabira 5 - Sabará 3	-	-	119.164	242.351	250.468	258.844	267.580
Itabira 5 - Vespasiano 2	3.568.592	7.309.542	7.634.618	7.918.764	8.184.004	5.346.735	2.415.875
Itabira 5 - Itabira 4	25.040	-	-	-	-	-	-
Itabirito 2 - Jeceaba	3.547.854	4.385.709	4.520.283	4.688.520	4.845.562	3.301.138	1.705.887
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 345kV	302.702	363.203	371.165	384.979	397.874	283.831	166.048
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 500kV	1.745.237	1.572.912	1.190.787	1.235.106	1.276.476	863.395	436.713
Itabirito 2 - São Gonçalo do Pará	18.320.151	16.468.718	12.304.328	12.762.272	13.189.746	8.603.246	3.865.441
Itajubá 3 - Poços de Caldas	717.008	699.441	712.508	739.027	763.780	789.322	815.960
Jaguara - L. C. Barreto (Estreito)	538.936	538.983	543.652	563.886	582.773	602.262	622.586
Jaguara - Nova Ponte	8.824.399	11.249.330	11.692.799	12.127.983	12.534.211	8.141.368	3.603.579
Jaguara - Pimenta (LT1)	3.717.180	3.717.507	3.749.707	3.889.264	4.019.535	4.153.954	4.294.139
Jaguara - Pimenta (LT2)	3.721.064	3.721.390	3.753.624	3.893.327	4.023.735	4.158.294	4.298.625
Jaguara - São Simão	28.650.757	36.557.021	38.032.939	39.448.455	40.769.785	26.513.539	11.786.921
Jaguara - Volta Grande	5.210.457	5.056.300	4.913.916	5.096.803	5.267.521	5.443.674	5.627.383
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT1)	52.618	67.077	69.721	72.316	74.738	48.545	21.487
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT2)	34.577	44.079	45.817	47.522	49.114	31.901	14.120

Linha de Transmissão - RAP esperada - ano civil	2022 Realizado	2024 Realizado	2025	2026	2027	2028	2029
Jaguara 345 kV - Jaguara 500 kV (LT3)	69.906	89.116	92.630	96.077	99.295	64.495	28.547
Jeceaba - Lafaiete	2.100.744	2.564.176	2.633.356	2.731.365	2.822.852	1.961.026	1.070.874
João Monlevade 4 - João Monlevade 2	47.555	71.287	68.502	71.052	73.432	75.887	78.448
Juiz de Fora 1 - Santos Dumont 2	3.748.785	3.371.189	2.523.570	2.617.492	2.705.165	1.774.042	812.209
Mesquita - Porto Estrela	-	-	120.708	245.490	253.712	262.197	271.045
Mesquita - Usiminas	725.160	651.688	486.175	504.269	521.160	338.510	149.833
Mesquita - Vespasiano 2	4.649.741	-	-	-	-	-	-
Mesquita - Itabira 5	4.198.343	8.582.714	8.947.724	9.280.742	9.591.602	6.252.413	2.803.064
Montes Claros 2 - Várzea da Palma	17.080.076	15.349.549	11.451.130	11.877.320	12.275.152	7.973.101	3.529.099
Neves 1 - Sete Lagoas 4	2.007.724	2.016.927	2.035.046	2.110.786	2.181.487	2.254.439	2.330.521
Neves 1 - Taquaril	2.511.192	3.208.171	3.341.560	3.465.927	3.582.018	2.332.436	1.041.628
Neves 1 - Vespasiano 2	4.348.241	3.920.707	2.941.804	3.051.292	3.153.496	2.059.233	928.874
Nova Era 2 - Silicon	1.080.067	1.381.152	1.561.907	1.620.039	1.674.302	1.108.470	523.986
Nova Lima 6 - Taquaril	3.382.723	3.043.841	2.285.137	2.370.186	2.449.575	1.619.109	761.265
Ouro Preto 2 - Nova Lima 6	2.900.117	2.610.131	1.961.580	2.034.586	2.102.735	1.393.825	661.548
Pimenta - Taquaril	6.362.866	6.274.511	6.221.790	6.453.354	6.669.510	6.892.547	7.125.152
Pirapora 2 - Várzea da Palma	1.710.870	5.412.504	6.679.072	6.927.655	7.159.697	5.238.499	3.254.416
Pirapora 2 -Várzea Palma 4	2.139.770	-	-	-	-	-	-
Sabará 3 - Taquaril	213.224	213.243	215.090	223.095	230.568	238.278	246.320
São Gotardo 2 - Três Marias	18.970.244	24.258.482	27.433.264	28.454.279	29.407.358	19.469.117	9.203.271
Sete Lagoas 4 - Três Marias	3.978.585	3.965.178	3.983.165	4.131.411	4.269.793	4.412.581	4.561.494
Três Marias - Várzea da Palma	11.006.170	9.891.041	7.378.953	7.653.584	7.909.942	5.137.758	2.274.104
Varzea Palma 4 - Varzea Palma 1	129.683	460.352	674.837	699.953	723.398	616.642	506.490
Total	402.774.753	437.205.085	411.143.351	422.698.963	436.857.307	315.900.810	190.980.953

Comercialização de energia elétrica

Em 2024, a Cemig (Controladora da Companhia) continua líder no atendimento ao mercado livre no Brasil e chegou a 14% do *Market Share*, estando consolidada com clientes em todos os estados, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além do fornecimento de energia elétrica, a Cemig comercializa os certificados de energia renovável Cemig REC e I-REC, contribuindo para sustentabilidade econômica e ambiental de seus clientes.

No segmento de energia incentivada, em 2024, a Cemig alcançou o montante de 1.746 MW médios de energia vendida, o que representa quase 15% desse segmento, conforme dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Trata-se de uma marca inédita para o mercado e, especialmente, para a Cemig, que vem incrementando suas vendas para esse segmento de forma contínua desde 2010.

Energia Livre Cemig – Mercado Varejista

Com foco em novos mercados, a Cemig inovou com o lançamento do “Energia Livre Cemig” em 2023, um sistema de e-commerce que oferece aos clientes de média tensão a possibilidade de simular e contratar energia renovável, aproveitando as oportunidades que a abertura de mercado criou a partir de janeiro de 2024.

A nova plataforma, que revolucionou o setor, foi planejada para tornar a jornada do cliente simples e ágil, possibilitando a contratação de energia de forma 100% digital. Ela tem permitido o atendimento dos clientes do mercado varejista e, juntamente com outras ações importantes para desenvolvimento desse segmento, contribuiu para que a Cemig alcançasse a liderança no mercado varejista a partir de outubro de 2024.

Em dezembro de 2024, foram comercializados 122 MW médios para esse tipo de cliente, que corresponde ao Market Share de 8%. Assim como no mercado livre atacadista, a liderança da Cemig no mercado varejista se dá em todo o território nacional, com clientes nos 25 estados interligados ao SIN, além do Distrito Federal.

AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário internacional, o ano de 2024 começou sob a perspectiva de continuidade do movimento de convergência da inflação nos Estados Unidos em direção à meta de uma forma mais rápida. Essa expectativa foi frustrada no primeiro semestre do ano, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho atrelada a números menos favoráveis de inflação nos Estados Unidos. Essa frustração deu margem a seguidas reavaliações, pelos agentes dos mercados, de quando enfim teria início o ciclo de corte de juros por parte do banco central norte-americano (FED).

Dados mais fracos do mercado de trabalho referentes a julho, bem como de inflação, levaram o FED a reduzir os juros básicos nos Estados Unidos (*federal funds rate* - FFR) em 50 pontos-base na reunião de setembro. Nas próximas duas reuniões do FED foram efetuadas duas reduções de 25 pontos base, levando a FFR ao nível de 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

O cenário internacional mais desafiador levou em parte a desvalorização do real em relação ao dólar americano, conseqüentemente, o aumento da inflação e da taxa básica de juros (a Selic) no Brasil em 2024.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado pelo crescimento da atividade econômica. Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, esse crescimento decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, permitindo ampliação dos gastos em 2024; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais em conjunto com a retomada do programa “Minha Casa, Minha Vida”, impulsionaram o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o RS após a tragédia climática. Os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

O mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024. O crédito às famílias se beneficiou do programa Desenrola ocorrido ao final de 2023, que reduziu a taxa de inadimplência e do crescimento da renda.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, bem como o crescimento do rendimento médio real dos trabalhadores, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

No câmbio, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano em 2024 (+24,50 % variação dez/2023-dez/2024), em parte pelo cenário internacional. A depreciação cambial só não foi maior porque, até novembro, o balanço de pagamentos se manteve forte.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho apertado acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano acima do teto da meta do IPCA, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano, terminado o ano com uma variação de 4,83%. A decisão de redução da Selic em maio de 2024, que não foi unânime e apresentou uma divisão em que os diretores que votaram por uma redução maior, foi interpretada como sinal de leniência com relação à inflação e estimulou um salto das expectativas inflacionárias para os anos seguintes.

Em reação a essa piora das expectativas de inflação, concomitante ao aumento das medidas de núcleo de inflação com a atividade econômica aquecida, o Comitê de Política Monetária (Copom) suspendeu o ciclo de reduções da Selic antes do que previsto, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, apenas duas reuniões depois de ter interrompido o ciclo de reduções, conforme o quadro prospectivo para a inflação se tornou mais adverso, o Comitê de Política Monetária (Copom) retomou a elevação da Selic, com um aumento de 25 pontos-base. Em novembro, intensificou o ritmo de alta para 50 pontos-base e, em dezembro, para 100 pontos-base, sinalizando ainda ao menos mais duas altas de 100 pontos-base nas primeiras duas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) de 2025. Assim, a Selic encerrou o ano de 2024 em 12,25% ao ano, patamar mais alto que o de encerramento de 2023, que foi de 11,75% ao ano.

Apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do cenário internacional e fiscal doméstico resultou em condições financeiras claramente mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de energia elétrica

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluyente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024.

Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (*Generation Scaling Factor*) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Transmissão de energia elétrica

A receita do negócio de transmissão é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constitui a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto à Aneel para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

A Aneel define a receita dos ativos por meio de Resoluções Autorizativas, que estabelecem a Receita Anual Permitida (RAP) previamente, com direito ao recebimento a partir da data de entrada comercial do ativo, podendo ser reajustada nos processos de reajuste tarifário anual, revisão tarifária periódica e revisão tarifária extraordinária.

O reajuste tarifário anual ocorre em 1º julho de cada ano e tem por objetivo (i) corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de concessão e (ii) adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), por sua vez, ocorre a cada cinco anos e consiste na reavaliação dos ativos e

recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em julho de 2024, por meio das Resoluções Homologatórias (ReH) nº 3.344/2024 e nº 3.343/2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP para os Contratos de Concessão nº 006/1997 e nº 079/2000, ambos da Cemig GT.

No caso do contrato 006/1997, a revisão deveria ter ocorrido em 2023, mas sua postergação foi determinada pelo Despacho Aneel nº 402/2023, que acolheu o pedido da Associação Brasileira de Transmissoras de Energia Elétrica (Abratee) de postergação da RTP de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Dessa forma em 2024, ocorreram o processo de reajuste tarifário anual para as receitas dos contratos 006/1997 (Cemig GT), 079/2000 (Cemig GT – Itajubá), concomitante, o processo de RTP para os contratos 006/1997 e 079/2000.

RAP homologada para o ciclo 2024-2025

As RAPs do ciclo 2024-2025 dos contratos de concessão da Companhia foram estabelecidas em R\$1.231,1 milhões, aumento de 5,9% com relação ao ciclo anterior. No período, os índices de preço IPCA e IGPM variaram 3,93% e -0,3%, respectivamente.

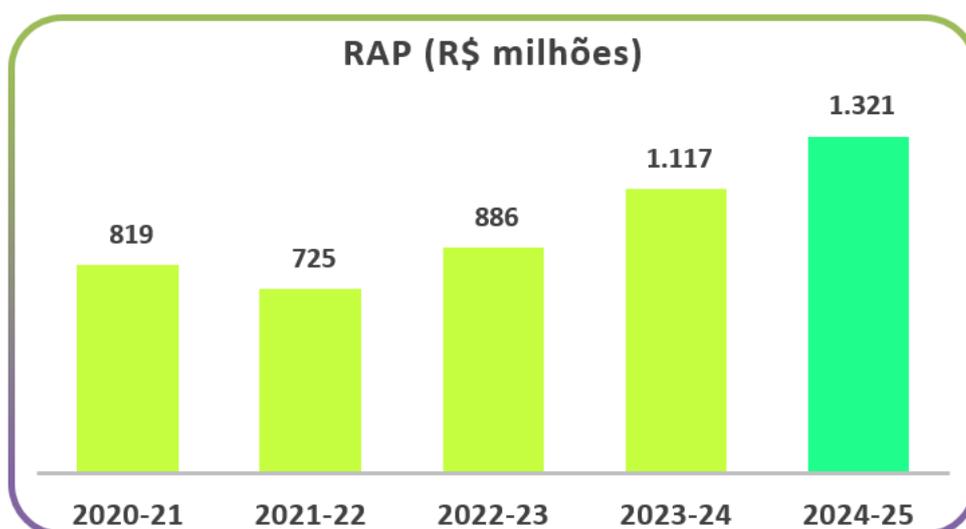
	Índice reajuste	RAP ciclo 2023-2024 R\$ milhões (1)	RAP ciclo 2024-2025 R\$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	1.097,26	1.161,99	5,90%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	43,04	43,10	0,14%
		1.140,3	1.205,09	5,68%

(1) Valores após Despacho Aneel nº 4.675 de dezembro de 2023.

A RAP do contrato de concessão 006/1997 teve um reajuste de 5,90% composto pelo efeito da Revisão Tarifária Periódica de 2023, postergada para 2024, notadamente no que tange a reavaliação da base de ativos incrementais e reconhecimento das melhorias de pequeno porte do ciclo 2018-2023, a aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e o reconhecimento dos novos reforços.

Quanto a RAP do contrato 079/2000 foi reajustada em 0,14%, refletindo a reavaliação dos ativos incrementais. O índice de preços deste contrato é o IGPM que teve variação negativa no período.

No total, incluindo o efeito da parcela de ajuste no montante de R\$116 milhões (redução de R\$23 milhões para o ciclo 2023-24), a receita das transmissoras para o ciclo 2024-25 considerando o contrato da Cemig GT e Itajubá ficou em R\$1.321 milhões (R\$1.117 milhões para o ciclo 2023-24), representando um reposicionamento de 18,30% em comparação ao ciclo anterior.



Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração e Transmissão, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às transmissoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Geração

Disponibilidade de geração

A disponibilidade de geração é medida por meio do indicador FID (Fator de Disponibilidade), valor adimensional, resultante da divisão da disponibilidade apurada nos últimos 60 meses pelo índice de referência definido pela Aneel. Logo, quanto maior o FID, melhor o desempenho do ativo.

A partir de janeiro de 2023 passaram a vigorar os novos índices de referência revisados pela Aneel. Conforme metodologia atual, os valores tendem a subir quando o histórico recente é positivo, o que resultou na queda do valor do FID de algumas instalações.

Apesar disso, o Índice de Disponibilidade verificado, que compõe o numerador do cálculo do FID, vem se mantendo elevado nos últimos anos para as UHEs da Cemig sendo 96,44% em dezembro de 2024.

Volume de geração de energia

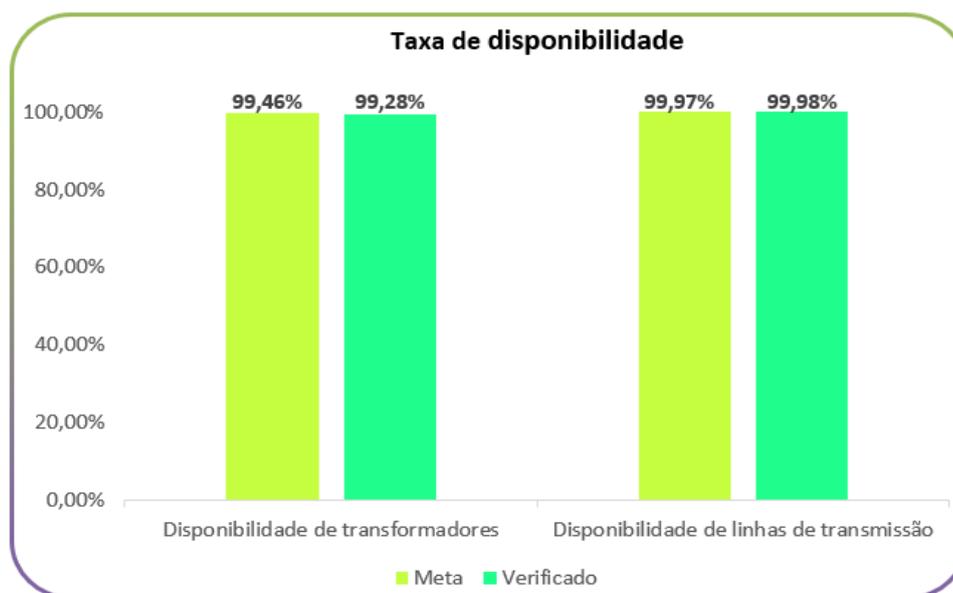
Geração em GWh	Total 2024	Parcela Cemig
UHE despachadas centralizadamente (1)	35.187	13.596
UHE não despachadas centralizadamente (2) (3)	954	736
Usinas eólicas (4)	551	367
Usinas fotovoltaicas	108	108
Total	36.800	14.806

- (1) Para as usinas hidrelétricas Aimorés, Amador Aguiar 1, Amador Aguiar 2, Candonga, Funil-MG, Igarapava e Porto Estrela, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação da participação da Cemig GT na Aliança Energia.
- (2) Para as usinas hidrelétricas Anil, Jacutinga, Lages, Piçarrão, Rio de Pedras, Salto do Passo Velho, Salto Morais, Salto Voltão, Santa Luzia, Santa Marta, São Bernardo, Sumidouro e Xicão, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação dessas usinas pela Cemig GT.
- (3) Para a usina hidrelétrica Luiz Dias, foi considerado o volume de geração de energia até a data de solicitação à Aneel do registro de transferência da titularidade da Cemig GT para a Universidade Federal de Itajubá.
- (4) Para as usinas eólicas Acauã III, Baixa do Sítio, Garrote, Santo Inácio III, Santo Inácio IV, São Raimundo e Gravier, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação da participação da Cemig GT na Aliança Energia.

Transmissão

Taxa de disponibilidade de transmissão

Abaixo são apresentados os indicadores de performance operacional da transmissão:



A referência setorial para a Disponibilidade de transformadores é de 99,25% e para a Disponibilidade de linhas de transmissão é de 99,39%.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhões de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Resultado do exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, em 2024, lucro líquido regulatório de R\$2.712 milhões em comparação ao lucro líquido regulatório de R\$2.199 milhões no exercício de 2023, um aumento de 23,33%.

As principais variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

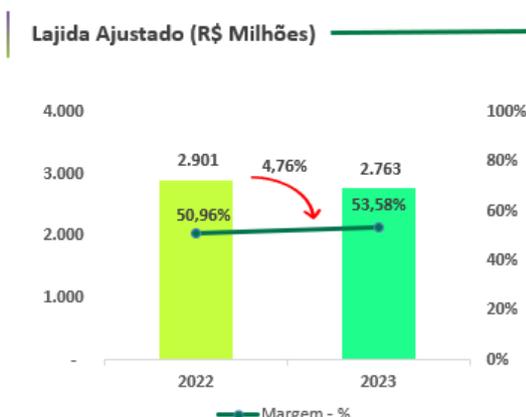
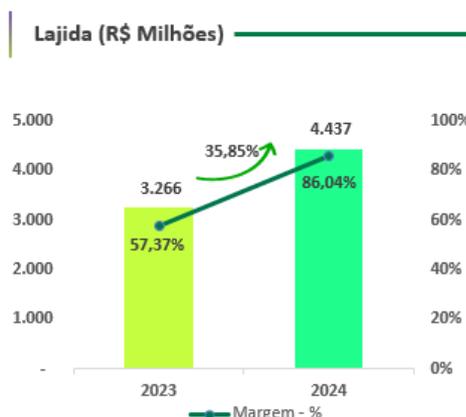
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Lajida - R\$ milhões	2024	2023	Variação %
Lucro líquido do exercício	2.712	2.199	23,33
+ Despesa de Imposto de renda e Contribuição Social correntes e diferidos	749	467	60,39
+ Resultado financeiro líquido	477	168	-
+ Depreciação e amortização	499	432	15,51
= Lajida conforme "Instrução CVM 527" (1)	4.437	3.266	35,85
Efeitos não recorrentes e não caixa			
- Ganho na alienação de ativo mantido para venda (nota 28)	(43)	(344)	(87,50)
- Ganho na alienação de investimentos (nota 28)	(1.617)	-	-
- Remensuração passivo de pós-emprego (nota 18)	-	(21)	-
- Reversão de provisão com partes relacionadas (nota 26)	(58)	-	-
- Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR (nota 19)	(71)	-	-
+ Perda por redução ao valor recuperável (nota 24)	46	-	-
+ Programa de desligamento voluntário	16	-	-
+ Constituição de provisões cíveis - Compra e venda de energia (nota 19)	53	-	-
= Lajida ajustado (2)	2.763	2.901	(4,76)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Políticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

(2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita	R\$ Milhões	
	2024	2023
Fornecimento faturado	3.036	3.702
Fornecimento - não faturado	(58)	(76)
Suprimento faturado (*)	1.794	1.922
Suprimento - não faturado	(3)	12
Fornecimento bruto	4.769	5.560
Energia elétrica de curto prazo	21	56
Subtotal	4.790	5.616
Uso da rede elétrica de transmissão faturado	1.666	1.498
Total	6.456	7.114

(*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica apresentou uma redução de R\$790 milhões, sendo de R\$4.770 milhões em 2024 na comparação com R\$5.560 milhões em 2023. Essa variação decorreu basicamente da redução de 18,61% no volume de energia vendida, associada, principalmente, à continuidade da transferência da atividade de comercialização do Grupo Cemig da Cemig GT para a Cemig holding.

	MWh (3)		R\$ milhões		Preço Médio – R\$/MWh (1)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Industrial	7.986.089	9.608.957	2.092	2.742	261,96	285,36
Comercial	3.785.943	3.713.443	931	955	245,91	257,17
Rural	49.268	18.723	12	5	243,57	267,05
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(58)	(76)	-	-
	11.821.300	13.341.123	2.977	3.626		
Suprimento a outras concessionárias (2)	6.912.201	7.978.748	1.794	1.922	259,54	240,89
Suprimento não faturado líquido	-	-	(1)	12	-	-
	18.733.501	21.319.871	4.770	5.560	254,62	260,79

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento/suprimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

(3) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP. Essa receita foi de R\$1.666 milhões em 2024 comparada a R\$1.498 milhões em 2023, representando um aumento de 11,22%.

Liquidação na CCEE

A receita de transações com energia na CCEE foi de R\$21 milhões em 2024, comparada a R\$56 milhões em 2023, representando uma redução de 62,5%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução das sobras de energia nesse período que são liquidadas na CCEE.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.299 milhões em 2024 comparados a R\$1.421 milhões em 2023. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis foram de R\$2.184 milhões em 2024 em comparação a R\$2.701 milhões em 2023. As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.927 milhões em 2024, comparado a R\$2.485 milhões em 2023, representando uma redução de 22,45%. Essa variação está associada, principalmente, à transferência da atividade de comercialização do Grupo Cemig da Cemig GT para a Cemig Holding.

Custos gerenciáveis e outras receitas

Os custos gerenciáveis foram de R\$703 milhões em 2024 em comparação a R\$785 milhões em 2023, representando uma redução de 10,45%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Provisões operacionais

As provisões de 2024 são compostas por (i) provisões para contingências, (ii) perdas de créditos esperadas e (iii) provisões por redução ao valor recuperável. No total, essas provisões operacionais foram de R\$20 milhões em 2024 em comparação a R\$111 milhões em 2023. As principais justificativas para essa variação são como segue:

As provisões para contingência representaram uma reversão de despesa de R\$16 milhões em 2024 em comparação a uma despesa de R\$49 milhões em 2023. As variações mais representativas são justificadas conforme segue:

- **Tributárias** sendo uma reversão de despesa de R\$58 milhões em 2024 comparativamente a uma despesa de R\$29 milhões em 2023. Essa variação decorre principalmente de reversão de processos relacionados à Contribuição Previdenciária PLR que tiveram decisões favoráveis em 1ª instância.
- **Cíveis** uma despesa de R\$86 milhões em 2024 em virtude do provisionamento de processo de Relações com Grande Consumidores, referente à compra e venda de energia elétrica, e de Responsabilidade Civil, referente à indenização por danos materiais decorrente de interrupção de fornecimento de energia elétrica.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas ganhos líquidos com equivalência patrimonial de R\$261 milhões em 2024 em comparação ao reconhecimento de ganhos líquidos no montante de R\$626 milhões em 2023. Essa variação está associada, principalmente, ao fato de que a participação detida pela Companhia na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, cessando o reconhecimento de equivalência patrimonial a partir de abril de 2024. A alienação dessa investida foi concluída na data de 13 de agosto de 2024.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 11.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$477 milhões em 2024 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$168 milhões em 2023, associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- Variação cambial

A variação do dólar em relação ao Real, em 2024, representou um aumento de 27,91%, em comparação a uma variação negativa de 7,21%, em 2023, o que gerou o registro de variação cambial negativa em 2024, no montante de R\$464 milhões, em comparação ao registro de variação cambial positiva em 2023, no montante de R\$277 milhões.

- Instrumento financeiro derivativo

Em decorrência da elevação na curva de juros em relação a expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real, o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou ganhos de R\$147 milhões, em 2024, em comparação ao registro de perdas de R\$177 milhões, em 2023. Adicionalmente, em dezembro/2024, ocorreu a liquidação desses instrumentos, no montante de US\$381 milhões, com resultado positivo de R\$521 milhões.

- Encargos de empréstimos e debêntures

Redução de 37,05% sendo R\$333 milhões em 2024, em comparação a R\$529 milhões em 2023, essa variação decorre da liquidação do saldo devedor do Eurobond em dezembro de 2024.

Vide a composição completa das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou em 2024, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$749 milhões em relação ao lucro de R\$3.460 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 21,65% de alíquota efetiva. Em 2023, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$467 milhões em relação ao lucro de R\$2.666 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 17,53% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8 das demonstrações contábeis regulatórias.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Com o objetivo de viabilizar recursos para a execução do Plano Plurianual e Estratégico da Cemig, a Companhia planejou, identificou e captou recursos de terceiros no mercado de capitais nacional em condições compatíveis com os seus projetos e negócios.

A Companhia apresentou relevante geração de caixa decorrente de suas atividades operacionais e de sua política de desinvestimentos. A combinação destes fatores possibilitou a execução de seu

programa de investimentos sem afetar negativamente sua alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações.

A Companhia realizou relevantes alienações de ativos, com impacto no caixa ao longo de 2024, com destaque para a alienação da sua participação direta de 45% no capital social da Aliança Energia para a Vale, que resultou em entrada de caixa no montante de R\$2.737 milhões. Adicionalmente, a Cemig GT e sua subsidiária integral Horizontes Energia realizaram a alienação de 15 PCHs / CGHs pelo valor de R\$100,9 milhões.

Outro fator importante foi a liquidação, em dezembro, dos títulos de dívida emitidos no mercado externo (“Eurobonds”). O efeito líquido no caixa da Companhia foi de R\$1.866 milhões, considerando o pagamento de R\$2.309 milhões (equivalentes a US\$ 381,1 milhões) subtraído o efeito do *hedge* de R\$443 milhões. Após essa liquidação, a Cemig GT permanece apenas com a 9ª emissão de debêntures em seu endividamento, que, em 31 de dezembro de 2024, possuía um saldo de R\$1.032 milhões e vencimento final em 2029.

Ao longo de 2024, a Cemig GT desembolsou R\$2.651 milhões com serviço da dívida (principal e juros), sendo R\$2.309 milhões referentes à liquidação dos Eurobonds, conforme citado acima.

Como consequência, a Cemig GT aumentou significativamente o prazo médio da sua dívida de 2,1 anos em 31 de dezembro de 2023 para 3,0 anos em 31 de dezembro de 2024, associado a uma redução significativa dos seus custos nominais e reais. Sendo 17,86% a.a. e 12,10% a.a. respectivamente em 31 de dezembro de 2023 e 12,99% a.a. e 7,77% a.a., respectivamente em 31 de dezembro de 2024.

Com relação ao risco de crédito corporativo, as principais agências de classificação de risco avaliam os *ratings* da Cemig de maneira consolidada, ou seja, a Cemig, Cemig D e Cemig GT possuem as mesmas notas nas avaliações de cada agência.

Considerando esta contextualização, os *ratings* locais foram mantidos ou elevados ao longo do ano. A Fitch elevou o *rating* da Cemig para AAA, enquanto a Moody's elevou para AA+. Por fim, a Standard & Poor's reafirmou o *rating* AA+, entretanto melhorou a sua perspectiva, alterando-a de estável para positiva. Dessa forma, todas as agências melhoraram sua visão de crédito consolidada sobre a Cemig, refletindo sua diversificada operação, gestão financeira adequada, com melhoria do perfil de liquidez, e melhora dos indicadores de desempenho operacionais.

Com relação aos *ratings* globais, a Fitch e Standard & Poor's reafirmaram as notas BB e BB-, respectivamente, enquanto a Moody's elevou a nota de Ba2 para Ba1.



	Investment Grade									Speculative grade							
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+
2009																	
2018																	Bond
2024																	Bond



	Investment Grade									Speculative grade							
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC
2009																	
2018																	Bond
2024																	Bond



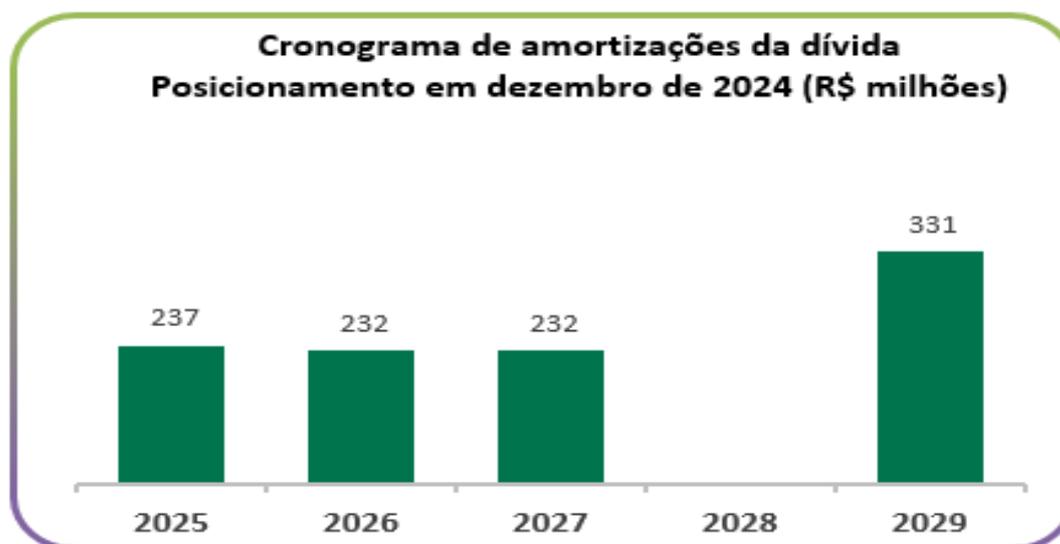
	Investment Grade									Speculative grade							
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1
2009																	
2018																	
2024																	

Os detalhes sobre as debêntures da Companhia e liquidação dos *Eurobonds*, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024.

A Companhia conta com *covenants* financeiros, atrelados à emissão de debêntures, relacionados ao seu endividamento e distribuição de dividendos.

O endividamento bruto da Cemig GT é R\$1.032 milhões em 31 de dezembro de 2024.

O cronograma de amortizações da dívida é apresentado no gráfico a seguir:



A composição da dívida da Companhia por indexadores, em 31 de dezembro de 2024, é conforme segue:



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um *hedge* natural, dado que a receita de sua atividade, por meio de seus contratos de transmissão e comercialização, possui, em grande parte, correção por esse mesmo índice. Do outro lado, o caixa da Companhia é corrigido pelo CDI, produzindo um efeito similar.

Administração de capital

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia tem como meta manter o endividamento líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida ajustado.

A dívida líquida da Companhia é conforme segue:

	2024	2023
Empréstimos e debêntures (nota 16)	1.031.924	2.868.093
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(162.841)	297.060
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(169.055)	470.124
(-) Instrumento derivativo de hedge (nota 27)	-	767.184
Dívida líquida	700.028	2.100.909
Lajida ajustado	2.734.805	2.901.264
Dívida líquida / Lajida ajustado	0,99	0,72

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico-Financeiro.

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Total do passivo	4.765.027	7.494.159
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(162.841)	(297.060)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(129.675)	(470.124)
Passivo líquido	4.472.511	6.726.975
Total do patrimônio líquido	8.794.438	7.499.699
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	0,51	0,89

DESTINAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO

O Conselho de Administração deliberou na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido societário de 2024 no montante de R\$3.692 milhões e do saldo credor de realização do custo atribuído de imobilizado no montante de 11 milhões:

- R\$181 milhões para constituição de reserva legal;
- R\$1.958 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos, conforme abaixo:
 - R\$743 milhões por meio de juros sobre o capital próprio;
 - R\$822 milhões para pagamento de dividendos intermediários; e
 - R\$393 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.
- R\$63 milhões foram mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.
- R\$1.501 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos adicionais.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Implantação das usinas solares fotovoltaicas Advogado Eduardo Soares e Jusante

Com investimentos estimados em R\$850 milhões, a implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando a posição da Cemig como referência em energias renováveis.

A UFV Advogado Eduardo Soares possui 85MW de potência instalada (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Já a UFV Jusante é composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando

70MW de potência instalada (aproximadamente 87 MWp), também localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, no estado de Minas Gerais.

A UFV Advogado Eduardo Soares está 100% energizada e em operação comercial. Já em Jusante, o empreendimento está 100% energizado, estando as usinas 1, 2, 3, 5, e 6 em operação comercial e a usina 7 está em operação em teste.

Modernização da UHE Salto Grande

Em alinhamento com a iniciativa estratégica de elevar a eficiência operacional dos ativos, serão investidos cerca de R\$250 milhões na reforma e modernização da Usina Hidrelétrica de Salto Grande. Com Potência Instalada de 102MW, a usina está localizada no leste do estado de Minas Gerais e sua modernização visa garantir as condições de operação, segurança e fornecimento de energia para a região conforme requisitos do contrato de concessão.

Investimentos em transmissão

Lote 1 do Leilão 02/2022

A Cemig GT, por meio da sua subsidiária integral Centroeste está investindo cerca de R\$220 milhões na implantação da LT 230 kV Governador Valadares 6 – Verona. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, licenciamento ambiental e elaboração do projeto executivo. O prazo de implantação da linha de transmissão é de 60 meses a partir da assinatura do contrato de concessão, realizada em março de 2023. Até 31 de dezembro de 2024 foram investidos R\$37 milhões pela Centroeste.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes Ltda presta serviços de auditoria independente para a Companhia desde abril de 2022. Serviços como, auditoria das demonstrações financeiras anuais e intermediárias e revisões de suas respectivas traduções ao inglês, relatórios sobre controles internos, revisão tributária (*tax compliance*), e, no que se aplica, auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, e do relatório de controle patrimonial. O contrato vigente possui duração de 60 (sessenta) meses, com previsão de reajuste anual limitado à variação obtida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA/ IBGE.

Em 2024, por competência, a KPMG fez jus a receber o montante de R\$1.868 mil pelo contrato recorrente de auditoria.

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo

expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

Destaca-se que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pelo Comitê de Auditoria, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos nas Resoluções CVM nº 23/2022 e 80/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade há 25 anos e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 desde sua criação, em 2005. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho anual da Cemig, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Cemig e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos: desempenho ambiental, social e de governança.

Desempenho Ambiental

A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental. A Companhia possui uma política ambiental, disponível publicamente, que orienta sobre a inclusão de aspectos ambientais nos processos decisórios da Companhia e estabelece o respeito ao meio ambiente como um valor que deve ser praticado por todos os empregados e outras partes interessadas que atuem em seu nome, incluindo seus fornecedores.

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP, instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

A Cemig desenvolveu e emprega diversos índices internos para mensurar e monitorar a sua performance ambiental:

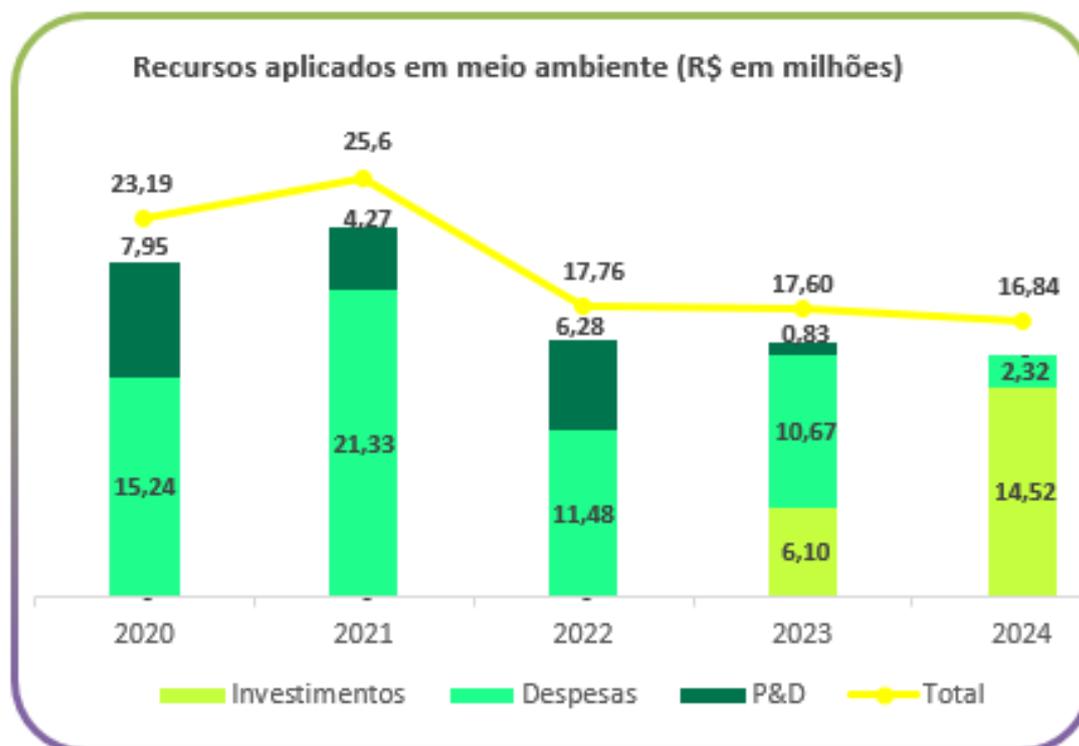
Índice de Cumprimento de Condicionante (ICC): avalia o cumprimento das exigências ambientais anualmente, respeitando os prazos e as definições impostas pelos órgãos ambientais. Assim, busca-se garantir a conformidade ambiental dos empreendimentos da Cemig Geração e Transmissão.

Índice de Cumprimento de Compensação Florestal (ICCF): mede o cumprimento anual das compensações florestais estabelecidas em licenças ambientais ou em atos autorizativos que são relacionados à reconstituição da flora.

Índice de licenciamento ambiental para operação de instalação da geração e da transmissão (ILOI): expressa o percentual das instalações da Cemig G e T, em operação, que apresentam licença ambiental em vigor.

Em 2024, a Cemig GT aplicou cerca de R\$16,84 milhões em meio ambiente, valor bem próximo aos R\$17,6 milhões do exercício de 2023. Dentre os investimentos e despesas temos atividades relacionadas a programas de educação ambiental, recomposição florestal, recuperação de áreas degradadas, gestão de resíduos sólidos e efluentes, monitoramento de qualidade de água e de peixes no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos. Com o encerramento dos P&Ds vigentes em 2023, nova captação foi iniciada em 2024 o que resultou na ausência de gastos nesse ano.

Os investimentos realizados pela Companhia em meio ambiente estão demonstrados na sequência.



Inovação

O setor de energia elétrica passa por mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como:

- crescente descentralização dos sistemas de geração de energia;
- avanço das tecnologias de armazenamento de energia;
- proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente;
- crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar; e,
- a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação da mudança do clima.

Referência em sustentabilidade no setor elétrico, a Cemig busca, a cada dia, ampliar e diversificar sua atuação na área, sempre com a adoção de práticas inovadoras que dialogam com a proteção ao meio ambiente, com processos estruturados de prospecção e busca de novos produtos, equipamentos e soluções para aplicação no seu sistema elétrico que, atrelado à utilização de modernas tecnologias, se alinham aos princípios de ESG.

Mercado de Hidrogênio (H2) Verde em Minas Gerais

Trata-se de uma metodologia para planejamento estratégico do H2 Verde no contexto das empresas do setor elétrico e desenvolvimento de Roadmap Tecnológico-Estratégico para o estado de Minas Gerais.

O Brasil é conhecido mundialmente como referência por sua matriz energética baseada em fontes renováveis. O H2 Verde é aquele produzido com eletricidade oriunda dessas fontes de energia limpas e renováveis, como as de matriz hidrelétrica, eólica, solar e provenientes de biomassa, biogás, entre outros. Ou seja, o H2 Verde é obtido sem emissão do gás carbônico (CO2). Alinhada a essa perspectiva sustentável, o objetivo desse projeto é traçar um panorama do mercado de H2 Verde em Minas Gerais, de maneira a criar e aplicar a metodologia de um Roadmap tecnológico e estratégico sobre o assunto.

Alguns trabalhos serão desenvolvidos ao longo das etapas do projeto. Os principais resultados serão um panorama do mercado de H2 Verde em âmbitos global, nacional e regional; a criação da metodologia para desenvolvimento do Roadmap regional; e a aplicação do Roadmap Tecnológico-Estratégico para o H2 Verde no ambiente de negócios em Minas Gerais.

O projeto se propõe a desenvolver uma metodologia para a construção de um Roadmap Tecnológico-Estratégico que irá nortear a difusão do H2 Verde nas cadeias produtivas das regiões de atuação das empresas de energia elétrica. A metodologia será aplicada ao ambiente de negócios do estado de Minas Gerais.

A metodologia e o Roadmap estratégico para Minas Gerais, principal área de atuação da Cemig, deverão contribuir para aumentar o sucesso e os ganhos em produtividade de empreendimentos em energia renovável para suprimento às plantas de produção de H2 Verde. Além disso, o projeto marcará o protagonismo da Companhia em um mercado em formação.

O projeto foi iniciado em março de 2024 e terá o prazo de execução de 12 meses e tem uma previsão de investimento de R\$2,5 milhões.

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de energia elétrica da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso d'água. É um recurso sensível às variações climáticas, vulnerável às consequências da exploração de outros recursos naturais, bastante impactada por ações antrópicas, e sujeito ao ambiente regulatório, fazendo com que a sua gestão e conservação sejam assuntos de alta relevância para a Cemig, com gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

A água para a geração de energia é retirada de reservatórios artificiais e/ou barragens construídas em curso d'água e direcionadas

às casas de força constituídas de equipamentos (turbinas e geradores de energia elétrica). Após gerar energia, a água é retornada imediatamente à jusante das casas de força, retornando ao sistema sem perdas quantitativas e qualitativas.



**Água é a principal
matéria prima da Cemig**



100% dessa água
retorna ao seu curso d'água

O consumo administrativo de água é proveniente do consumo em torneiras, vasos sanitários, irrigação de jardins e outras atividades potáveis e não potáveis e, após passarem por sistemas de tratamento, os efluentes industriais e sanitários tratados são dispostos novamente no curso d'água.

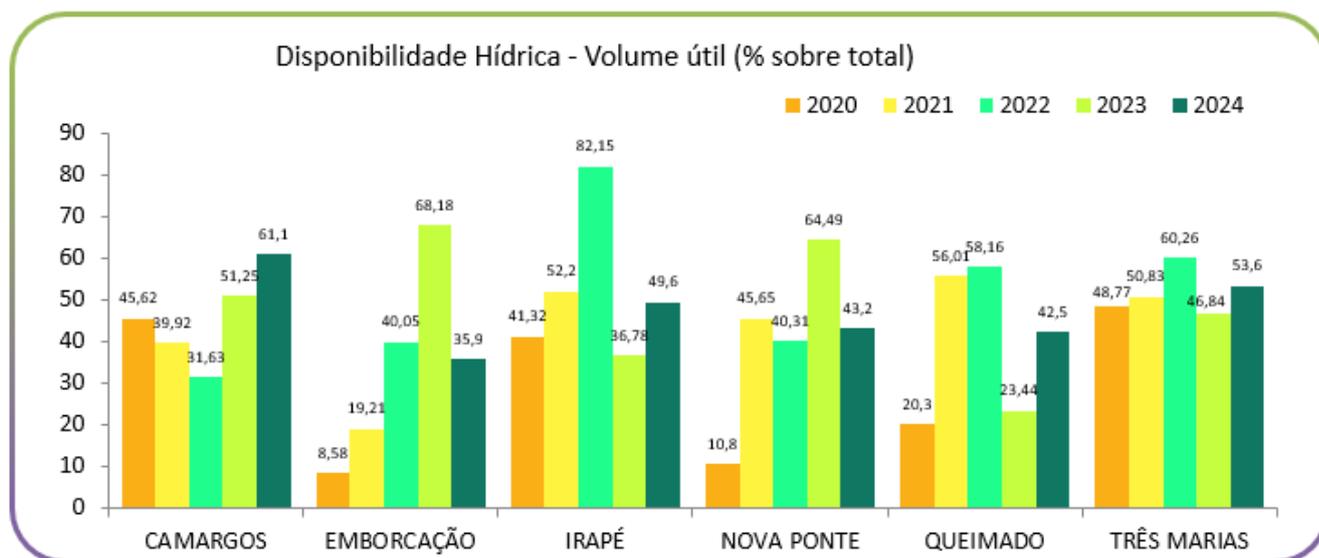
O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida nos períodos chuvosos 2020/2021 e 2021/2022), o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu website e no aplicativo PROX (ferramenta para divulgação dos dados operativos e de gestão de riscos de emergência), os dados diários operativos e hidrológicos dos seus reservatórios. A ferramenta está disponível para download nas plataformas iOS e Android dos smartphones.

O ano de 2024 foi caracterizado por ter sido de operação normal da maioria dos reservatórios das grandes hidrelétricas localizadas na região centro-sul do país, com vazões assumindo bons patamares, tanto no período seco como no período chuvoso, muito decorrente da recuperação de armazenamento ocorrido no ano anterior, em 2023.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2024, comparado com a mesma época dos últimos cinco anos.



Biodiversidade

A Cemig busca adotar práticas ambientais rigorosas para gerenciar os impactos sobre a biodiversidade. Em cada empreendimento e unidade operacional com potencial de impacto, são realizados estudos especializados que avaliam os efeitos das atividades sobre o meio ambiente e definem programas para prevenir, mitigar, reabilitar ou compensar impactos negativos, conforme a hierarquia de mitigação. Além disso, a Companhia trabalha para identificar e potencializar os impactos positivos de suas operações.

Esses estudos utilizam metodologias que consideram fatores como a magnitude, frequência, abrangência e reversibilidade dos impactos. Para isso, analisam-se as características específicas das áreas de operação e seus arredores, além de aspectos como fauna, flora, relevo e recursos hídricos. Essa abordagem garante que as ações sejam adequadas às peculiaridades de cada local, proporcionando uma gestão ambiental eficaz e responsável.

Embora a utilização de energia elétrica pela sociedade não gere riscos significativos para a biodiversidade, a Cemig dedica atenção aos possíveis impactos ambientais associados à sua cadeia de fornecimento. Para minimizar esses efeitos, a Política de Biodiversidade da Companhia estabelece a prioridade por fornecedores comprometidos com a conservação dos ecossistemas naturais. Esse critério é monitorado ao longo da cadeia de suprimentos, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis.

A conformidade legal é outro ponto crítico na gestão da biodiversidade. O não cumprimento de prazos, exigências de licenciamento ou condicionantes ambientais pode resultar em multas, paralisações de operações, perdas de receita e até a suspensão de licenças ambientais. Por isso, a Cemig realiza um monitoramento contínuo dos aspectos ambientais relevantes, incluindo projetos de pesquisa e programas específicos relacionados à fauna terrestre, ictiofauna (peixes) e reflorestamento, entre outros.

Essas ações estão alinhadas ao modelo de governança e gestão de riscos corporativos da Companhia, baseado no “Modelo das Três Linhas”. Esse modelo distribui de forma clara as responsabilidades pela gestão de riscos. Na primeira linha, os gestores e empregados das áreas de negócios lideram as ações de controle e aplicação de recursos, garantindo que os objetivos corporativos sejam alcançados com segurança e sustentabilidade.

Diagrama das três linhas de defesa



Por meio dessa estrutura robusta e de uma abordagem baseada em estudos científicos, a Cemig não apenas assegura a conformidade com a legislação ambiental, mas também contribui para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade das suas operações, reforçando seu compromisso com a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável.

Plantio e conservação da biodiversidade

A Cemig também investe em iniciativas de conservação de espécies vegetais nativas, com a gestão de três unidades de conservação localizadas em áreas representativas dos biomas Mata Atlântica e Cerrado. São elas: a RPPN Fartura, em Capelinha-MG (1.455 hectares), a RPPN Galheiro, em Perdizes-MG (2.695 hectares), e a RPPN Usina Coronel Domiciano, entre os municípios de Muriaé e Rosário da Limeira (263,56 hectares), que inclui a PCH Coronel Domiciano. Essas áreas não apenas protegem a vegetação e fauna local, mas também funcionam como espaços para pesquisas científicas e educação ambiental, além de servirem de refúgio para animais.

Além dessas unidades, a Cemig mantém a Estação Ambiental Itutinga, que conta com um viveiro capaz de produzir cerca de 22 mil mudas por ano. Essas mudas são utilizadas em reflorestamentos realizados pela Companhia ou doadas à população. Para complementar suas ações de preservação, a Cemig realiza projetos de restauração de áreas degradadas e de recomposição florestal, com o objetivo de mitigar os impactos ambientais causados pelas operações de suas unidades, como usinas hidrelétricas e eólicas, linhas de transmissão e subestações.

A Cemig também é responsável por áreas ambientalmente sensíveis, como zonas de biodiversidade, onde suas operações se cruzam com essas áreas protegidas. Embora o mapeamento de suas atividades tenha sido realizado, a Companhia ainda não possui uma correlação detalhada entre seus empreendimentos e as zonas sensíveis, especialmente considerando que muitas das usinas hidrelétricas da Cemig foram construídas antes da identificação de áreas prioritárias para conservação, que só foi sistematizada a partir de 2005.

Além da vegetação, a Cemig adota estratégias para preservar áreas protegidas contra incêndios. A Cemig conta com dois projetos importantes para monitoramento e combate ao fogo. O primeiro é um sistema de alerta de queimadas, que utiliza dados de satélite e modelos meteorológicos para identificar e prever o deslocamento de focos de incêndio nas áreas próximas às linhas de transmissão. Esse sistema permite que as equipes de campo realizem inspeções em pontos críticos, adotando uma postura proativa para prevenir impactos nos serviços de energia.

O segundo projeto é a plataforma “Apaga o Fogo!”, uma tecnologia que auxilia no combate a incêndios e busca reduzir as interrupções no fornecimento de energia elétrica causadas por queimadas. Essa plataforma também visa à proteção de áreas ambientais sensíveis, sendo um importante aliado na prevenção de novos focos de incêndio. Para facilitar o acesso à população, um aplicativo para iOS e Android está sendo desenvolvido, oferecendo informações em tempo real sobre o monitoramento de queimadas.

Com essas ações, a Cemig trabalha de forma integrada e proativa para proteger tanto o meio ambiente quanto a qualidade do serviço prestado à sociedade, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e contribuindo para a preservação da biodiversidade.

Autorizações ambientais para expansão do sistema elétrico

A Cemig alcançou um marco importante no número de autorizações ambientais para intervenções em áreas destinadas à expansão e modernização do sistema elétrico em Minas Gerais. Em 2024, foram obtidas 97 autorizações para a construção de linhas e subestações de energia, um aumento de quase 100% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 49 liberações.

O crescimento no número de autorizações reflete o compromisso da Cemig com a ampliação da infraestrutura energética do estado. Para viabilizar essas obras, a Cemig conduz estudos ambientais detalhados e obtém as devidas permissões, garantindo a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Em alguns casos, a implantação das novas estruturas exige a supressão de vegetação nativa. Para mitigar os impactos ambientais dessas intervenções, a Cemig investe em projetos de compensação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Entre 2019 e 2024, a Cemig executou um amplo programa de restauração florestal, com o plantio de mais de 1 milhão de mudas de espécies nativas, como ipê, pequi, cedro e jacarandá-da-bahia, contribuindo para a preservação da biodiversidade em Minas Gerais.

Gestão de resíduos

A Cemig GT gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Logística é responsável pelo processo de destinação final do resíduo.

A maior parte dos resíduos da Companhia possui valor comercial e é constituída principalmente de sucata metálica, cabos, fios e postes. São adotados procedimentos para o manuseio,

transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, a fim de garantir que as atividades da Companhia não resultem em impactos a saúde humana e ao meio ambiente.

No exercício de 2024, foram encaminhadas para destinação final aproximadamente 1,8 mil toneladas de resíduos industriais. Materiais oriundos de manutenções e ampliações do parque elétrico da Cemig GT, compostos pelos sistemas de Geração e Transmissão. Uma característica comum dos resíduos gerados pela companhia, são seus altos níveis de reaproveitamento. Pois, grande parte dos resíduos gerados são metálicos: cabos, equipamentos elétricos, transformadores, ferragens, estruturas, materiais diversos com alto teor de cobre, ferro e alumínio em suas composições.

Do total de resíduos gerados, cerca de 1,2 mil toneladas foram alienadas ou recicladas. Além disso, 177,42 toneladas de resíduos industriais foram coprocessados. Cerca de 110,54 toneladas de resíduos foram destinadas em aterros industriais, materiais oriundos de perdas de aproveitamento dos processos de reciclagem.

Em 2024, 235.047 litros de óleo mineral isolante foram alienados para rerrefino, que é um processo de reciclagem do óleo. Nesse processo o óleo mineral isolante é utilizado como matéria prima para fabricação de óleos lubrificantes diversos.

Vale destacar que em 2024, o nosso modelo de operação de Logística Reversa se mostrou robusto e eficiente, constatamos uma maior agilidade na retirada de sucatas e materiais inservíveis, além da otimização e melhora nos controles internos de gestão. A nova forma de operação e gestão logística foi implementado no segundo semestre de 2022 com o objetivo de modernizar os processos e torná-los mais eficientes. Desde então, a operação logística de entrega de novos materiais e de retorno de materiais inservíveis da companhia tem oferecido aos empregados e clientes internos mais agilidade, eficiência e tecnologia. Com isso, o modelo de operação de logística reversa foi testado e aprovado. Dessa forma, para 2025 a Cemig já firmou um novo contrato para os próximos 4 anos. Com os mesmos moldes da atual contratação. O novo contrato possuiu mais funcionalidades e robustez operacional, com o objetivo de elevar ainda mais nosso nível de serviço para nossos clientes internos.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, seguindo normas internas e a legislação ambiental vigente. Com isso a Cemig garante que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Programas para a ictiofauna

Tendo em vista o grande número de usinas hidrelétricas administradas, a Cemig tem uma grande dependência dos recursos hídricos para sua operação, reconhecendo, no que tange aos impactos na ictiofauna, que tem grande amplitude e relevância ambiental. Dessa forma, assim como faz com a gestão de recursos hídricos, a Cemig também promove uma série de ações voltadas para o tema da ictiofauna.

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com investimentos de R\$3,7 milhões em 2024, que tem a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo

que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade.

Desde sua criação, em 2007, o programa atua em duas frentes visando a preservação das populações de peixes: apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

O Programa Peixe Vivo possui 23 projetos científicos em seu portfólio, que contaram com a participação de 434 empregados, pesquisadores e estudantes, resultando em mais de 750 publicações. Durante o exercício de 2024 não houve projetos em execução, porém, usando resultados de projetos realizados em anos anteriores houve a publicação de 26 produtos científicos (15 artigos científicos, sete resumos ou informes técnicos, duas teses e dois prefácios) relacionados aos projetos ou ações do Programa Peixe Vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 16 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2024.

Para avaliar e mitigar o impacto da geração hidrelétrica sobre a ictiofauna, o Programa Peixe Vivo criou o indicador de Biomassa Afetada (BA), que consiste no somatório da biomassa de peixes mortos (em quilogramas) devido aos efeitos diretos da operação e manutenção de equipamentos e estruturas das usinas hidrelétricas. Os limites anuais iniciais desse indicador foram estabelecidos com base na análise histórica do banco de dados de ocorrências ambientais e há redução progressiva dos valores dos limites anualmente. Adicionalmente, o desenvolvimento e a implementação do programa de avaliação do risco de morte de peixes promoveram a redução de, aproximadamente, 34% na média mensal das mortes de peixes nas usinas hidrelétricas do Grupo Cemig até 2024. Contudo, em 2024, onde o limite do indicador de Biomassa Afetada era de 718 kg, as ocorrências no ano totalizaram 817kg, valor que ficou acima do limite estabelecido.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, desde 2022, a Cemig aderiu à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero e do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando o compromisso firme da Companhia com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Cemig.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Em 2024, a Cemig foi a primeira empresa brasileira do setor elétrico a integrar a *Utilities for Net Zero Alliance* (Uneza), iniciativa global pelo Net Zero e o anúncio foi feito pelo presidente Reynaldo Passanezi durante a COP 29, no Azerbaijão. A Uneza é uma iniciativa que reúne as principais concessionárias e empresas de serviços públicos do setor elétrico com o objetivo de

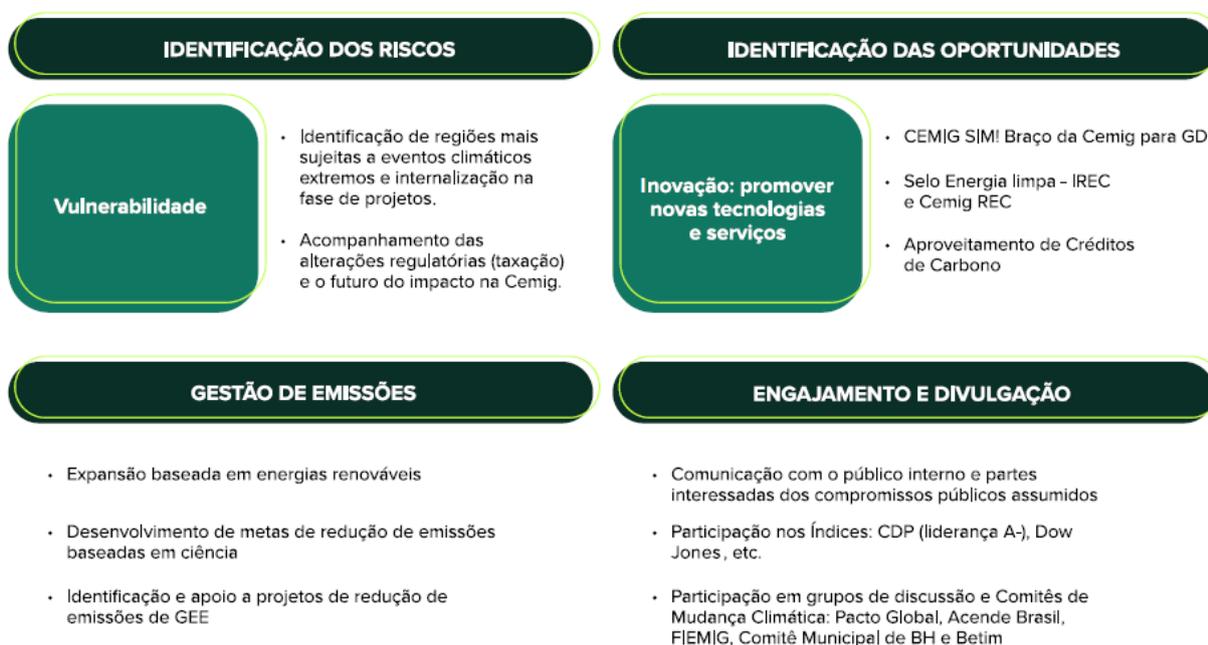
promover soluções de energia limpa e avançar no processo da transição energética global e da descarbonização da economia.

Estratégia climática e plano de adaptação

A estratégia da Cemig para mitigação, adaptação e divulgação do tema para a sociedade e para seus investidores está explicitada no Relatório de Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima, disponível no site da Companhia.

A Cemig submeteu metas de redução das emissões de GEE ao SBTi (*Science Based Target Institute*), que estão em processo de validação.

Diretrizes da Estratégia Climática da Cemig



Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig deu início ao Programa de Aprendizagem Industrial em 2024 focado no curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica. Com um total de 125 aprendizes, esta iniciativa representa um compromisso sólido da Cemig com o desenvolvimento profissional e social.

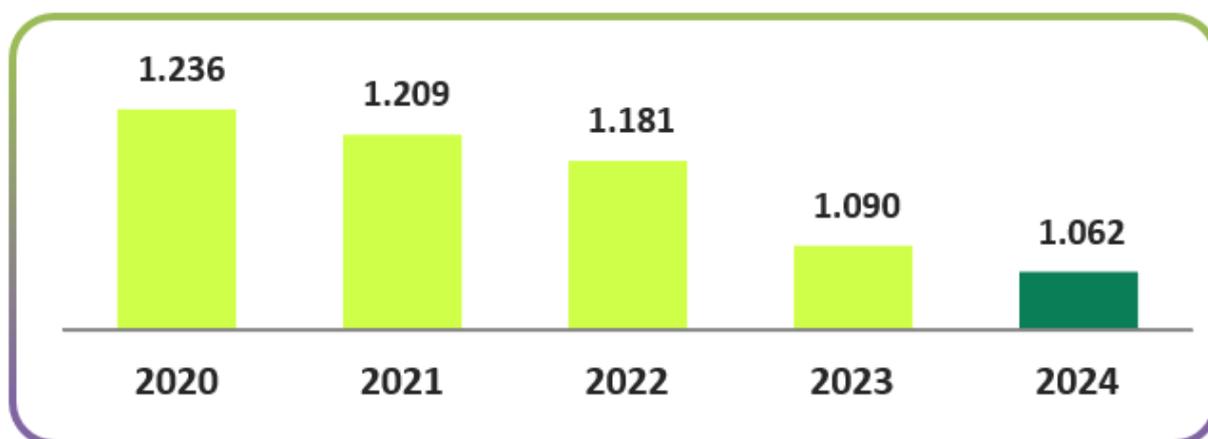
Responsabilidade social

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade tiveram a oportunidade de participar do curso em 2024.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Companhia segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução em seu quadro de pessoal, passando de 1.236 empregados em 2020 para 1.062 em 2024, conforme apresentado no gráfico:



Em 2024, a Companhia admitiu 103 novos empregados, objetivando o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Capacitação e desenvolvimento

A Cemig considera seus empregados como parceiros estratégicos no cumprimento de sua missão, responsáveis pela sustentabilidade econômica, técnica social e ambiental. Dessa forma, promove a capacitação e o desenvolvimento contínuo, com o objetivo de aprimorar suas competências e promover seu crescimento profissional e pessoal.

Após a contratação dos profissionais, a Companhia disponibiliza um portfólio de treinamentos de cunho técnico, comportamental e de gestão, com o objetivo de que cada colaborador possa desenvolver seus conhecimentos para o exercício de sua função e progressão de carreira. Um dos destaques desse portfólio do aprendizado organizacional da Companhia é o treinamento de “Aperfeiçoamento em Unidades Consumidoras”. O treinamento de “Gestão de Riscos e Controles Internos” é outro exemplo, proporcionando aos empregados uma visão crítica de como a Cemig, considerando as melhores práticas do mercado e uma abordagem estratégica, interage com a governança, gestão de riscos e controles internos na Companhia e procedimentos que visam a prevenção e mitigação de riscos.

A Cemig também tem investido no fortalecimento de suas lideranças por meio do Programa de Desenvolvimento da Liderança Cemig. Implementado em 2021, o programa busca desenvolver competências e habilidades consideradas críticas, alinhadas às transformações culturais e estratégicas da Companhia. A iniciativa estimula a capacidade de influência dos líderes em seus contextos de atuação, promovendo resultados consistentes.

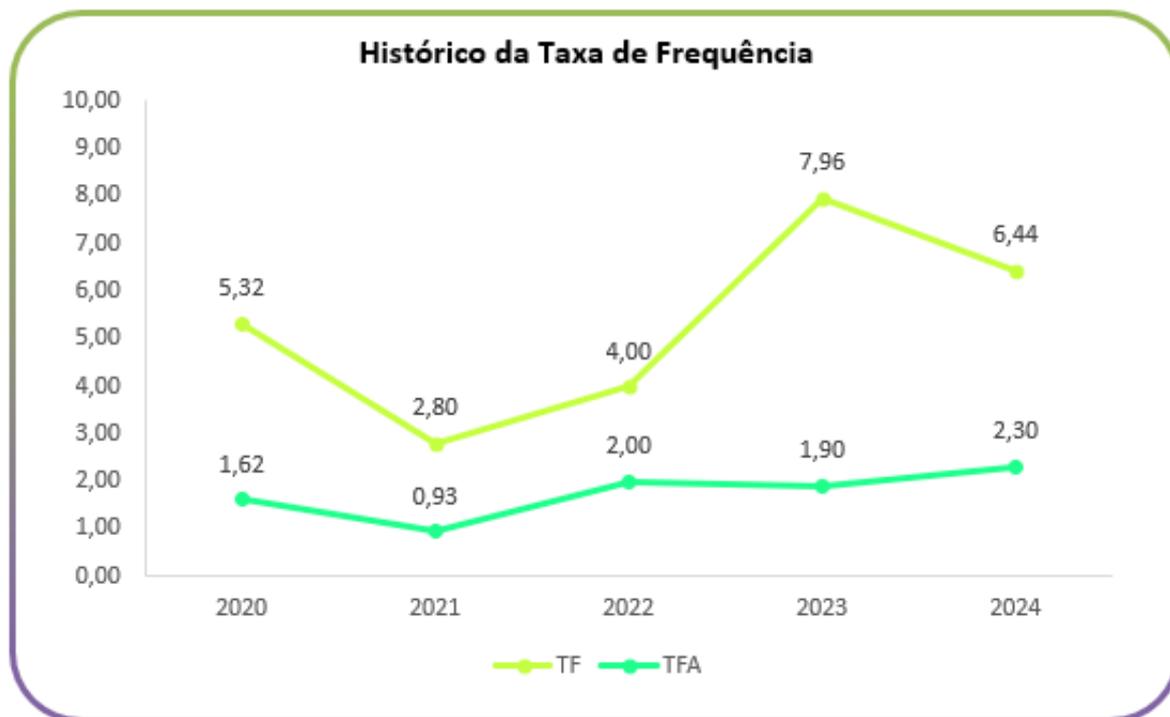
Saúde, higiene e segurança do trabalho

A proteção de toda sua força de trabalho é ponto central da atuação da Cemig, reafirmado pelo valor de “Respeito à vida” do seu Código de Conduta, alinhada à Política de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Bem-estar.

A Cemig adota uma abordagem abrangente para prevenir e mitigar impactos significativos na saúde e segurança do trabalho, que estão diretamente ligados às suas operações, produtos e serviços, assim como às suas relações de negócios.

Durante todo o ano de 2024 continuaram a ser adotadas pela nossa força de trabalho, ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa de Frequência de Acidentes (TF) e Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA), apresentamos os dados de 2024, bem como os dados dos últimos 5 anos.



Houve um pequeno aumento na TFA comparado com o ano de 2023 enquanto na TF houve uma redução, porém em comparação com os anos anteriores ainda temos o desafio de conseguir uma tendência de declínio substancial nessas taxas. Ressalta-se que a empresa está tomando todas as ações para que esta taxa diminua para os próximos anos.

Cultura organizacional

A Cemig vem passando por uma evolução da sua cultura, em especial, a cultura de cliente, um dos direcionadores do seu planejamento estratégico. A empresa ajustou suas lentes para trabalhar, em 2025, com o desenvolvimento desse direcionador de forma mais específica, frente aos desafios que já surgem em um horizonte próximo, no qual deixa de ter consumidores cativos para receber clientes que vão poder escolher de qual empresa consumir a energia.

A Cemig conta com 5 mil empregados próprios e quase 15 mil terceirizados, sendo que, desse total, 60% têm interface com clientes nas áreas de Distribuição e Comercialização. O atendimento ao cliente da Cemig possui canais digitais e 777 Postos de Atendimento espalhados pelos 774 municípios de sua área de concessão.

A gestão do cliente é de responsabilidade da Cemig Distribuição e a operação de todos esses Postos de Atendimento é realizada pelo parceiro estratégico, fruto do Projeto Cliente+ (Acordo de Parceria Estratégica, Tecnológica e Operacional desde 2021).

O cenário de abertura de mercado de energia elétrica a partir de janeiro de 2024 imprime um novo contexto para o setor energético, permitindo que todos os clientes atendidos em alta tensão (AT) possam escolher seus fornecedores de energia elétrica. Em 2026, está prevista a abertura de mercado para os clientes atendidos em baixa tensão (exceto Classe Residencial e Rural), sendo possível a abertura total desse mercado livre até 2030.

Essa transformação do setor energético, de um serviço básico para uma experiência focada no cliente, é tanto um desafio quanto uma oportunidade para as empresas se adaptarem ao novo dinamismo de mercado. Iniciativas importantes, como investimentos em infraestrutura, melhorias de processos e desenvolvimento de tecnologias têm avançado na Cemig. No entanto, não são percebidas pelos clientes a ponto de contribuírem para a melhoria da satisfação com os serviços e reputação da empresa.

É diante desse cenário que foi iniciado, em outubro de 2024, o Projeto Cultura de Cliente, com previsão de término/reavaliação para outubro de 2025. O trabalho de desenvolvimento envolve diretamente mais de 400 líderes, desde a construção da Cultura desejada com foco no Cliente até o desenvolvimento de competências para o processo de internalização e sustentação da cultura desejada. Os objetivos são:

- Definir a Cultura com foco no Cliente que sustentará as estratégias para o novo cenário e geração de resultados excepcionais;
- Desenvolver e robustecer a liderança para modelar as pessoas e equipes para a prática da Cultura com foco no Cliente;
- Envolver e mobilizar todos os empregados, próprios e terceirizados para a prática da Cultura com foco no Cliente.

Diversidade

A Cemig tem se empenhado em promover a valorização da diversidade e a inclusão em sua cultura organizacional, por meio de sua Política de Valorização da Diversidade e Inclusão, que tem como diretriz o respeito às pessoas e a valorização das diferenças e da individualidade de cada um. A Companhia busca criar um ambiente de trabalho livre de preconceitos, alinhado ao seu Código de Conduta e ao Compromisso com os Direitos Humanos. Desde 2019, a Cemig conta com o Grupo de Valorização da Diversidade, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial, composto por representantes de diversas áreas. Esse grupo tem a responsabilidade de identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade no quadro funcional.

Em 2023, a Cemig lançou seu Programa de Diversidade, que estabeleceu metas de médio e longo prazos, aprovadas pela Alta Liderança. Essas metas refletem o compromisso da Companhia em buscar uma representatividade que seja mais condizente com a sociedade brasileira em todas as suas hierarquias.

Metas assumidas

- **Ter 25% de mulheres em cargos de gerentes/superintendentes em todas as diretorias até 2026.**
- **Ter 15% de mulheres em cargos de Supervisora até 2026.**
- **Ter 6% de pessoas com deficiência até 2030.**
- **Aumentar o percentual de Gerentes/ Superintendentes da Geração Y para 50% até 2026.**
- **Aumentar o percentual de Supervisores da Geração Y para 50% até 2026.**
- **Aumentar para 55% a representatividade de pessoas negras até 2030.**
- **Ter 20% de pessoas negras em cargos de Gerentes/Superintendência até 2030.**
- **Ter 20% de pessoas negras em cargos de Supervisor até 2030.**
- **Aumentar a percepção/favorabilidade no recorte LGBTI+ para 70% até 2026⁴⁵.**
- **Aumentar o percentual de aliados à causa LGBTQIA+.**
- **30% dos candidatos à posição de liderança devem pertencer aos grupos minorizados até 2026.**

Uma das iniciativas importantes da Cemig, no que diz respeito à diversidade, foi a nomeação de três mulheres para cargos de livre nomeação e exoneração na Diretoria Executiva, o que representa uma ação significativa para aumentar a representatividade feminina na liderança. A Companhia também busca alternativas para aumentar a participação de outros grupos minorizados em seu quadro de empregados, ampliando sua abordagem sobre diversidade e inclusão.

De acordo com a Política de Valorização da Diversidade e Inclusão da Cemig, ela conta com a diretriz de “Respeitar as pessoas, valorizando as diferenças e a individualidade de cada um, criando um ambiente livre de preconceitos”.

Desde 2019, a Cemig conta com o Grupo de Valorização da Diversidade, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial e com participantes de diversas áreas. Sua responsabilidade é identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade na Companhia.

A Cemig busca alternativas para aumentar a participação de todos os grupos minorizados em seu quadro e ampliar o olhar da diversidade para outros públicos. Um exemplo é o programa de aprendizagem industrial: em 2023, a Cemig recebeu o 1º lugar do prêmio Ser Humano pela ABRH,

por ter destinado vagas a pessoas em situação de rua e 50% das vagas de ampla concorrência para pessoas do gênero feminino no curso de eletricitista de linhas e redes aéreas. O objetivo do programa é conciliar o resgate de jovens em condição de vulnerabilidade social com a oportunidade de formação especializada, além de promover maior participação de mulheres nesse segmento de mercado.

Cemig nas comunidades

A Cemig se dedica a promover o uso seguro da energia elétrica, fornecendo informações e esclarecimentos contínuos à população. A empresa realiza campanhas informativas, oferece instruções técnicas e disponibiliza equipes para orientar sobre situações de risco. Além disso, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes em sua área de concessão, utilizando diversos meios de comunicação, como rádio, jornal, mídias digitais, TV e redes sociais, além de materiais educativos como cartilhas e folders.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos empregados para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia.

O Plano visa, também: (i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e (ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento “Segurança com a Energia Elétrica”, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

A Cemig também realiza visitas de eficiência energética nas residências de milhares de famílias de comunidades, aglomerados e conjuntos habitacionais de Minas Gerais. Durante as visitas, atendentes comunitários realizam a troca de lâmpadas antigas por outras de modelo LED. Caso a residência já tenha todas as lâmpadas desse modelo, os atendentes poderão dar dicas importantes sobre como economizar energia. Esse serviço é totalmente gratuito e faz parte do Programa de Eficiência Energética da companhia, regulado pela Aneel.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 municípios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2024, foram investidos R\$126 milhões em 289 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.

**COMO A CEMIG FORTALECE A CULTURA EM MINAS E
CONTRIBUI PARA SUA LIDERANÇA NO ÍNDICE DOW JONES DE
SUSTENTABILIDADE**



 <p>Música e dança: Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, Orquestra Filarmônica de Varginha, e Grupo Corpo.</p>	 <p>Tradição e cultura popular: Coral dos Profetas, Congados e Reinados, Folia de Reis.</p>
 <p>Teatro e artes visuais: Grupo Galpão, Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, Campanha de Popularização do Teatro, Inhotim, Pinacoteca Cemig, Museu Inimá de Paula.</p>	 <p>Projetos de arte negra: Mostra Imune, projeto AfroMineirades e Mãos de Raça.</p>
 <p>Memória e literatura: Academia Mineira de Letras, Arquivo Público e Centro do Patrimônio. Museu Inimá de Paula.</p>	 <p>Publicações e registros: Livro Quilombolas – Cemig no Campo, Projeto Quilombos do Vale do Jequitinhonha e Jornal Afrodescendente.</p>



Saúde

Em 2024, através do Programa de Eficiência Energética da Cemig (regulado pela Aneel), a companhia investiu mais de R\$14,8 milhões em diferentes regiões de Minas Gerais, atendendo a 55 unidades hospitalares públicas e filantrópicas, em 43 municípios da área de concessão. As ações da iniciativa Cemig nos Hospitais, promoveram a substituição de autoclaves, secadoras, calandras, focos cirúrgicos e sistemas de iluminação em geral, além da instalação de usinas fotovoltaicas, garantindo economias para os hospitais e melhoria do atendimento para os mineiros.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lança chamada pública anualmente para selecionar projetos que promovam a prática de esportes e ofereçam benefícios sociais e de cidadania, especialmente para crianças e adolescentes. Além disso, esses projetos reforçam a imagem da empresa como comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais. Para projetos esportivos, a Cemig destinou mais de R\$40 milhões desde 2019 sendo que 12% dos recursos destinados ao esporte são direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado. Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte.

Um exemplo disso é o fato de a Cemig ter ampliado o apoio ao esporte olímpico e paralímpico em Minas Gerais com a destinação de mais R\$1 milhão em patrocínio ao Praia Clube, de Uberlândia. Desde 2019, a Cemig já apoia a natação paralímpica da instituição, que foi um dos destaques da delegação brasileira nas Paralimpíadas de Paris 2024, com 10 medalhas conquistadas na modalidade. Agora, a Cemig patrocinará também as equipes do atletismo, consolidando-se como uma das maiores incentivadoras do esporte olímpico no Brasil.

Fundo do Idoso

Fundo do Idoso: A população acima dos 60 anos tem aumentado e a expectativa de vida, nesse contexto, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual do Idoso do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Desde 2020 são lançados editais anuais de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Uma das instituições apoiadas pela Cemig nesse contexto é a Hospital Mário Penna, que, nos últimos cinco anos, recebeu mais de

R\$700 mil incentivados da Companhia. O número de beneficiados das iniciativas destinadas aos idosos cresce a cada ano, tendo sido investido nesses projetos, em 2024, mais de R\$3 milhões.

Fornecedores

A Cemig entende que o sucesso do seu negócio está diretamente relacionado à sua estratégia de fornecedores e adota os mesmos princípios e valores em relação à sua cadeia de suprimentos. Portanto, a Cemig estabelece um relacionamento com sua cadeia de suprimentos orientado pelo documento “Requisitos ESG para a Cadeia de Suprimentos”, pela Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional e pela legislação federal e estadual.

O processo de gestão de fornecedores, incluindo as práticas de compras, é revisado continuamente para garantir o alinhamento às melhores práticas e requisitos ESG. Para garantir o cumprimento da estratégia e os objetivos ESG, a equipe é devidamente treinada no papel que desempenha.

Desde 2015, a Cemig incluiu em todos os contratos o pré-requisito relativo ao cumprimento da Lei Anticorrupção por parte dos fornecedores. Dessa forma, a cadeia de valor da Companhia assume o compromisso de não cometer atos capazes de lesar a administração pública, como também de denunciar a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na contratante.

As exigências para cadastro e contratação de fornecedores são mais rigorosas à medida que o objeto fornecido envolve maior risco em aspectos de meio ambiente, responsabilidade social e saúde e segurança.

Prêmio Melhores Fornecedores Cemig

O Prêmio Melhores Fornecedores Cemig visa externalizar os valores para além da organização, reconhecendo, prestigiando e homenageando as empresas que, fortemente, contribuem para que a Cemig possa cumprir o seu objetivo social de gerar, transmitir e distribuir energia elétrica, atendendo às expectativas de seus consumidores, acionistas e sociedade em geral. A iniciativa busca a melhoria contínua dos resultados e o fomento de iniciativas e práticas sustentáveis.

Em 2024, a empresa Prysmian Cabos e Sistemas do Brasil foi a ganhadora do prêmio “Destaque em Inovação”, inédita na premiação, com o projeto do “cabo green”. O produto utiliza um revestimento feito com 20% de polietileno de origem vegetal, obtido por meio da cana-de-açúcar, ao contrário dos tradicionais que são revestidos de material 100% polietileno originado do petróleo, um combustível fóssil. A Cemig é a primeira distribuidora brasileira a usar essa tecnologia mais sustentável. Os cabos foram instalados como teste no exercício de 2023 em uma rede da Região Metropolitana de Belo Horizonte e obtiveram desempenho bastante satisfatório, credenciando-os para a utilização na rede da empresa.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Alguns projetos de destaque em 2024 são:

Programa AI6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A Campanha de 2024 do AI6% envolveu a participação de 1.445 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$1,4 milhão, com o intuito de beneficiar 146 instituições que atendem mais de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

O valor investido pela Companhia e suas coligadas foi de aproximadamente R\$1,3 milhão. No total, foram destinados R\$3 milhões para entidades distribuídas em 75 municípios da área de influência da Companhia. A ação conta com a participação de voluntária de 146 padrinhos e madrinhas que atuam como captadores de recursos.

Com o propósito de ser, cada vez mais, uma empresa socialmente responsável, a Cemig busca fomentar projetos e ações voluntárias que tenham um papel transformador na sociedade.

Programa Você – Voluntariado Empresarial - engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: (i) o de incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino e (iii) ações propostas por empregados na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Em 2024, o Programa VOCÊ destacou-se pela importância de suas ações voluntárias na comunidade. Com a participação de 214 empregados voluntários, o programa acumulou 898 horas de atuação, beneficiando diretamente 553 pessoas. Essas iniciativas não apenas promovem o desenvolvimento humano e o bem-estar das comunidades, mas também reforçam a cultura de solidariedade e cidadania participativa dentro da empresa. A atuação voluntária dos empregados é fundamental para a transformação social, demonstrando o compromisso da Cemig em ser uma empresa socialmente responsável e engajada com as causas comunitárias.

Energia Jovem - visa formar jovens, estudantes de escolas públicas, para o mercado de trabalho, auxiliando-os no entendimento de como iniciar a vida profissional e ingressar em uma organização. A formação é composta por módulos que abordam temas relevantes para a entrada no mercado de trabalho, como por exemplo, o autoconhecimento, networking, competências a serem desenvolvidas, como se preparar para uma entrevista e elaborar o currículo, entre outros. Em 2024, foram capacitados 92 jovens na cidade de Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 7 voluntários da Cemig.

Gestão de Projetos na Carreira - a gestão de projetos é uma das profissões do futuro, que vem crescendo e se tornando essencial e requisitada em várias empresas. A iniciativa visa possibilitar aos alunos uma aprendizagem experiencial de como fazer a gestão de projetos, auxiliando-os na compreensão, planejamento, realização, monitoramento e avaliação do projeto, como a gestão da própria carreira. O conteúdo programático aborda o que é um projeto e sua aplicação no dia a dia. Com abordagem simples e prática, o programa pretende levar o jovem a entender qual o seu papel como gestor desse projeto, como fazer um bom gerenciamento, como definir metas, escopo e prazos. Em 2024, foram capacitados 89 jovens na cidade de Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 9 voluntários da Cemig.

Start+Up - curso gratuito promovido pela Cemig com o objetivo de orientar jovens sobre empreendedorismo e criação de startups, a partir do método aprender-fazendo. A formação "Start + UP", é composta por módulos abordam temas relevantes relacionados ao empreendedorismo, como o que é e como desenvolver uma startup, construção de marca, desenvolvimento de produto, fontes de financiamento, entre outros. Ao término do programa os participantes apresentarão a empresa ou projeto desenvolvido a uma banca de jurados a partir do método *Pitch*, que é uma apresentação curta e direta voltada a despertar o interesse de um investidor, parceiro ou cliente. Em 2024, foram capacitados 22 jovens nas cidades de Uberlândia e Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 11 voluntários da Cemig.

Conectando Energias - é uma iniciativa criada em 2024, que reúne Eficiência Energética e o Programa Você (Voluntariado Cemig), e mobilizou 210 voluntários, distribuídos em 44 equipes inscritas para atuarem em 28 municípios mineiros ao longo de 2025, a fim de atenderem mais de 40 instituições beneficentes, com o intuito de promover mais economia de energia e redução dos desperdícios.

Além dessas ações, tivemos a campanha Páscoa Solidária, em que voluntários(as) se dedicaram a fabricar 3.000 ovos de chocolate, para 350 crianças da Associação das Obras Pavonianas de Belo Horizonte; SOS Rio Grande do Sul com a arrecadação de itens de necessidade e disponibilização de voluntários dentro do horário de trabalho para a triagem de doações para os atingidos pelas intensas chuvas que atingiram o estado; Cartinhas de Natal com a adoção pelos voluntários de 104 cartas de atendidos por instituições sociais e o Natal Solidário em Rede realizado em conjunto com as empresas participantes da Rede Desafio 2030 na Cidade dos Meninos, em Ribeirão das Neves que atende mais de 2.700 crianças e jovens a Companhia enviou o caminhão de atividades interativas do Programa de Eficiência Energética, regulado pela Aneel.

Segurança de barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades, também são feitas revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da empresa, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

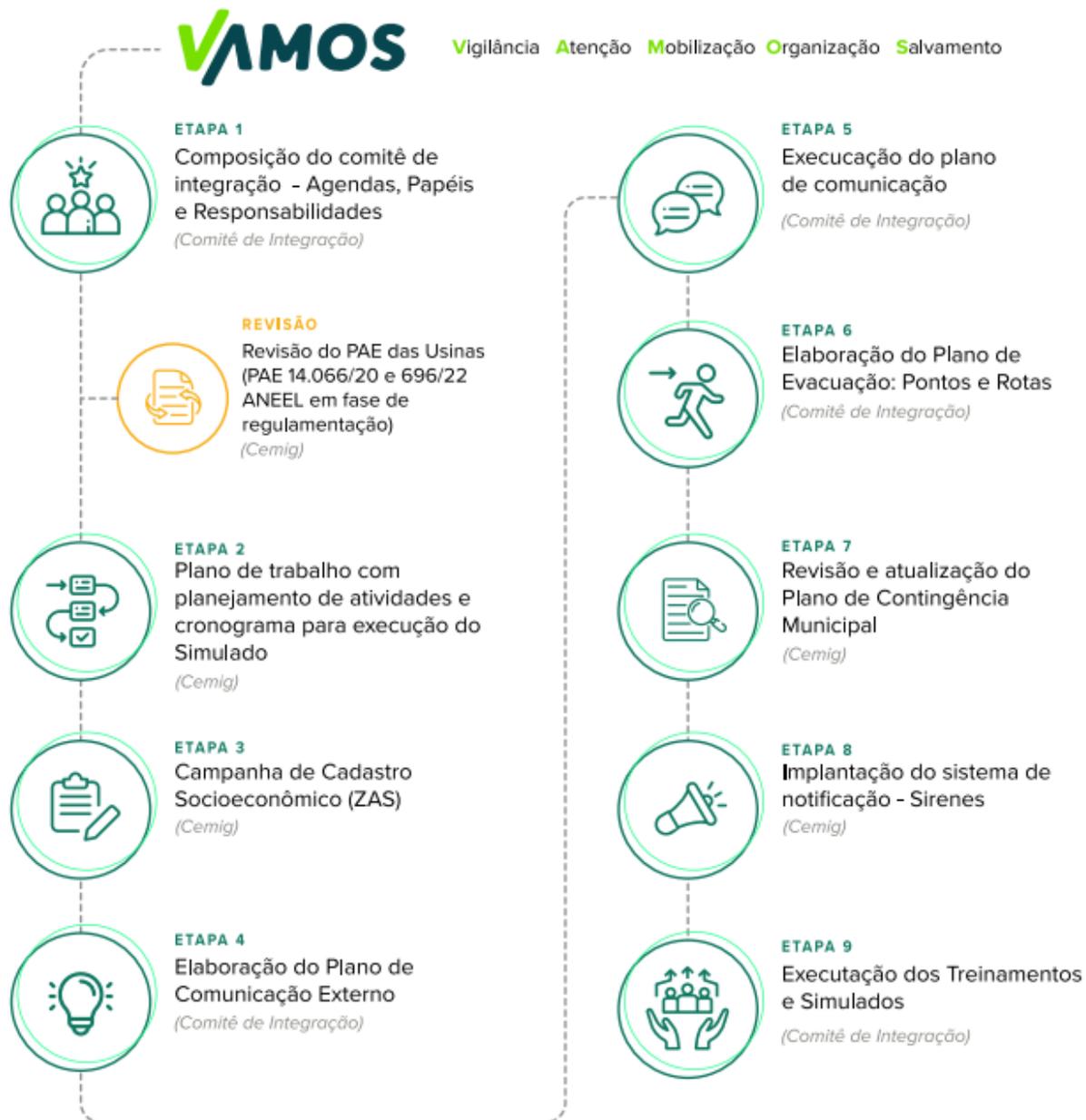
A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de Planos de Ação de Emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, Planos de Emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades e lista de contatos;

Mantendo sua política de estreitamento de relacionamento com o público externo, em 2024, a Cemig manteve o foco na continuidade das ações que promovem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos Plancons - Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Em 2024, dentro do Projeto VAMOS, em atendimento à regulamentação vigente, a Cemig GT continuou executando as ações/atividades pactuadas nos CIs- Comitês de Integração dos PAEs- Planos de Ação de Emergência das 18 barragens exigidas pela lei.

No total foram constituídos 17 CIs para 18 barragens (Itutinga e Camargos são integradas), que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2024:

- Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
- Divulgação e Incremento de inserções no App. PROX perfil população, reuniões com a comunidade para criação do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e localização de rotas de fuga e pontos de encontro).
- Instalação de Sinalização de Alerta (Placas de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS- Zona de Auto salvamento da UHE Três Marias (última remanescente).

Ainda no ano de 2024, foram realizados 03 eventos (reuniões) do “Programa Proximidade- Programa de Integração com a Comunidade” ocorridos nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado.

Estes eventos contaram com a participação de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cívicas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

Segurança nas faixas de ocupação

A ocupação irregular das faixas de segurança de linhas aéreas de alta tensão é uma realidade que desafia diversas concessionárias de energia no Brasil, incluindo a Cemig. Essas áreas, que devem ser mantidas livres de edificações e atividades humanas para garantir a segurança e o bom funcionamento da infraestrutura elétrica, frequentemente são ocupadas por famílias de baixa renda em busca de moradia, muitas vezes em condições precárias e perigosas.

Diante desse cenário, a Cemig estrutura ações estratégicas para reverter esse quadro crítico, priorizando a segurança das comunidades e a proteção de suas operações. Essas medidas incluem tanto a fiscalização contínua para evitar novas ocupações quanto iniciativas destinadas a reduzir a ocupação irregular existente.

Para coibir o avanço das ocupações, a Cemig realiza monitoramentos terrestres periódicos nas linhas de transmissão e distribuição onde há registros de invasões. Durante essas fiscalizações, qualquer nova ocupação identificada é alvo de ações judiciais para reintegração de posse. Além disso, a Companhia conscientiza os ocupantes irregulares sobre os riscos envolvidos, como acidentes graves causados por descargas elétricas.

Como complemento à fiscalização terrestre, a Cemig utiliza tecnologias avançadas, como sistemas de satélite, para monitorar de forma mais ampla e precisa as áreas de ocupação. Esses dois métodos se combinam para ampliar a eficácia do controle e da resposta às invasões.

Reduzir o volume de ocupações já existentes é outro foco importante do trabalho da Cemig. Para isso, ela firma parcerias com prefeituras e outros órgãos municipais, por meio de convênios que viabilizam a remoção das ocupações irregulares e o reassentamento das famílias em moradias seguras e dignas. Essa abordagem integrada busca promover justiça social e minimizar o impacto para as comunidades envolvidas.

Direitos humanos

Alinhada à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e seus Princípios Orientadores, às normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ao Pacto Global da ONU, a Cemig declara que respeita e apoia a proteção aos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente em sua área de influência.

A Cemig busca prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre os direitos humanos em suas operações e serviços por suas relações comerciais, inclusive quando não tenha contribuído para gerá-los, em alinhamento com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU.

Anualmente, a Cemig presta contas de suas ações em direitos humanos, por meio do Relatório do Pacto Global das Nações Unidas, do Relatório de Sustentabilidade (RAS), do ISE B3 e do *Dow Jones Sustainability Index* (S&P Global).

Mitigação

Como exemplos de ações de mitigação, a Cemig realiza:

- inspeções e treinamentos de segurança para toda força de trabalho;
- campanhas de sensibilização quanto ao tema de valorização da diversidade para os empregados e nas redes sociais;
- cartilhas educativas e cláusulas contratuais para os fornecedores;
- palestras e trabalho educativo nas escolas quanto ao uso de energia.

Monitoramento

Como exemplos de ações de monitoramento, a Cemig realiza:

- auditorias de segurança em campo;
- auditoria de direitos humanos de fornecedores;
- monitoramento e investigação de casos de assédio e discriminação.

Gestão tecnológica e inovação

A Cemig tem a gestão tecnológica e a inovação como pilares estratégicos para garantir a eficiência operacional, a segurança da informação e a conformidade regulatória. A Companhia investe continuamente no aprimoramento da governança e gestão de seus serviços de Tecnologia da Informação (TI), bem como na modernização de sua infraestrutura tecnológica, alinhando-se às melhores práticas internacionais e às exigências regulatórias, incluindo a Lei Sarbanes-Oxley (Sox).

O sistema de governança de TI da Cemig é baseado no COBIT 2019, modelo de referência para controle e gerenciamento de processos de TI, e é avaliado anualmente por auditorias internas e externas. Além disso, a Companhia estrutura sua gestão de segurança da informação com base na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO/IEC 27001:2013, garantindo a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) robusto, que abrange políticas, processos e controles para proteção de ativos críticos. Esse sistema inclui processos de gerenciamento de riscos, classificação e proteção da informação, resposta a incidentes e auditoria contínua.

Além dos investimentos em governança e segurança, a Cemig adota uma abordagem estruturada para inovação e transformação digital, priorizando tecnologias emergentes para modernizar seus processos e serviços, com aperfeiçoamento de arquitetura e governança.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: (i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; (ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; (iii)

proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; (iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e (v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, para:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Companhia para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;
- Eletrificação e eletro mobilidade; e
- Alternativas em geração sustentável.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de todos os titulares com os quais ela se relaciona e reforça o compromisso da Empresa em proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Para trazer robustez a esse processo e para garantir que a Empresa esteja aderente aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, a Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema. Essa estrutura contempla:

- Encarregado de Proteção de Dados (Diretor (a) de Compliance);
- Equipe dedicada ao tema de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- Políticas e procedimentos que estabelecem diretrizes claras sobre como os dados devem ser coletados, armazenados, processados e compartilhados, assegurando que a organização respeite os direitos de privacidade dos titulares dos dados pessoais;
- Solução líder de mercado que suporta todo o programa de Privacidade da Empresa;

- Canais de atendimento exclusivos para que os titulares de dados possam exercer seus direitos e para receber relatos de possíveis incidentes envolvendo dados pessoais.

Inteligência artificial - EnergyGPT

A Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), anunciou, em 2023, o início de desenvolvimento do EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da Aneel, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.

O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Processamento de Linguagem Natural (NLP)

Lançado em agosto de 2024, o curso integra o projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - EnergyGPT, e tem como objetivo capacitar os empregados da Cemig para enfrentar desafios tecnológicos no setor elétrico. Com duração de 12 meses, é pioneiro no Brasil e está dividido em três módulos, abordando fundamentos básicos e específicos sobre modelos de linguagem.

A primeira turma da pós-graduação lato sensu em NLP promovida pela Cemig em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) concluiu seu primeiro semestre com resultados promissores. Ao longo do semestre, os 30 empregados selecionados tiveram contato com temas como aprendizado de máquina, *deep learning* e redes neurais. Além disso, a especialização foca na aplicação prática das tecnologias, com destaque para o desenvolvimento do EnergyGPT.

Programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, e organismos com relevância mundial no setor energético, como o Energy Center, a vertical de energia da MIT Technology Review Brasil, em parceria com o Energy Summit, reconhecem que já existem grandes direcionamentos globais em relação a um objetivo comum: a realização da transição energética seguindo os 4Ds, que são Descarbonização, Digitalização, Descentralização e Democratização. Esses princípios norteadores buscam transformar o setor energético em um sistema mais sustentável, eficiente e inclusivo, promovendo a adoção de novas tecnologias e práticas que reduzam a dependência de combustíveis fósseis e minimizem os impactos ambientais.

O PDI da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade. As instituições são convidadas a apresentarem

propostas de projetos de PDI que objetivem: (i) o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de Distribuição de energia elétrica, e/ou (ii) a exploração industrial e/ou comercial das soluções desenvolvidas.

A Cemig busca nestas chamadas: identificar e desenvolver projetos

- inovadores e práticos - aptos a solucionarem reais problemas do setor elétrico;
- estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia;
- concretos e que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Nesse sentido a Cemig, alinhada com as diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Programa Estratégico de Qualidade e Inovação (PEQUI), desenvolveu direcionamentos estratégicos para promover a inovação contínua, buscando agregar cada vez mais valor ao Sistema Elétrico Brasileiro (SEB). Em 2024, a Cemig GT investiu em 15 projetos de PDI em diversos temas, tendo sido investido R\$16,1 milhões. E em fevereiro de 2025, a Cemig concluiu mais um ciclo de desafios, recebendo importantes projetos inovadores nos macrotemas: Produtos e Serviços Inteligentes; Sistemas Elétricos do Futuro; Eletrificação e Eletromobilidade; e Alternativas em Geração Sustentável. Entre os projetos de destaque, incluem-se:

- Projeto BESS Móvel: Desenvolvimento de um dispositivo móvel para carga e descarga de energia em baterias, destinado a situações de emergência e para garantir a continuidade do fornecimento de energia em casos críticos.
- Projeto EnergyGPT: Implementação de uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especificamente projetada para atender às complexas demandas do setor elétrico brasileiro, proporcionando análises avançadas e preditivas para otimização do sistema.
- Projeto Biogás H2: Desenvolvimento de um protótipo de usina para produção de hidrogênio a partir do metano gerado em aterros sanitários, promovendo a utilização de resíduos como recurso energético.
- Projeto EPI Inteligente: Criação de um *wearable* de segurança individual para eletricitistas, capaz de alertar sobre a proximidade de sistemas energizados, detectar gases tóxicos, prevenir acidentes de trabalho e emitir alertas de queda ou incidentes durante a jornada de trabalho, garantindo maior segurança para os empregados.

A Cemig continua a impulsionar a inovação através de seus canais Inova Cemig Lab e Inova Cemig Tec, dedicados à busca de soluções inovadoras e tecnológicas. A empresa prioriza a inovação aliada à sustentabilidade, com o objetivo de gerar resultados mais sustentáveis e eficientes para o Sistema Elétrico Brasileiro. Esse compromisso reflete a visão da Cemig em ser uma empresa líder em inovação no setor energético, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para um futuro energético mais limpo e eficiente.

Em 2024, a iniciativa encerrou seu primeiro ciclo com contratos assinados com 13 startups, que receberão, cada uma delas, apoio financeiro de até R\$1,6 milhão para o desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis para os desafios propostos pela Cemig.

Lançado em março de 2024, o processo de seleção de startups para o primeiro ciclo ocorreu por meio de um edital internacional que atraiu mais de 250 propostas provenientes de 17 estados brasileiros e 10 países de todos os continentes. Minas Gerais destacou-se com 48 startups selecionadas. Foram propostos temas estratégicos que vão desde a digitalização do setor elétrico até o uso de hidrogênio como fonte de energia limpa e renovável.

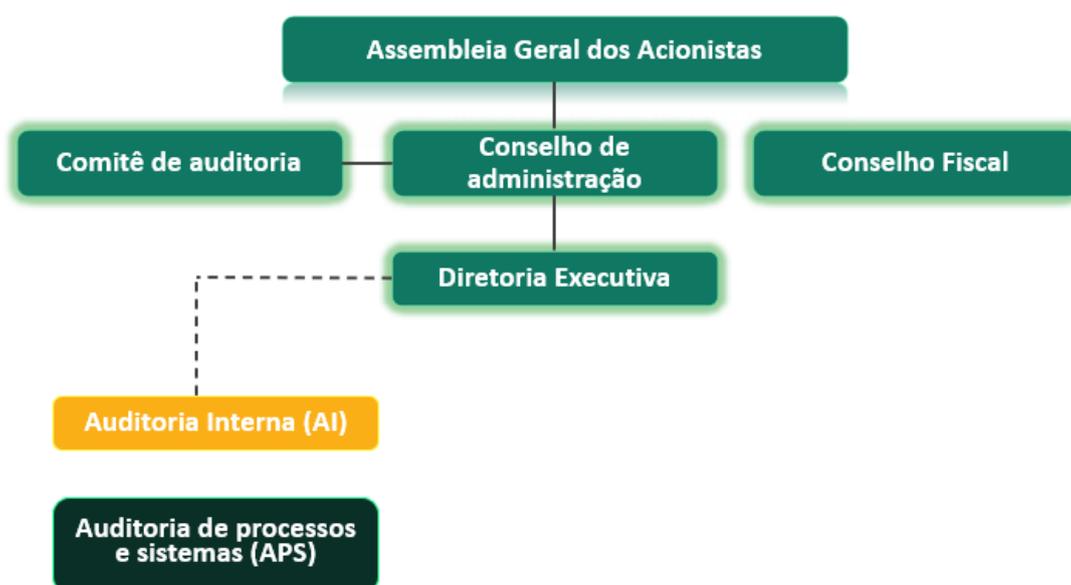
O ciclo 2 já está em andamento e conta com 15 desafios voltados para comercialização, geração distribuída, compliance, distribuição, transmissão, gestão de fornecedores, recuperação de receitas e agro. A Cemig também já trabalha no ciclo 3, que contará com 15 novos desafios.

Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, vice-Presidentes estatutários e nomeiam os diretores não estatutários da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, da bolsa de valores de São Paulo.

Estrutura de Governança Corporativa Cemig



Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 9 (nove) membros, sendo 8 (oito) indicados e eleitos pelos acionistas e 1 (um) eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos nove membros do seu Conselho de Administração, oito membros têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), e pelos critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração, no exercício de 2024 reuniu-se 18 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024, foram realizadas 27 reuniões do Coaud.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva estatutária é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais vice-presidentes e presidente expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Os Diretores estatutários serão avaliados, anualmente, pelo Conselho de Administração, com relação ao seu desempenho, individual e coletivo, observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,

- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à Estratégia de Longo Prazo e Orçamento Anual.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

No exercício de 2024 foram realizadas 52 reuniões da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de dois anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, um membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos um servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontra-se disponível no site da Cemig: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024, foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2024, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks*, vigente para o ciclo 2024/2025.

Compõem a Matriz 26 Top Risks, incluídos, nesse ciclo, riscos de algumas das investidas da Companhia. Esses riscos têm agenda de acompanhamento contínuo pela Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (*Environmental, Social and Governance*), Comunicação, Financeiro, Participações e Desinvestimento, Regulatório Institucional e Controle e Integridade.

A Companhia possui um Comitê de Riscos, criado em 2022, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e respectivo tratamento, identificação e mensuração de planos de ação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Riscos e Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes, atualizados e avaliados em relação a suficiência de endereçamento aos riscos. No último ciclo, a Companhia estendeu a cobertura de revisão e testes para os controles internos relacionados aos *Top Risks*, seguindo os mesmos padrões metodológicos e requisitos do *framework* COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) ICIF (*Internal Control – Integrated Framework*) e Lei Norte Americana Sarbanes Oxley – Sox. As ações e investimentos no Ambiente de Controles Internos tem garantido, nos últimos anos, sua efetividade na avaliação da Administração e do auditor externo independente, demonstrando a confiança na gestão de riscos da Companhia.

Ademais, a Companhia mantém a atividade de auditoria interna, responsável pela elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna, validado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse Plano prevê a avaliação dos principais processos de negócios e corporativos e é orientado pela estratégia organizacional e pelos riscos relacionados, tendo como objetivo avaliar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia dos processos de governança e gerenciamento de riscos, bem como a efetividade do sistema de controles internos, reportando eventuais deficiências e oportunidades de melhoria, além de recomendar ações aplicáveis. A auditoria interna acompanha a implementação das ações corretivas e preventivas pelas áreas responsáveis, bem como sua manutenção e efetividade na mitigação dos riscos, visando à agregação de valor ao negócio e fortalecendo a governança corporativa.

Sistemas de Gestão - Certificados

A Cemig sempre procura a melhor condução de seus processos visando a melhoria contínua da sua gestão e o alcance dos objetivos estratégicos, com consequente satisfação dos seus clientes.

Para tanto, ela mantém certificações de seus processos nas normas NBR ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, NBR 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e NBR 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança e no final de 2023 logrou a certificação na NBR ISO 31000 - Gestão de Riscos Corporativos.

Atualmente, há quatro escopos certificados na empresa: Núcleo Cemig Geração e Transmissão, Núcleo Cemig Distribuição, Gestão de Riscos Corporativos e Ouvidoria. Importante salientar que os processos de gestão e suporte fazem parte do escopo desses negócios.

No ano de 2023, o núcleo Cemig Geração e Transmissão passou pela recertificação, o núcleo Cemig Distribuição passou por uma auditoria de Manutenção e o núcleo Ouvidoria passou pela

2ª auditoria de manutenção. Os ciclos de certificações são sempre no período de três anos. (Recertificação, 1ª de manutenção e 2ª de manutenção).

Para todos os núcleos foram recomendadas as manutenções dos certificados, o que confirma o comprometimento de todos os envolvidos em atender aos requisitos das normas ISO e como é sabido tais normas possuem reconhecimento internacional de melhores práticas de gestão do mercado.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

Combater todas as formas de corrupção. Este é o compromisso firmado publicamente pela Cemig ao ingressar no Movimento Transparência 100%. Trata-se de uma iniciativa do Pacto Global da ONU, cujo intuito é fazer com que organizações alinhem suas estratégias e operações aos princípios e mecanismos anticorrupção. A adesão da Companhia ao Movimento foi tornada pública durante o evento "Workshop Melhores Práticas ESG e Agenda 2030", realizado pela Cemig em 2023.

O objetivo do movimento, primeira grande iniciativa de fomento à transparência corporativa do Brasil, é encorajar e capacitar empresas para irem além das obrigações legais, fortalecendo mecanismos de transparência e integridade em companhias de destaque para torná-las exemplos de sucesso para as demais organizações do país.

Com a adesão ao [movimento transparência 100%](#), a Cemig reforça seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. As metas assumidas pela Cemig no Movimento Transparência 100% são avançar em direção às metas de 100% de transparência das interações com a Administração Pública; remuneração 100% íntegra da alta administração; 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade; 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança e 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

Compliance e Antissuborno

A Companhia valoriza a prevenção e o combate à fraude, à corrupção e a quaisquer atos que possam desviar-se da conduta ética exigida, bem como das normas internas e externas estabelecidas. Para isso, conta com a dedicação e a diligência de toda a sua força de trabalho, a fim de garantir que atos ilícitos ou antiéticos não sejam perpetrados em seu nome.

Para prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um robusto sistema de controles internos e de Compliance, que inclui, entre outros, uma Comissão de Ética, um Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos voltados à integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades e prevenção à fraude e à corrupção. Todos os profissionais que se relacionam com a CEMIG, incluindo acionistas, administradores, empregados e contratados, são plenamente informados sobre essas diretrizes. Em 2024, a CEMIG obteve a certificação na norma internacional ISO 37001 de Gestão Antissuborno, reforçando seu compromisso em prevenir, detectar e tratar casos de suborno.

Ademais, não são permitidas doações de qualquer natureza, seja direta ou indireta, em dinheiro ou em bens e serviços, incluindo publicidade, que tenham fins políticos ou que favoreçam

partidos políticos ou seus afiliados, independentemente de estarem em atividade. Essa proibição está em conformidade com as exigências da Lei Federal 9.504/1997, conhecida como “Lei das Eleições”, e suas alterações pela Lei 13.487, de 6 de outubro de 2017.

O Canal de Denúncias da CEMIG está disponível para o público interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual, entre outras irregularidades que possam ser consideradas ações ou omissões contrárias à lei ou aos princípios do nosso Código de Conduta. O Canal de Denúncias assegura a confidencialidade, o anonimato e a proteção contra retaliações ao denunciante. A Comissão de Ética é responsável por garantir a apuração e investigação adequadas de todas as denúncias recebidas, e as respostas são disponibilizadas aos denunciantes após a conclusão dos processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata a Companhia Energética de Minas Gerais, nossa acionista, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidência sem denominação
Andrea Marques de Almeida	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente de Participações e Vice- Presidente de Geração e Transmissão
Sérgio Lopes Cabral	Vice-Presidente de Comercialização
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-Presidente Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhães (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (preferencialistas)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
José João Abdalla Filho (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Carlos Roberto de Albuquerque Sá (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Carlos Alberto Arruda de Oliveira (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Paulo Roberto Bellentani Brandão (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Roberto Cesar Guindalini (Coordenador)	Não há
Artemio Bertholini	Não há
Ricardo Lopes Cardoso	Não há
Giulia Carla Scarlercio	Não há

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	162.841	297.060
Consumidores e revendedores	7	249.782	310.590
Concessionários - transporte de energia	7	328.779	362.048
Serviços em curso		18.618	10.944
Tributos compensáveis	8a	30.153	41.100
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8b	2.941	427.019
Almoarifado operacional		1.839	2.229
Investimentos temporários	6	129.675	470.124
Indenização a receber		154.279	147.486
Despesas pagas antecipadamente		2.609	2.326
Dividendos a receber	11	38	13.805
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	368.051
Outros ativos circulantes		52.405	52.251
		1.133.959	2.505.033
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados à alienação		3.036	4.309
Ativo não circulante mantido para venda		6.304	35.779
TOTAL DO CIRCULANTE		1.143.299	2.545.121
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores	7	1.588	2.241
Tributos compensáveis	8a	47.609	43.578
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8b	151.917	102.572
Depósitos judiciais e cauções	10	177.384	172.644
Investimentos temporários	6	39.380	-
Serviços em curso	17	2.770	5.761
Bens e direitos para uso futuro	12	72	70
Indenização a receber	27	1.167.761	1.172.461
Outros ativos não circulantes		65.659	51.654
Investimentos	11	3.421.854	4.381.886
Imobilizado	12	5.465.251	4.464.878
Intangível	12	1.814.475	1.979.821
Direito de uso	13	60.446	71.171
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.416.166	12.448.737
ATIVO TOTAL		13.559.465	14.993.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	328.136	441.735
Empréstimos e debêntures	16	237.001	1.858.013
Obrigações sociais e trabalhistas		71.368	92.518
Benefício pós-emprego	18	49.675	71.026
Impostos, taxas e contribuições	15	92.804	82.770
Encargos setoriais	17	110.825	115.953
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	21	744.133	1.565.563
Passivo de arrendamento	13	12.941	15.003
Outros passivos circulantes		94.771	165.341
TOTAL DO CIRCULANTE		1.741.654	4.407.922
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e debêntures	16	794.923	1.010.080
Benefício pós-emprego	18	837.998	1.050.844
Tributos diferidos	9	526.230	232.591
Provisão para litígios	19	420.938	422.257
Passivo de arrendamento	13	57.023	63.783
Outros passivos não circulantes		49.570	39.858
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20	336.691	266.824
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.023.373	3.086.237
TOTAL DO PASSIVO		4.765.027	7.494.159
Patrimônio líquido	21		
Capital social		5.473.724	5.473.724
Ajustes de avaliação patrimonial		687.415	(222.999)
Reservas de lucros		2.633.299	2.248.974
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.794.438	7.499.699
TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.559.465	14.993.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA	22a	6.456.117	7.114.224
Fornecimento de energia elétrica		2.978.332	3.625.968
Suprimento de energia elétrica		1.791.613	1.934.281
Energia elétrica de curto prazo		20.644	55.505
Disponibilização do sistema de transmissão		1.665.528	1.498.470
TRIBUTOS	22b	(874.626)	(1.010.649)
ICMS		(336.211)	(410.882)
PIS-PASEP		(96.036)	(106.973)
COFINS		(442.351)	(492.726)
ISS		(28)	(68)
ENCARGOS	22b	(424.413)	(410.135)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(30.196)	(27.050)
Reserva global de reversão – RGR		(5.411)	(8.951)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE		(254.440)	(259.059)
CDE sobre P&D		(4.118)	(3.688)
Comp.financ.util.rec.hídricos – CFURH		(60.977)	(39.259)
Taxa de fiscalização de serviços energia elétrica – TFSEE		(11.305)	(9.254)
Proinfa		(57.966)	(62.874)
		5.157.078	5.693.440
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(2.183.716)	(2.701.041)
Energia elétrica comprada para revenda	23	(1.926.673)	(2.484.897)
Encargos de transmissão e conexão		(257.043)	(216.144)
		2.973.362	2.992.399
CUSTOS GERENCIÁVEIS		702.987	(785.228)
Pessoal e administradores	24a	(456.661)	(466.527)
Materiais		(20.047)	(16.356)
Serviços de terceiros	24b	(181.579)	(147.369)
Provisões	24c	26.421	(111.123)
Perda por redução ao valor recuperável		(45.949)	-
Depreciação e amortização		(498.915)	(432.254)
Arrendamentos e aluguéis		(11.561)	(8.411)
Seguros		(3.006)	(9.237)
Doações, contribuições e subvenções		(31.861)	(13.113)
Perdas (reversões) na alienação de bens e direitos		200.114	(5.428)
Obrigações derivadas de contratos de investimentos		-	(2.930)
(-) Recuperação de despesas		611	3.977
Tributos		(2.301)	(1.935)
Gastos diversos (recuperação)		7.990	(20.305)
Indenização da transmissão		(84.387)	(34.127)
Indenização da geração		86.480	92.595
Outras receitas operacionais		66.161	68.520
Ganho na alienação de investimentos	28	1.651.477	318.795
		3.676.349	2.207.171
Equivalência patrimonial		260.737	626.361
Equivalência patrimonial	11	260.737	626.361
Resultado financeiro	25	(476.839)	(167.814)
Receitas financeiras		361.647	579.361
Despesas financeiras		(838.486)	(747.175)
Resultado antes dos impostos		3.460.247	2.665.718
Imposto de renda e contribuição social	8	(748.699)	(467.201)
Lucro líquido do exercício		2.711.548	2.198.517
Lucro por ação		0,94	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Resultado do exercício	2.711.548	2.198.517
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Previdência privada – superávit (déficit) atuarial	236.768	73.764
Efeito de imposto de renda sobre superávit (déficit) atuarial	(80.501)	(25.080)
Ajustes de avaliação patrimonial - Base de Remuneração Regulatória (BRR) (nota 12)	995.615	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliação patrimonial - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	(338.509)	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de Impostos	813.373	48.684
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de Impostos	3.524.921	2.247.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Capital Social	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reservas de reavaliação	Outros Ajustes de Avaliação patrimonial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.473.724	1.373.923	178.510	(476.145)	-	6.550.012
Resultado do exercício (Regulatório)	-	-	-	-	2.198.517	2.198.517
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	48.684	-	48.684
Resultado Abrangente do Período	-	-	-	48.684	2.198.517	2.247.201
Reserva Legal	-	118.544	-	-	(118.544)	-
Reserva de Incentivos Fiscais - SUDENE	-	31.796	-	-	(31.796)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(641.205)	(641.205)
Dividendos estatutários	-	-	-	-	(656.309)	(656.309)
Dividendos adicionais	-	49.693	-	-	(49.693)	-
Retenção de Lucros	-	675.018	-	-	(675.018)	-
Realização BRR	-	-	25.952	-	(25.952)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.473.724	2.248.974	204.462	(427.461)	-	7.499.699
Resultado do exercício (Regulatório)	-	-	-	-	2.711.548	2.711.548
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	156.267	-	156.267
Ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	-	-	657.106	-	-	657.106
Resultado Abrangente do Período	-	-	657.106	156.267	2.711.548	3.524.921
Reserva Legal	-	181.451	-	-	(181.451)	-
Reserva de Incentivos Fiscais - SUDENE	-	63.292	-	-	(63.292)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(742.645)	(742.645)
Dividendos adicionais aprovados em AGO	-	(272.628)	-	-	-	(272.628)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(821.726)	(821.726)
Dividendos estatutários (R\$0,13 p/ação)	-	-	-	-	(393.183)	(393.183)
Dividendos adicionais (R\$0,27 p/ação)	-	1.500.659	-	-	(1.500.659)	-
Retenção de Lucros	-	(1.088.449)	-	-	1.088.449	-
Realização BRR	-	-	97.041	-	(97.041)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	5.473.724	2.633.299	958.609	(271.194)	-	8.794.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		2.711.548	2.198.517
Ajustes:			
Depreciação e amortização		498.915	432.254
Baixas de valor residual líquido de Imobilizado e Intangível		(200.114)	5.428
Indenização da transmissão e da geração		(2.093)	(58.468)
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos		45.949	-
Equivalência patrimonial		(260.737)	(626.361)
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	11	-	30.086
Juros e variações monetárias		183.282	390.415
Variação cambial de empréstimos	16	463.887	(276.687)
Ganho na alienação de ativos	28	(1.651.477)	(318.795)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	748.699	467.201
Provisões para perdas operacionais, líquidas	24c	15.641	53.322
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	27	(146.577)	177.326
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	27	-	57.801
Benefício pós-emprego	18	100.862	119.289
Outros		5.240	3.121
		2.513.025	2.654.449
(Aumento) redução de ativos			
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		98.455	290.806
Tributos compensáveis		6.916	(10.468)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	233.645	301.871
Depósitos judiciais e cauções		4.961	6.563
Dividendos recebidos	11	453.114	922.708
Outros		177.408	(54.347)
		974.499	1.457.133
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores setoriais		(33.392)	(141.243)
Fornecedores demais		(80.207)	125.396
Impostos, taxas e contribuições		(104.034)	(163.156)
Salários e encargos sociais		(21.150)	(3.890)
Encargos setoriais		(9.811)	(8.882)
Benefícios pós-emprego	19	(98.291)	(120.101)
Provisões para contingências		(20.685)	(22.339)
Outros		(59.480)	27.721
		(427.050)	(306.494)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(657.491)	(245.215)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	16	(342.047)	(539.582)
Juros recebidos		158.749	122.812
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (proteção da dívida)	27	436.455	24.388
Juros pagos de arrendamentos	13	(558)	(619)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.655.582	3.166.872
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aportes em investimentos	11	(54.481)	(39.367)
Alienação de ativos	11	2.807.193	669.220
Caixa oriundo de incorporação	11	-	138.723
Redução de capital em investida		76.833	199.356
Adição em imobilizado	12	(690.011)	(1.032.244)
Adição em intangível	12	29.577	62.610
Aplicações em investimentos temporários		(6.519.600)	(4.975.456)
Resgates de investimentos temporários		6.822.636	5.314.591
Liquidação da Opção de venda - SAAG	27	-	(780.348)
FIP Melbourne	11	-	257.273
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2.472.147	(185.642)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	21	(2.940.215)	(1.042.728)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	16	(2.308.955)	(1.823.400)
Pagamentos de arrendamentos	13	(12.778)	(12.524)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(5.261.948)	(2.878.652)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	297.060	194.482
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	162.841	297.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido regulatório (ativo circulante regulatório menos passivo circulante regulatório) negativo de R\$598 milhões (negativo de R\$1.863 milhões em 31 de dezembro de 2023), decorrente, principalmente, do pagamento dos Eurobonds pela Cemig GT juntamente com alienação da participação societária na Aliança Geração. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Adicionalmente, a Companhia apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos existentes nas instituições financeiras em que opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios em um futuro previsível.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Participações societárias

A Companhia possui participação nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

Investimentos	% de participação	Descrição
CONTROLADAS EM CONJUNTO:		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane/MG.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema/MG.
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi/RJ.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	49,00	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A, que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no estado do Pará.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	74,50	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na NESA, empresa detentora da concessão da UHE Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no estado do Pará. O controle é compartilhado por acordo de acionistas.
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no estado de Minas Gerais.
CONTROLADAS		
Cemig Geração Camargos S.A. ("Cemig Geração Camargos")	100,00	Produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Itutinga S.A. ("Cemig Geração Itutinga")	100,00	Produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Leste S.A. ("Cemig Geração Leste")	100,00	Produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Oeste S.A. ("Cemig Geração Oeste")	100,00	Produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Oeste")	100,00	Produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Praias de Parajuru")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no estado do Ceará. Ela possui 19 aerogeradores, com torres de 85m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no estado do Ceará. Ela possui 28 aerogeradores, com torres de 65 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, no estado de Minas Gerais.

Investimentos	% de participação	Descrição
Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”)	100,00	Tem por objetivo a construção, operação e exploração de sistemas de geração de energia elétrica, bem como atuação na comercialização de energia e em serviços correlatos.
Rosal Energia S.A. (“Rosal”)	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Cemig PCH S.A. (“PCH”)	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, localizada no Rio Araguari, municípios de Sacramento e Santa Juliana, no estado de Minas Gerais.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“ESCEE”)	100,00	Comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Poço Fundo”)	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da usina hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, no estado de Minas Gerais.
Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”)	100,00	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
UFV Boa Esperança S.A. (“UFV Boa Esperança”) (1)	100,00	Instalação, operação, manutenção e aluguel de plantas solares, gerir contratos de aluguel, operação e manutenção de suas plantas solares. Construir, operar e explorar sistemas de geração de energia elétrica, bem como atuar na comercialização de energia, e em serviços correlatos. Desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Centroeste”)	100,00	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.
UFV Três Marias S.A. (“UFV Três Marias”)	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.

(1) Em 29 de outubro de 2024, foi aprovada em AGE, a alteração da denominação da empresa Cemig Baguari S.A. para Ufv Boa Esperança S.A.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas nºs 814/2018 e 933/2021.

Essas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada. Há diferenças entre as políticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. As demonstrações contábeis regulatórias não são apresentadas em bases consolidadas, uma vez que não há base legal para que todas as investidas da concessionária estejam sujeitas às políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão

contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as políticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 32 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de abril de 2025.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 27 e 29, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas e fornecimento não faturado);
- Nota 8 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 11 – Investimentos (avaliação do valor recuperável);

- Nota 12 – Imobilizado e intangível (previsão de vida útil dos ativos e avaliação do valor recuperável);
- Nota 13 – Arrendamentos (mensuração do valor presente do passivo de arrendamento, considerando a intenção da Companhia em opções de renovação e mensuração subsequente do direito de uso);
- Nota 18 – Benefícios pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego);
- Nota 19 – Provisões para litígios (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);
- Nota 22 – Receitas (reconhecimento do fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 27 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos); e
- Nota 29 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração dos valores justos).

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Principais políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

a) Imobilizado no segmento de transmissão

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelo custo incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, referente aos ativos de transmissão, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

b) Ativo intangível no segmento de transmissão

Os ativos intangíveis, são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo Valor Novo de Reposição - VNR, menos as despesas de amortização. A amortização, quando aplicável, é calculada pelo método linear.

c) Imobilizado no segmento de geração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 12 das demonstrações contábeis regulatórias. Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

d) Ativo intangível no segmento de geração

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

e) Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo imobilizado.

f) Reserva de reavaliação:

Realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela Aneel.

Em julho de 2024, por meio das ReH nº 3.344/2024 e nº 3.343/2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP dos Contratos de Concessão nº 006/1997 e nº 079/2000.

No caso do contrato 006/1997, a revisão deveria ter ocorrido em 2023, mas sua postergação foi determinada pelo Despacho Aneel nº 402/2023, que acolheu o pedido da Associação Brasileira de Transmissoras de Energia Elétrica (Abratee) de postergação da RTP de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Dessa forma em 2024, ocorreram os processos de reajuste tarifário anual e revisão tarifária periódica dos Contratos de Concessão 006/1997 (Cemig GT) e 079/2000 (Cemig GT – Itajubá). Os efeitos contábeis foram refletidos no exercício de 2024 e impactaram o segmento de transmissão.

g) Segmentos operacionais:

Nas demonstrações contábeis regulatórias são apresentados os segmentos de geração, transmissão e atividade não vinculada em conformidade ao previsto no Manual de Contabilidade do Setor de Energia Elétrica.

Nas demonstrações financeiras societárias consolidadas são apresentados os segmentos de geração, transmissão, comercialização, participações e transações intersegmentos, os quais refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

3. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Tipo	Localidade/estado	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO					
Usinas hidrelétricas					
Theodomiro Carneiro Santiago (1)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	08/2027
Irapé (1)	UHE	Entre Berilo e Grão Mogol/MG	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1)	UHE	Entre Cabeceira Grande/MG, Unai/MG e Cristalina/GO	Cemig GT	06/1997	06/2034
Poço Fundo (1)	PCH	Entre Poço Fundo e Campestre/MG	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	05/2052
Rosal (1)	UHE	Entre Guaçuí/ES e Bom Jesus do Itabapoama/RJ	Rosal Energia	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1) (2) (3)	PCH	Entre Ninheira e Águas Vermelhas/MG	Cemig GT	Resolução 331/2002	05/2027
Pai Joaquim (1)	PCH	Entre Sacramento e Santa Juliana/MG	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	UHE	Antônio Dias/MG	Sá Carvalho	01/2004	08/2026
Três Marias (4)			Cemig GT	08/2016	01/2053
Salto Grande (4)	UHE	Braúnas/MG	Cemig GT	09/2016	01/2053
Itutinga (4)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2053
Camargos (4)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (4)	PCH	Muriaé/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	04/2047
Joasal (4)	PCH	Juiz de Fora/MG			
Marmelos (4) (3)	CGH	Juiz de Fora/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2053
Paciência (4)	CGH	Matias Barbosa/MG			
Piau (4)	PCH	Piau/MG			
Dona Rita (4)	PCH	Santa Rita do Itabira/MG			07/2050
Ervália (4)	PCH	Ervália/MG			04/2047
Neblina (4)	PCH	Ipanema/MG	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	04/2047
Peti (4)	PCH	São Gonçalo do Rio Abaixo/MG			01/2053
Sinceridade (4) (3)	PCH	Manhuaçu/MG			03/2047
Tronqueiras (4)	PCH	Coroaci/MG			12/2046
Cajuru (4)	PCH	Entre Carmo do Cajuru e Divinópolis/MG	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2053
Gafanhoto (4)	PCH	Divinópolis/MG			
Martins (4) (3)	PCH	Uberabinha/MG			
Usinas Eólicas					
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (5)	-	Beberibe/CE	Praias de Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (5)	-	Acaraú/CE	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
Usinas fotovoltaicas					
UFV Três Marias GD	UFV	Três Marias/MG	UFV Três Marias	-	-
UFV Advogado Eduardo Soares (6)	UFV	Montes Claros/MG	UFV Boa Esperança	-	-
UFV Jusante	UFV	São Gonçalo do Abaeté/MG	Cemig GT	-	-
Usina Solar Fotovoltaica Mineirão	UFV	Belo Horizonte/MG	Cemig GT	-	-
TRANSMISSÃO					
Rede Básica (7)	-	-	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	-	-	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (7)	-	-	Centroeste	004/2005	03/2035
Linha de transmissão Governador Valadares 6 – Verona	-	-	Centroeste	001/2023	03/2053

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.
- Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público visando à alienação em lote único visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de energia elétrica de 4 PCHs/UHEs, sendo uma PCH da Cemig GT e 3 UHEs de suas subsidiárias integrais. Mais detalhes dessa operação na nota explicativa nº 28.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado.
- Em 24 de janeiro de 2024, a Aneel autorizou a alteração da denominação da UFV Boa Esperança para UFV Advogado Eduardo Soares, por meio do Despacho nº 184/2024. Em 29 de outubro de 2024, foi aprovada em AGE realizada pela UFV Boa Esperança S.A. (anteriormente denominada Cemig Baguari S.A.) a

transferência dos ativos da UFV Advogado Eduardo Soares da Cemig GT para a UFV Boa Esperança S.A. por meio do aporte de ativos. Mais detalhes na nota explicativa nº 11

(7) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia.

Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Companhia, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão para suas usinas que irão vencer em 2026 e 2027, protocolou manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho conforme Decreto 9.271/2018 e, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física conforme Lei 12.783/2013.

Nas correspondências encaminhadas ao MME e à Aneel em julho de 2023, a Companhia reafirmou o seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte (Contrato de Concessão nº 07/1997). Adicionalmente, em novembro de 2023, a Companhia protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas conforme Decreto 9.271/2018.

A Companhia reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação dos Contratos de Concessão nºs 01/2004 e 07/1997, por até 30 anos, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

Essa manifestação possui caráter não vinculante, tendo como objetivo assegurar seu direito em eventual prorrogação dos referidos contratos de concessão. Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Companhia.

Essa manifestação de interesse não suspenderá a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões vincendas.

Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - Tust. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Leilão de Transmissão nº 2/2022

A Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Companhia foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Companhia na investida Centroeste no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia e se comprometeu a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração.

Essas concessões preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

Empreendimento	Período de vigência da concessão + extensão (1)	Valor nominal em 31/12/2024	Valor presente em 31/12/2024	Percentual de participação %	Índice de atualização	Valor pago em 2024
Irapé	03/2006 a 09/2037	42.666	21.975	100	IGPM	3.263
Queimado (Consórcio)	01/2004 a 06/2034	9.084	5.440	82,5	IGPM	927

(1) O prazo apresentado inclui a extensão da vigência da outorga de concessão dessas usinas nos termos da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. No período da extensão do prazo da outorga, o gerador disporá livremente da energia proveniente do empreendimento, nos termos da Lei 13.203/2015, com as demais cláusulas inalteradas para ambos contratos.

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

Adicionalmente, a Cemig GT produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e que, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS REGULATÓRIOS

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados para fins regulatórios, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica. A Companhia atua nos segmentos de geração e transmissão.

As receitas e os os custos gerenciáveis e não gerenciáveis referentes aos exercícios de 2024 e 2023 estão apresentados nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	2024			
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	NÃO VINCULADA	TOTAL
RECEITA	4.790.589	1.665.528	-	6.456.117
Fornecimento de Energia Elétrica	2.978.332	-	-	2.978.332
Suprimento de Energia Elétrica	1.791.613	-	-	1.791.613
Energia Elétrica de Curto Prazo	20.644	-	-	20.644
Disponibilização do sistema de transmissão	-	1.665.528	-	1.665.528
Tributos	(724.854)	(149.772)	-	(874.626)
ICMS	(336.211)	-	-	(336.211)
PIS-PASEP	(69.323)	(26.713)	-	(96.036)
COFINS	(319.307)	(123.044)	-	(442.351)
ISS	(13)	(15)	-	(28)
Encargos	(95.206)	(329.207)	-	(424.413)
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	(19.697)	(10.499)	-	(30.196)
Reserva Geral de Reversão – RGR	(5.411)	-	-	(5.411)
Conta de Desenv. Econômico – CDE	-	(254.440)	-	(254.440)
CDE sobre P&D	(2.686)	(1.432)	-	(4.118)
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Hídricos - CFURH	(60.977)	-	-	(60.977)
Taxa de Fisc.Serv. Energia Elétrica – TFSEE	(6.435)	(4.870)	-	(11.305)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	-	(57.966)	-	(57.966)
Receita líquida	3.970.529	1.186.549	-	5.157.078
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(2.183.716)	-	-	(2.183.716)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.926.673)	-	-	(1.926.673)
Encargo de transmissão e conexão	(257.043)	-	-	(257.043)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.786.813	1.186.549	-	2.973.362
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(607.525)	(462.183)	1.772.695	702.987
Pessoal e administradores	(242.760)	(134.904)	(78.997)	(456.661)
Material	(11.053)	(6.677)	(2.317)	(20.047)
Serviços de terceiros	(106.563)	(47.623)	(27.393)	(181.579)
Arrendamento e aluguéis	(3.832)	(6.912)	(817)	(11.561)
Seguros	(2.217)	(76)	(713)	(3.006)
Doações, contribuições e subvenções	(13.793)	1.513	(19.581)	(31.861)
Provisões	15.576	(62.078)	72.923	26.421
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(45.949)	(45.949)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	200.114	200.114
(-) Recuperação de despesas	225	305	81	611
Tributos	(2.223)	(701)	623	(2.301)
Depreciação e amortização	(294.521)	(203.651)	(743)	(498.915)
Gastos diversos	53.636	(1.379)	(44.267)	7.990
Indenização da transmissão	-	-	(84.387)	(84.387)
Indenização da geração	-	-	86.480	86.480
Ganho na alienação de investimento	-	-	1.641.593	1.641.593
Outras Receitas Operacionais	-	-	76.045	76.045
Resultado da Atividade	1.179.288	724.366	1.772.695	3.676.349

	2023			
	Geração	Transmissão	Não vinculada	Total
RECEITA	5.615.754	1.498.470	-	7.114.224
Fornecimento de energia elétrica	3.625.968	-	-	3.625.968
Suprimento de energia elétrica	1.934.281	-	-	1.934.281
Energia elétrica de curto prazo	55.505	-	-	55.505
Disponibilização do sistema de transmissão	-	1.498.470	-	1.498.470
Tributos	(884.483)	(126.166)	-	(1.010.649)
ICMS	(410.882)	-	-	(410.882)
PIS/Pasep	(84.474)	(22.499)	-	(106.973)
Cofins	(389.096)	(103.630)	-	(492.726)
ISS	(31)	(37)	-	(68)
Encargos	(73.716)	(336.419)	-	(410.135)
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(17.820)	(9.230)	-	(27.050)
Reserva geral de reversão – RGR	(8.951)	-	-	(8.951)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE	-	(259.059)	-	(259.059)
CDE sobre P&D	(2.429)	(1.259)	-	(3.688)
Compensação financ. utiliz. recursos hídricos – CFURH	(39.259)	-	-	(39.259)
Taxa de fiscalização de serviços energia elétrica – TFSEE	(5.257)	(3.997)	-	(9.254)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	-	(62.874)	-	(62.874)
Receita líquida	4.657.555	1.035.885	-	5.693.440
Custos não gerenciáveis	(2.701.041)	-	-	(2.701.041)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.484.897)	-	-	(2.484.897)
Encargo de transmissão e conexão	(216.144)	-	-	(216.144)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.956.514	1.035.885	-	2.992.399
Custos gerenciáveis	(529.858)	(433.847)	178.477	(785.228)
Pessoal e administradores	(166.562)	(187.909)	(112.056)	(466.527)
Material	(6.343)	(7.266)	(2.747)	(16.356)
Serviços de terceiros	(41.991)	(53.562)	(51.816)	(147.369)
Arrendamento e aluguéis	(3.127)	(3.347)	(1.937)	(8.411)
Seguros	(3.548)	(3.396)	(2.293)	(9.237)
Doações, contribuições e subvenções	(5.526)	(5.101)	(2.486)	(13.113)
Provisões	(35.269)	(7.351)	(68.503)	(111.123)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	(5.428)	(5.428)
Obrigações derivadas de contratos de investimentos	(2.930)	-	-	(2.930)
(-) Recuperação de despesas	118	3.792	67	3.977
Tributos	(607)	(845)	(483)	(1.935)
Depreciação e amortização	(266.960)	(161.899)	(3.395)	(432.254)
Gastos diversos	2.887	(6.963)	(16.229)	(20.305)
Indenização da transmissão	-	-	(34.127)	(34.127)
Indenização da geração	-	-	92.595	92.595
Ganho na alienação de investimentos	-	-	318.795	318.795
Outras receitas operacionais	-	-	68.520	68.520
Resultado da atividade	1.426.656	602.038	178.477	2.207.171

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a.			
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas bancárias				(4.249)	437
Aplicações financeiras:					
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	CDI	95% a 110%	80% a 108,5%	120.509	89.819
Aplicações automáticas - Overnight (2)	Pré-fixada	11,91% a 12,15%	11,42% a 12,65%	46.581	206.804
				167.090	296.623
				162.841	297.060

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 27 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros,

(ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 26.

6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.		31/12/2024	31/12/2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	CDI		103% a 104,3%	-	43.342
Letras Financeiras (LFs) – Bancos	CDI	104,2% a 112%	108,6% a 111,98%	81.762	279.814
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	Variação Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	21.188	126.171
Fundos vinculados				25.083	15.414
Outros TVM				1.642	5.383
				129.675	470.124
Não circulante					
Letras Financeiras (LFs) – Bancos	CDI	104,2% a 112%		39.380	-
				39.380	-
				169.055	470.124

A classificação destes investimentos temporários está apresentada na nota explicativa nº 27. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 26.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Valores Correntes							Valores Renegociados					Total 2024	Total 2023
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida				PDD	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PDD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	240.342	-	2.951	2.345	6.924	18.820	(22.567)	-	-	212	11.134	(8.788)	251.373	312.701
Industrial	2.142	-	7.164	2.096	1.319	13.101	(17.236)	-	-	212	7.552	(5.206)	11.144	18.795
Comercial	559	-	6.164	249	5.605	5.719	(5.331)	-	-	-	3.582	(3.582)	12.965	28.846
Rural	-	-	345	-	-	-	-	-	-	-	-	-	345	30
Fornecimento não faturado	237.641	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237.641	295.332
Arrecadação processo de classificação	-	-	(10.722)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.722)	(30.302)
Suprimento de energia e uso da rede	279.137	-	19.632	-	1.077	6.883	-	-	-	22.047	-	-	328.776	362.178
Suprimento de energia moeda nacional	15.691	-	11.924	-	-	44	-	-	-	22.047	-	-	49.706	99.950
Suprimento/encargo rede não faturado	257.365	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	257.365	246.445
Encargos Uso Rede Elétrica	6.081	-	7.708	-	1.077	6.839	-	-	-	-	-	-	21.705	15.783
Total	519.479	-	22.583	2.345	8.001	25.703	(22.567)	-	-	22.259	11.134	(8.788)	580.149	674.879

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27 destas demonstrações contábeis regulatórias.

A provisão para perdas de créditos esperadas (“PCE”) é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.759
Constituição de provisão, líquida	5.650
Saldo oriundo da incorporação	1.671
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.080
Reversão de provisão	(3.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	31.355

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
ICMS a recuperar	11.052	12.069
Cofins	288	8.426
PIS/Pasep	42	1.809
INSS	18.631	18.647
Outros	140	149
	30.153	41.100
Não circulante		
ICMS a recuperar (a)	34.716	32.605
Cofins (b)	10.593	9.016
PIS/Pasep (b)	2.300	1.957
	47.609	43.578
	77.762	84.678

a) ICMS a recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações contábeis regulatórias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal.

	2024	2023
Circulante		
Imposto de renda	38.031	296.383
Contribuição social	(35.090)	130.636
	2.941	427.019
Não circulante		
Imposto de renda	66.698	49.010
Contribuição social	85.219	53.562
	151.917	102.572

c) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2024	2023
Resultado antes do Imposto de renda e contribuição social	3.460.247	2.665.718
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal esperada	(1.176.484)	(906.344)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio	252.499	218.010
Incentivos fiscais	84.572	44.770
Resultado de equivalência patrimonial	92.646	221.104
Bonificação da outorga	-	(11.733)
Custo histórico depreciação repesada	-	(45.502)
Multas indedutíveis	(2.376)	(1.617)
Outros	444	14.111
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(748.699)	(467.201)
Corrente	(876.752)	(228.760)
Diferido	128.053	(238.441)
	(748.699)	(467.201)
Alíquota Efetiva	21,64%	17,53%

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, conforme segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
ATIVO					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	90.698	(90.698)	-	-	-
Obrigações pós-emprego	374.629	7.809	(80.501)	-	301.937
Perdas de créditos esperadas	14.704	4.096	-	-	18.800
Concessão onerosa	11.843	100	-	-	11.943
Provisões	226.838	(59.731)	-	-	167.107
Outros	39.144	(768)	-	-	38.376
	757.856	(139.192)	(80.501)	-	538.163
PASSIVO					
Base de remuneração regulatória - BRR	(105.316)	(50.002)	(338.509)	-	(493.827)
Ativo financeiro custo de capital próprio	(381.404)	(711)	-	-	(382.115)
Custo aquisição participações societárias	(112.431)	98.143	-	-	(14.288)
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(125.137)	125.137	-	-	-
Ressarcimento de custos – GSF	(220.992)	42.621	-	-	(178.371)
Outros	(45.167)	52.057	-	(2.682)	4.208
	(990.447)	267.245	(338.509)	(2.682)	(1.064.393)
Total do ativo (passivo) líquido	(232.591)	128.053	(419.010)	(2.682)	(526.230)

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Segue abaixo a forma de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Benefícios pós-emprego: são realizados na medida de seus pagamentos ou caso sejam revertidos em função de novas estimativas atuariais ou outros fatos novos.

Provisões para contingências: são realizados na medida em que ocorram decisões administrativas ou judiciais quanto aos temas em litígio, ou que haja a revisão da classificação do risco nas respectivas ações.

Provisões operacionais: abrangem provisões para perda em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os tributos diferidos relacionados serão revertidos quando da realização dos respectivos investimentos.

Perda por redução do valor recuperável de ativos: são revertidos quando da realização dos ativos correlatos, seja via amortização ou depreciação, seja via alienação.

Perda de créditos esperada: são realizados na medida em que os créditos se tornem dedutíveis de acordo com as regras de dedutibilidade da legislação fiscal ou haja reversão da referida provisão.

Valores justos: relacionados a combinações de negócios, bem como amortização de mais ou menos valia são realizados na medida da realização dos investimentos correlatos.

Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL: são realizados pela compensação com lucros futuros tributáveis da Companhia, considerando os critérios definidos pela legislação.

Contratos de concessão e similares: são realizados no decorrer do prazo do contrato, a medida do recebimento das receitas esperadas.

BRR – Base de Remuneração Regulatória: são realizados de acordo com a depreciação, amortização e baixa dos ativos, e constituídos por meio das reavaliações a cada RTP – Revisão Tarifária Periódica.

Custo atribuído de ativos imobilizados: são realizados a medida da realização do ativo correspondente, via amortização ou depreciação.

Arrendamentos e demais rubricas: são realizados na medida em que os valores se tornem dedutíveis ou tributáveis de acordo com a legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há diferenças temporárias não reconhecidas em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas, por haver provável certeza de geração de lucros futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2024, conforme abaixo:

2025	78.827
2026	71.694
2027	71.694
2028	71.694
2029 a 2031	140.718
2032 e 2034	103.536
Total	538.163

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	17.316	20.292
Fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	19.190	18.361
IR/INSS - Indenização do anuênio	78.376	75.406
IPTU	18.064	16.900
CSLL	28.533	26.665
Outros	1.886	1.817
	146.049	139.149
Outros		
Bloqueio judicial	1.669	1.785
Regulatórios	6.079	6.265
Outros	6.271	5.153
	14.019	13.203
	177.384	172.644

11. INVESTIMENTOS

	2024	2023
Controladas em conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão	44.893	46.816
Guanhães Energia	172.300	221.725
Hidrelétrica Pipoca	54.041	47.529
Paracambi	36.028	40.475
Aliança Norte (usina Belo Monte)	419.414	536.268
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	696.686	818.929
Aliança Geração (1)	-	1.171.595
Controladas		
UFV Boa Esperança	405.481	46
Cemig Geração Itutinga S.A.	124.536	129.695
Cemig Geração Camargos S.A.	88.695	94.887
Cemig Geração Sul S.A.	175.044	157.626
Cemig Geração Leste S.A.	123.680	91.115
Cemig Geração Oeste S.A.	117.464	104.629
Rosal Energia S.A.	71.714	73.187
Sá Carvalho S.A.	69.494	62.504
Horizontes Energia S.A.	12.841	32.104
Cemig PCH S.A.	47.870	50.792
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	161.617	167.968
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	20.779	29.118
Cemig Trading S.A.	6.381	8.676
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	142.695	131.862
Central Eólica Volta do Rio S.A.	246.850	261.473
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	82.726	56.403
UFV Três Marias	100.625	46.464
Total do investimento	3.421.854	4.381.886

(1) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A. Mais informações na nota explicativa nº 28.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos.

Em 2024, a Cemig GT reconheceu perda por redução ao valor recuperável da totalidade da mais-valia registrada para o investimento na Aliança Norte, no montante de R\$40.745. Essa perda foi apurada por meio da determinação da participação no valor recuperável do ativo, gerado pela operação da UHE Belo Monte. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, por meio do método do fluxo de caixa descontado, utilizando-se como taxa de desconto o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

Para os demais investimentos, foi constatado que não há indicativos de perda no valor recuperável.

Adicionalmente, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia.

a) Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, parcela excedente do ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Baixa	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Outros	Saldo em 31/12/2024
Retiro Baixo (1)	26.407	(463)	(25.944)	-	-	-	-
Praias de Parajuru	44.625	(4.616)	-	40.009	(4.617)	-	35.392
Volta do Rio	60.430	(6.778)	-	53.652	(6.777)	-	46.875
Aliança Geração (2)	276.296	(25.310)	-	250.986	(6.327)	(244.659)	-
Aliança Norte (3)	44.688	(1.971)	-	42.717	(1.972)	(40.745)	-
	452.446	(39.138)	(25.944)	387.364	(19.693)	(285.404)	82.267

- (1) A Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária no capital social dessa empresa para Furnas, em 22 de novembro de 2023. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A. Mais informações na nota explicativa nº 28.
- (3) O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se ao registro de perda por impairment da mais-valia do investimento na Aliança Norte.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2023	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2024
Hidrelétrica Cachoeirão	46.816	5.318	-	(7.241)	-	44.893
Guanhães Energia (1)	221.725	10.323	-	(11.816)	(47.932)	172.300
Hidrelétrica Pipoca	47.529	14.165	-	(7.653)	-	54.041
Central Eólica Praias Parajuru	131.862	26.492	-	(15.659)	-	142.695
Central Eólica Volta do Rio (2)	261.473	31.340	-	(25.963)	(20.000)	246.850
Paracambi (3)	40.475	21.732	-	(17.278)	(8.901)	36.028
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	818.929	(122.614)	371	-	-	696.686
Aliança Norte (usina Belo Monte) (4)	536.268	(76.765)	656	-	(40.745)	419.414
Aliança Geração (5)	1.171.595	30.861	-	(83.891)	(1.118.565)	-
Itaocara (6)	-	(4.721)	15.329	-	(10.608)	-
UFV Boa Esperança (7)	46	3.544	401.891	-	-	405.481
Cemig Ger. Itutinga S.A.	129.695	35.558	-	(40.717)	-	124.536
Cemig Geração Camargos S.A.	94.887	34.872	-	(41.064)	-	88.695
Cemig Geração Sul S.A.	157.626	36.529	-	(19.111)	-	175.044
Cemig Geração Leste S.A.	91.115	32.565	-	-	-	123.680
Cemig Geração Oeste S.A.	104.629	12.835	-	-	-	117.464
Rosal Energia S.A.	73.187	25.216	-	(26.689)	-	71.714
Sá Carvalho S.A.	62.504	54.867	-	(47.877)	-	69.494
Horizontes Energia S.A. (8)	32.104	16.124	-	(29.015)	(6.372)	12.841
Cemig PCH S.A.	50.792	26.649	-	(29.571)	-	47.870
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	167.968	(1.749)	-	(4.602)	-	161.617
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	29.118	17.681	-	(26.020)	-	20.779
Cemig Trading S.A.	8.676	2.885	-	(5.180)	-	6.381
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	56.403	26.323	-	-	-	82.726
UFV Três Marias (1)	46.464	707	53.454	-	-	100.625
Total do Investimento	4.381.886	260.737	471.701	(439.347)	(1.253.123)	3.421.854

- Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Guanhães Energia, realizada em 19 de setembro de 2023, a redução do capital social no montante de R\$235.309, dos quais, R\$137.488 foram destinados para absorção de prejuízos e R\$97.820 foram restituídos aos acionistas, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$47.932, recebidos em 2024.
- Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Central Eólica Volta do Rio, realizada em 06 de fevereiro de 2024, a redução do capital social no montante de R\$20.000, que foram restituídos ao acionista em setembro de 2024, implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas passando de 180 milhões para 160 milhões.
- Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Pracambi, realizada em 16 de outubro de 2024, a redução do capital social no montante de R\$18.166, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$8.901, recebidos em 2024.
- O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se ao registro de perda por impairment da mais-valia do investimento na Aliança Norte. Essa perda está apresentada nas Demonstrações do Resultado como "Perda por redução ao valor recuperável" e na nota explicativa de Segmentos Operacionais Regulatórios como parte do segmento Não vinculada.
- A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A.. Mais detalhes na nota explicativa nº 28.
- Reconhecimento de reembolso devido à Light Energia S.A. decorrente de valores investidos no desenvolvimento do Projeto da UHE Itaocara em montantes superiores à participação societária da Light no projeto. O reembolso foi efetivamente realizado em 22 de maio de 2024. Em novembro de 2024, o CNPJ dessa empresa foi baixado.
- No dia 29 de outubro de 2024, foi realizada AGE da Cemig Baguari Energia S.A., na qual foram aprovadas (i) alteração da denominação da empresa para Ufv Boa Esperança S.A. e (ii) transferência dos ativos da Ufv Advogado Eduardo Soares da Cemig GT para a Ufv Boa Esperança S.A., por meio de aporte de ativos no montante de R\$401.891, conforme Laudo de Avaliação Contábil emitido em 16 de outubro de 2024. Essa transação por não envolver caixa não está refletida na DFC.
- Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024. Assim, os ativos foram transferidos da Horizontes Energia para a Cemig GT, no primeiro semestre de 2024, sendo R\$6.077 incorporados ao ativo imobilizado e R\$70 incorporados ao ativo intangível. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas demonstrações do fluxo de caixa.

	Saldo em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2023
Hidrelétrica Cachoeirão	47.096	11.322	-	(11.602)	-	46.816
Guanhães Energia	182.579	39.146	-	-	-	221.725
Hidrelétrica Pipoca	46.744	15.975	-	(15.190)	-	47.529
MESA (usina de Santo Antônio) (1)	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
Baguari Energia (2)	160.324	11.133	-	(11.579)	(159.878)	-
Central Eólica Praias Parajuru (5)	203.107	30.761	-	(51.171)	(50.835)	131.862
Central Eólica Volta do Rio (5)	308.603	30.710	-	(9.341)	(68.499)	261.473
Paracambi (6)	60.438	16.761	-	(25.913)	(10.811)	40.475
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	885.529	(66.808)	208	-	-	818.929
Aliança Norte (usina Belo Monte)	575.745	(39.810)	333	-	-	536.268
Aliança Geração	1.193.841	135.757	-	(158.003)	-	1.171.595
Retiro Baixo (2)	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-
Cemig Baguari	67	(21)	-	-	-	46
Cemig Geração Três Marias S.A. (3)	999.556	57.042	-	(54.593)	(1.002.005)	-
Cemig Geração Salto Grande S.A. (3)	333.664	17.492	-	(34.897)	(316.259)	-
Cemig Geração Itutinga S.A.	143.920	32.202	-	(46.427)	-	129.695
Cemig Geração Camargos S.A.	117.671	35.156	-	(57.940)	-	94.887
Cemig Geração Sul S.A.	165.573	29.401	-	(37.348)	-	157.626
Cemig Geração Leste S.A.	108.357	33.759	-	(51.001)	-	91.115
Cemig Geração Oeste S.A.	90.093	14.536	-	-	-	104.629
Rosal Energia S.A.	82.057	29.891	-	(38.761)	-	73.187
Sá Carvalho S.A.	106.863	67.298	-	(111.657)	-	62.504
Horizontes Energia S.A. (6)	60.535	14.254	-	(13.426)	(29.259)	32.104
Cemig PCH S.A. (6)	98.917	14.973	-	(23.146)	(39.952)	50.792
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	171.954	27.129	-	(31.115)	-	167.968
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	11.004	19.741	-	(1.627)	-	29.118
Cemig Trading S.A.	5.639	5.017	-	(1.980)	-	8.676
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	48.252	24.847	-	(16.696)	-	56.403
UFV Três Marias (4)	-	819	45.645	-	-	46.464
Total do Investimento	6.410.883	626.361	46.186	(803.413)	(1.898.131)	4.381.886

- (1) Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (3) Estas subsidiárias foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil. Mais detalhes na nota nº 11.
- (4) No primeiro semestre de 2023, a Companhia efetuou aporte no montante de R\$39.216 nessa investida a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, sendo R\$32.397 em dinheiro para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp ("UFVF Três Marias GD") e R\$6.819 em ativos imobilizados com o objetivo de viabilizar a operação da usina fotovoltaica UFV Três Marias com potência instalada de 1,5MW. No quarto trimestre de 2023, a Companhia efetuou o aporte no montante de R\$6.429, para implantação das UFV GD Arapuá, UFV GD Sol Central e UFV Rio Manso.
- (5) Redução do Capital Social dessas investidas, aprovada nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas em 1 de junho de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.
- (6) Redução do Capital Social dessas investidas, aprovada nas AGEs realizadas em 06 de junho de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.
- (7) Redução do Capital Social dessa investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de setembro de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	13.805	259.106
Proposta de dividendos feitos pelas investidas	439.347	803.413
Recebimentos	(453.114)	(922.708)
Incorporação	-	(126.006)
Saldo final	38	13.805

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49	35.000	91.619	49	35.000	95.542
Guanhães Energia	548.626.000	49	313.317	351.632	49	548.626	452.500
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49	41.360	110.288	49	41.360	96.998
Paracambi	79.078.937	49	39.000	73.527	49	57.166	82.603
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	42.028.825.151	49	1.211.099	899.180	49	1.210.429	1.007.247
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.323.819.670	74,5	1.323.820	982.080	74,5	1.323.321	1.099.233
Aliança Geração	-	-	-	-	45	1.291.488	2.045.797
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	-	-	49	206.712	15.126
Controladas							
UFV Boa Esperança (7)	402.296.837	100	402.297	405.481	100	406	46
Cemig Geração Itutinga S.A.	151.309.332	100	151.309	124.536	100	151.309	129.695
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100	113.499	88.695	100	113.499	94.887
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100	148.147	175.044	100	148.147	157.626
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100	100.569	123.680	100	100.569	91.115
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100	60.595	117.464	100	60.595	104.629
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100	46.944	71.714	100	46.944	73.187
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100	36.833	69.494	100	36.833	62.504
Horizontes Energia S.A.	10.000.000	100	3.628	12.841	100	10.000	32.104
Cemig PCH S.A.	6.000.000	100	6.000	47.870	100	6.000	50.792
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	159.084.895	100	159.085	161.617	100	139.085	167.968
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	3.000.000	100	3.000	20.779	100	486	29.118
Cemig Trading S.A.	4.000.000	100	4.000	6.381	100	1.000	8.676
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	35.000.000	100	35.000	107.303	100	35.000	91.853
Central Eólica Volta do Rio S.A.	160.000.000	100	160.000	199.975	100	180.000	207.821
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100	28.000	82.726	100	28.000	56.403
UFV Três Marias	6.887.499	100	6.819	100.625	100	6.819	46.464

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Os saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são como segue:

2024	Cachoeirão	Guanhães Energia	Pipoca	Paracambi
Ativo				
Circulante	10.578	14.812	20.936	11.535
Caixa e equivalentes de caixa	5.407	6.361	14.582	4.105
Não circulante	83.939	366.412	93.535	95.034
Total do ativo	94.517	381.224	114.471	106.569
Passivo				
Circulante	2.898	13.692	3.867	11.489
Empréstimos e financiamentos	-	-	709	8.719
Não circulante	-	19.314	316	21.554
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	21.554
Patrimônio líquido	91.619	348.218	110.288	73.526
Total do passivo e patrimônio líquido	94.517	381.224	114.471	106.569
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	36.906	-	44.882	62.645
Custos operacionais	(25.432)	(1.988)	(13.260)	(12.588)
Depreciação e amortização	(3.320)	(22)	(4.082)	(4.249)
Lucro bruto	11.474	(1.988)	31.622	50.057
Despesas gerais e administrativas	-	-	(1.625)	(2.109)
Receitas financeiras	1.166	544	1.070	2.152
Despesas financeiras	(6)	(113)	(356)	(3.015)
Resultado operacional	12.634	(1.557)	30.711	47.085
Resultado de equivalência patrimonial	-	28.974	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.780)	(160)	(1.775)	(2.732)
Resultado líquido do exercício	10.854	27.257	28.936	44.353
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	10.854	27.257	28.936	44.353
Resultado abrangente do exercício	10.854	27.257	28.936	44.353

2024	Amazônia Energia	Aliança Norte
Ativo		
Circulante	244	540
Caixa e equivalentes de caixa	243	521
Não circulante	943.686	863.966
Total do ativo	943.930	864.506
Passivo		
Circulante	-	54
Empréstimos e financiamentos	-	-
Não circulante	8.781	8.505
Empréstimos e financiamentos	-	-
Patrimônio líquido	935.149	855.947
Total do passivo e patrimônio líquido	943.930	864.506
Demonstração do resultado		
Receita líquida de vendas	(163.743)	-
Lucro bruto	(163.743)	-
Despesas gerais e administrativas	(589)	(151.819)
Receitas financeiras	7	62
Despesas financeiras	(42)	(4)
Resultado operacional	(164.367)	(151.761)
Resultado líquido do exercício	(164.367)	(151.761)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Resultado líquido do exercício	(164.367)	(151.761)
Resultado abrangente do exercício	(164.367)	(151.761)

2023	Hidrelétrica Cachoeirão	Guanhães Energia	Hidrelétrica Pipoca	Paracambi
Ativo				
Circulante	11.272	1.533.563	10.778	23.738
Caixa e equivalentes de caixa	7.223	112.337	5.740	17.387
Não circulante	86.025	4.735.005	95.345	99.536
Total do ativo	97.297	6.268.568	106.123	123.274
Passivo				
Circulante	6.877	143.055	8.328	10.750
Empréstimos e financiamentos	-	68.694	6.616	8.680
Não circulante	655	1.150.428	804	29.922
Empréstimos e financiamentos	-	940.690	549	29.922
Patrimônio líquido	89.765	4.975.085	96.991	82.602
Total do passivo e patrimônio líquido	97.297	6.268.568	106.123	123.274
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	37.616	59.983	45.624	59.523
Custos operacionais	(15.107)	(38.697)	(11.205)	(16.403)
Depreciação e amortização	(3.734)	(20.967)	(4.096)	(11.787)
Lucro bruto	22.509	21.286	34.419	43.120
Despesas gerais e administrativas	-	-	(1.318)	(2.136)
Receitas financeiras	2.690	14.789	3.065	6.508
Despesas financeiras	(5)	(9.804)	(941)	(3.773)
Resultado operacional	25.194	26.271	35.225	43.719
Imposto de renda e contribuição social	(2.088)	(6.712)	(2.620)	(4.180)
Resultado líquido do exercício	23.106	19.559	32.605	39.539
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	23.106	19.559	32.605	39.539
Resultado abrangente do exercício	23.106	19.559	32.605	39.539

2023	Amazônia Energia	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo				
Circulante	159	583.013	391	3.243
Caixa e equivalentes de caixa	159	347.544	381	3.107
Não circulante	1.107.657	3.700.253	1.015.013	11.874
Total do ativo	1.107.816	4.283.266	1.015.404	15.117
Passivo				
Circulante	7.897	828.616	41	249
Empréstimos e financiamentos	-	179.920	-	-
Não circulante	458	1.766.780	8.116	-
Empréstimos e financiamentos	-	992.959	-	-
Patrimônio líquido	1.099.461	1.687.870	1.007.247	14.868
Total do passivo e patrimônio líquido	1.107.816	4.283.266	1.015.404	15.117
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	-	1.148.967	-	-
Custos operacionais	(200)	(472.227)	-	(647)
Depreciação e amortização	-	(130.761)	-	-
Lucro bruto	(200)	676.740	-	(647)
Despesas gerais e administrativas	-	(51.091)	(77.257)	-
Receitas financeiras	-	50.288	60	389
Despesas financeiras	(7)	(171.026)	(24)	-
Resultado operacional	(207)	504.911	(77.221)	(258)
Resultado de equivalência patrimonial	(82.898)	23.357	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(170.341)	-	-
Resultado líquido do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado abrangente do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado líquido do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado abrangente do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2024, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$217.025 (R\$578.277 em 31 de dezembro de 2023). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2024 é de R\$3.053 milhões (R\$2.859 milhões em 31 de dezembro de 2023). O potencial impacto para a Cemig GT está limitado ao seu investimento na NESA.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investigações

Existe um inquérito civil público sendo conduzido pela Promotoria Pública do estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades no investimento da Cemig GT na Guanhães Energia. Até a divulgação dessas demonstrações contábeis regulatórias não houve movimentação no processo.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

As taxas anuais de depreciação são definidas por tipo de bem, conforme a Resolução Aneel nº 674, de 11 de agosto de 2015, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %	2024			2023
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	2,89%	4.155.534	(2.878.955)	1.276.579	1.366.520
Custo histórico		4.155.534	(2.878.955)	1.276.579	1.366.520
Transmissão	3,30%	9.829.010	(6.646.981)	3.182.029	1.880.431
Custo histórico		3.074.478	(1.374.681)	1.699.797	1.581.355
Reavaliação		6.754.532	(5.272.300)	1.482.232	299.076
Administração	7,84%	117.476	(79.893)	37.583	27.254
Custo histórico		131.974	(90.509)	41.465	29.824
Reavaliação		(14.498)	10.616	(3.882)	(2.570)
Total		14.102.020	(9.605.829)	4.496.191	3.274.205
Em curso					
Geração		482.486	-	482.486	845.873
Transmissão		402.832	-	402.832	328.463
Administração		87.365	-	87.365	35.128
(-) Provisão redução ao valor recuperável		(3.623)	-	(3.623)	(18.791)
Total		969.060	-	969.060	1.190.673
Total		15.071.080	(9.605.829)	5.465.251	4.464.878

	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023	Obrig.Esp. Brutas 31/12/2024	Amortização Acumulada 31/12/2024	Obrigações Especiais Líquidas 31/12/2024
ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO													
Geração	4.143.010	42.788	(44.638)	14.374	-	4.155.534	12.524	(2.878.955)	1.276.579	1.366.520	(7.361)	-	(7.361)
Terrenos	167.330	1.885	(1.078)	-	-	168.137	807	(40.118)	128.019	131.149	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	2.218.519	32.127	(32.292)	1.452	-	2.219.806	1.287	(1.533.031)	686.775	741.428	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	661.936	1.834	(2.096)	990	-	662.664	728	(469.749)	192.915	206.382	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.257.948	6.926	(9.136)	12.084	-	1.267.822	9.874	(928.175)	339.647	358.321	(7.361)	-	(7.361)
Veículos	796	15	(23)	(118)	-	670	(126)	(671)	(1)	17	-	-	-
Móveis e utensílios	1.719	1	(13)	(34)	-	1.673	(46)	(1.661)	12	11	-	-	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (1)	(165.238)	-	-	-	-	(165.238)	-	94.450	(70.788)	(70.788)	-	-	-
Transmissão	6.973.825	-	254.734	227.477	2.372.974	9.829.010	482.211	(6.646.981)	3.182.029	1.880.431	(445.739)	121.144	(324.595)
Terrenos	22.536	-	-	-	(7.840)	14.696	-	-	14.696	22.536	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	331.574	-	(3.353)	6.522	54.017	388.760	3.169	(303.658)	85.102	71.521	-	-	-
Máquinas e equipamentos	7.024.051	-	(136.606)	221.177	2.326.798	9.435.420	84.571	(6.341.556)	3.093.864	2.067.891	(445.739)	121.144	(324.595)
Veículos	581	-	-	(245)	-	336	(245)	(336)	-	1	-	-	-
Móveis e utensílios	949	-	-	23	(1)	971	23	(796)	175	183	-	-	-
(-) Ajustes Pelas Renovações de Concessões (2)	(405.866)	-	394.693	-	-	(11.173)	394.693	(635)	(11.808)	(281.701)	-	-	-
Administração	104.505	-	(832)	16.385	(2.582)	117.476	15.553	(79.893)	37.583	27.254	-	-	-
Terrenos	1.163	-	-	-	-	1.163	-	-	1.163	1.163	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.663	-	-	1.813	498	19.974	1.813	(14.176)	5.798	4.273	-	-	-
Máquinas e equipamentos	64.074	-	(666)	12.910	(2.924)	73.394	12.244	(48.496)	24.898	15.982	-	-	-
Veículos	15.801	-	(125)	1.586	(110)	17.152	1.461	(12.589)	4.563	4.497	-	-	-
Móveis e utensílios	5.804	-	(41)	76	(46)	5.793	35	(4.632)	1.161	1.339	-	-	-
Subtotal	11.221.340	42.788	209.264	258.236	2.370.392	14.102.020	510.288	(9.605.829)	4.496.191	3.274.205	(453.100)	121.144	(331.956)
ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO													
Geração	845.873	119.176	(467.687)	(14.876)	-	482.486	(363.387)	-	482.486	845.873	(2.286)	-	(2.286)
Máquinas e equipamentos	743.296	69.492	(429.512)	(12.429)	-	370.847	(372.449)	-	370.847	743.296	(2.286)	-	(2.286)
Outros	102.577	49.684	(38.175)	(2.447)	-	111.639	9.062	-	111.639	102.577	-	-	-
Transmissão	328.463	302.091	-	(227.722)	-	402.832	74.369	-	402.832	328.463	(724)	-	(724)
Máquinas e equipamentos	292.963	293.738	-	(221.178)	-	365.523	72.560	-	365.523	292.963	(724)	-	(724)
Outros	35.500	8.353	-	(6.544)	-	37.309	1.809	-	37.309	35.500	-	-	-
Administração	35.128	67.875	-	(15.638)	-	87.365	52.237	-	87.365	35.128	(1.724)	-	(1,724)
Máquinas e equipamentos	8.825	8.411	-	(12.565)	-	4.671	(4.154)	-	4.671	8.825	(1,724)	-	(1,724)
Outros	26.303	59.464	-	(3.073)	-	82.694	56.391	-	82.694	26.303	-	-	-
Subtotal	1.209.464	489.142	(467.687)	(258.236)	-	972.683	(236.781)	-	972.683	1.209.464	(4.734)	-	(4,734)
Provisão para redução ao valor recuperável	(18.791)	15.168	-	-	-	(3.623)	15.168	-	(3.623)	(18.791)	-	-	-
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	12.412.013	547.098	(258.423)	-	2.370.392	15.071.080	288.675	(9.605.829)	5.465.251	4.464.878	(457.834)	121.144	(336.690)

(1) Refere-se à contabilização de perda pela redução ao valor recuperável da Usina de Igarapé em função da suspensão da operação comercial, conforme Despacho nº 3.411, de 06 de dezembro de 2019.

(2) Refere-se à contabilização dos ajustes resultantes das renovações de concessões, conforme legislação vigente, contemplando a redução pelo valor da indenização deliberado pelo Poder Concedente.

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total 2024
Reservatórios, Barragens e Adutoras	891	4.627	274	566	6.358
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	115.394	38.082	1.354	1.266	156.096
Máquinas e Equipamentos	121.956	103.862	13.878	39	239.735
Veículos	1.222	100	-	5	1.327
Móveis e utensílios	13.901	8.207	-	95	22.203
A Ratear	-	-	1.539	-	1.539
Desenvolvimento de projetos	-	-	518	260	778
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	1.653	2.743	800	48	5.244
Material em Depósito	48.615	5.846	-	-	54.461
Depósitos Judiciais	-	6	-	1.395	1.401
Total das Adições	303.632	163.473	18.363	3.674	489.142

As principais taxas de depreciação são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2	Estrutura Torre	2,70	Veículos	14,29
Edificação – casa de força	2	Condutor superior a 69KV	2,70	Equipamento geral de informática	16,67
Edificação – outras	3,33	Transformador de Força	2,86	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação - outras	3,33	Edificação - outras	3,33
Turbina hidráulica	2,5	Disjuntor superior a 69KV	3,03		
Condutor forçado	3,13	Transformador de medida superior a 69KV	3,33		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57	Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Urbanização e benfeitorias	3,33	Para-raios	4,17		

A Companhia não identificou indicativos de perda no valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2024	31/12/2023
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.498	220.252
Depreciação acumulada			(150.287)	(142.391)
Total em operação			70.211	77.861
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	8.450	2.395
Total em construção			8.450	2.395
Total			78.661	80.256

Composição do intangível

Intangível	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2024			31/12/2023
		Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	3,68%	2.658.750	(908.777)	1.749.973	1.925.370
Custo histórico		2.658.750	(908.777)	1.749.973	1.925.370
Transmissão	20,00%	33.552	(2.237)	31.315	28.030
Custo histórico		19.912	(7.886)	12.026	10.353
Reavaliação		13.640	5.649	19.289	17.677
Administração	20,78%	45.640	(34.852)	10.788	1.864
Custo histórico		56.993	(46.205)	10.788	1.864
Reavaliação		(11.353)	11.353	-	-
Total		2.737.942	(945.866)	1.792.076	1.955.264
Em curso					
Geração		1.923	-	1.923	3.855
Transmissão		4.430	-	4.430	3.146
Administração		16.046	-	16.046	17.556
Total		22.399	-	22.399	24.557
Total		2.760.341	(945.866)	1.814.475	1.979.821

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Em Serviço										
Geração	2.647.317	649	(649)	11.433	-	2.658.750	11.433	(908.777)	1.749.973	1.925.370
Servidões	11.448	-	-	-	-	11.448	-	(6.153)	5.295	5.852
Softwares	20.843	-	-	1.591	-	22.434	1.591	(15.489)	6.945	7.206
Uso do bem público	2.615.026	649	(649)	9.842	-	2.624.868	9.842	(887.135)	1.737.733	2.223.590
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(311.278)
Transmissão	33.748	-	-	3.039	(3.235)	33.552	3.039	(2.237)	31.315	28.030
Servidões	23.973	-	-	3.039	4.302	31.314	3.039	-	31.314	23.973
Softwares	9.775	-	-	-	(7.537)	2.238	-	(2.237)	1	4.057
Administração	32.888	-	-	12.701	51	45.640	12.701	(34.852)	10.788	1.864
Softwares	32.880	-	-	5.448	57	38.385	5.448	(33.318)	5.067	1.864
Outros	8	-	-	7.253	(6)	7.255	7.253	(1.534)	5.721	-
Subtotal	2.713.953	649	(649)	27.173	(3.184)	2.737.942	27.173	(945.866)	1.792.076	1.955.264
Em Curso										
Geração	3.855	10.086	(585)	(11.433)	-	1.923	(1.932)	-	1.923	3.855
Servidões	611	5	(555)	273	-	334	(277)	-	334	611
Softwares	3.231	243	-	(1.895)	-	1.579	(1.652)	-	1.579	3.231
Outros	13	9.838	(30)	(9.811)	-	10	(3)	-	10	13
Transmissão	3.146	4.323	-	(3.039)	-	4.430	1.284	-	4.430	3.146
Servidões	1.778	4.314	-	(3.033)	-	3.059	1.281	-	3.059	1.778
Softwares	1.362	9	-	-	-	1.371	9	-	1.371	1.362
Outros	6	-	-	(6)	-	-	(6)	-	-	6
Administração	17.556	11.191	-	(12.701)	-	16.046	(1.510)	-	16.046	17.556
Softwares	10.214	7.020	-	(5.448)	-	11.786	1.572	-	11.786	10.214
Outros	7.342	4.171	-	(7.253)	-	4.260	(3.082)	-	4.260	7.342
Subtotal	24.557	25.600	(585)	(27.173)	-	22.399	(2.158)	-	22.399	24.557
TOTAL	2.738.510	26.249	(1.234)	-	(3.184)	2.760.341	25.015	(945.866)	1.814.475	1.979.821

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Indenizações a receber

Contratos de Concessão	2024	2023
Circulante		
006/97 - Transmissão - Portaria MME 120/2016	154.278	147.486
Não circulante		
006/97 - Transmissão - Portaria MME 120/2016	297.227	388.406
007/97 - Geração - Diversas Usinas	870.535	784.055
	1.322.040	1.319.947

Transmissão

Em 6 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras, definida na Portaria MME 120/2016. A conclusão foi que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021, pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a ReH nº 2.852, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente foi incorporado ao cálculo da revisão periódica de 2018 da RAP, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando a remuneração pelo custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente. Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo reperfilamento desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

A Revisão Periódica Tarifária ocorrida em 2024 não impactou esse componente financeiro. A Companhia segue acompanhando o tema e as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuam adequados.

Revisão Tarifária Periódica - RTP

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão da transmissão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela BRR homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em julho de 2024, por meio das ReH nº 3.344/2024 e nº 3.343/2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP dos Contratos de Concessão nº 006/1997 e nº 079/2000, ambos da Cemig GT.

A RAP do contrato de concessão 006/1997 teve um reajuste de 5,90% composto pelo efeito da Revisão Tarifária Periódica de 2023, postergada para 2024, notadamente no que tange a reavaliação da base de ativos incrementais e reconhecimento das melhorias de pequeno porte do ciclo 2018-2023, a aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e o reconhecimento dos novos reforços.

Quanto a RAP do contrato 079/2000 foi reajustada em 0,14%, refletindo a reavaliação dos ativos incrementais. O índice de preços deste contrato é o IGPM que teve variação negativa no período.

O resultado positivo da RTP se deve, principalmente, à diferença entre os custos orçados para a construção dos ativos e o Valor Novo de Reposição (VNR), ajustado pelos valores atualizados do Banco de Preços Regulatório (BPR). Esse ajuste foi aplicado à maioria dos ativos reavaliados e também foi influenciado pela variação positiva no WACC regulatório. O resultado obtido com a remensuração desta Base de Remuneração líquido da amortização e baixas incorridas no período, ocasionou o ajuste positivo de R\$995.615 no resultado abrangente da Companhia. Os ajustes da BRR decorrentes da RTP foram registrados diretamente no patrimônio líquido. Mais detalhes na nota explicativa nº 31

Geração

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

O laudo de avaliação foi concluído e os resultados são conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ¹	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2024
Lote D					
UHE Três Marias	jul-15	396,00	203.064	22.397	225.461
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	104.177	11.489	115.666
UHE Itutinga	jul-15	52,00	12.275	1.354	13.629
UHE Camargos	jul-15	46,00	23.860	2.632	26.492
PCH Piau	jul-15	18,01	5.324	587	5.911
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	6.384	704	7.088
PCH Peti	jul-15	9,40	7.368	813	8.181
PCH Dona Rita	set-13	2,41	1.909	211	2.120
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	10.152	1.017	11.169
PCH Joasal	jul-15	8,40	7.627	842	8.469
PCH Martins	jul-15	7,70	5.415	598	6.013
PCH Cajuru	jul-15	7,20	22.949	2.531	25.480
PCH Paciência	jul-15	4,08	5.044	557	5.601
PCH Marmelos	jul-15	4,00	2.931	323	3.254
Outras					
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	439	49	488
UHE Miranda	dez-16	408,00	110.548	12.192	122.740
UHE Jaguará	ago-13	424,00	167.704	18.599	186.303
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	86.885	9.585	96.470
		3.601,70	784.055	86.480	870.535

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O saldo de R\$870.535 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei

nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Em 21 de dezembro de 2023, a Companhia encaminhou correspondência ao Ministério de Minas e Energia – MME, solicitando o reconhecimento da ausência de mecanismo para compensação, na hipótese mencionada acima, bem como a atualização dos valores constantes na ReH nº 2.919/2021 e a sua conversão na pactuação de prorrogação dos prazos de determinadas usinas sob concessão da Companhia, nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Licenças de operação

As usinas da Companhia, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, vêm passando por processos de obtenção e renovação de licenças de operação.

As seguintes instalações obtiveram as licenças de operação: UHE Irapé, UHE Salto Grande, EOL Volta do Rio e UHE Pai Joaquim. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental, sendo considerado o prazo de até 10 anos das licenças de operação, prazo em que o ativo será amortizado.

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconhece um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações; e
- Arrendamentos de terrenos para implantação e operação de usinas de geração fotovoltaica.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada (1)	Taxa média anual (%)	Taxa média mensal (%)
Contratos celebrados em 2023		
Até 7anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58
Contratos celebrados em 2024		
Até 5 anos	6,78	0,55
De 6 a 11 anos	6,68	0,54
De 12 a 21 anos	6,73	0,54

- (1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizada.

a) Movimentação do direito de uso

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.438	18.055	55.493
Baixa (contratos encerrados)	162	662	824
Adição	-	15.904	15.904
Amortização (1)	(1.679)	(6.844)	(8.523)
Remensuração (2)	1.751	5.722	7.473
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.672	33.499	71.171
Baixa (contratos encerrados)	(164)	-	(164)
Adição	385	-	385
Amortização (1)	(1.808)	(8.109)	(9.917)
Remensuração (2)	1.127	(2.156)	(1.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.212	23.234	60.446

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$138 no exercício de 2024 (R\$125 no exercício de 2023).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Movimentação do passivo de arrendamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	60.501
Passivos oriundos da incorporação	847
Adição	15.904
Juros incorridos (1)	7.204
Arrendamentos pagos	(12.524)
Juros sobre arrendamentos pagos	(619)
Remensuração (2)	7.473
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78.786
Adição	385
Baixa (contratos encerrados)	(186)
Juros incorridos (1)	5.344
Arrendamentos pagos	(12.778)
Juros sobre arrendamentos pagos	(558)
Remensuração (2)	(1.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	69.964
Passivo circulante	12.941
Passivo não circulante	57.023

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$263 no exercício de 2024 (R\$399 no exercício de 2023).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é conforme segue:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	106.952	69.964
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	7.319	4.085

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	(Nominal)
2025	13.382
2026	13.382
2027	11.400
2028	5.029
2029	3.779
2030 a 2045	59.980
Valores não descontados	106.952
Juros embutidos	(36.988)
Passivo de arrendamento	69.964

14. FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento e transporte de energia elétrica	209.694	243.087
Materiais e serviços	118.442	198.648
	328.136	441.735

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 27.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
ICMS	12.811	10.421
Pis/Pasep	4.849	5.182
Cofins	19.967	23.992
INSS	10.463	11.188
ISSQN	3.584	3.409
Outros (1)	41.130	28.578
	92.804	82.770

- (1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária. Mais informações na nota explicativa nº 21.

16. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a
Debêntures - moeda nacional	4.528	232.473	794.923	1.031.924	Sim				
Debêntures - 9ª emissão - 1ª Série	3.561	233.333	466.666	703.560		jun/22	Aval/Fiança	CDI	1,33%
Debêntures - 9ª emissão - 2ª Série	967	-	331.301	332.268		jun/22	Aval/Fiança	IPCA	7,62%
(-) Custos de transação	-	(860)	(3.044)	(3.904)					
Dívidas com Fundo de Pensão	-	49.675	837.998	887.673	Sim				
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida	-	37.367	514.285	551.652					
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	-	12.314	99.405	111.719		abr/19	Recebíveis	IPCA	6,00%
Forluz - Previdência privada	-	(6)	224.308	224.302					

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

	Data próximo pagamento juros	Frequência pagamento juros	Data próxima amortização	Vencido final	Frequência de amortização	Sistema de amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
							2026	2027	2028	2029	2030	2031+	Total
Financ. / emprést. moeda nacional							232.473	232.473	-	329.977	-	-	794.923
Debêntures - 1ª Série - 9ª emissão	jun/25	Semestral	dez/25	dez/27	Anual	SAC	233.333	233.333	-	-	-	-	466.666
Debêntures - 2ª Série - 9ª emissão	jun/25	Semestral	dez/29	dez/29	Única	Bullet (final)	-	-	-	331.301	-	-	331.301
(-) Custos de transação							(860)	(860)	-	(1.324)	-	-	(3.044)
Dívidas com Fundo de Pensão							10.703	11.346	12.026	12.748	13.513	777.662	837.998
Plano de Saúde, Odontológico e Seguro de Vida							-	-	-	-	-	514.285	514.285
Forluz - Equacionamento (déficit 2015)	jan/25	Mensal	jan/25	fev/33	Mensal	Price	10.703	11.346	12.026	12.748	13.513	39.069	99.405
Forluz - Previdência Privada							-	-	-	-	-	224.308	224.308

Liquidação dos Eurobonds

Em dezembro de 2017 e julho de 2018, foram realizadas captações de recursos no exterior, por meio da emissão de títulos de dívida (Eurobonds), nos montantes de US\$1 bilhão e US\$500 milhões, respectivamente, com pagamentos de juros semestrais e do principal em dezembro de 2024. Concomitantemente, foi contratada operação de hedge, por meio de uma combinação de derivativos, a fim de proteger a variação cambial. Entre os anos de 2021 e 2023, a Cemig GT executou processos de recompras parciais, que totalizaram US\$1.119 milhões.

Em 05 de dezembro de 2024, ocorreu a liquidação desses Eurobonds, conforme vencimento. O efeito líquido no caixa da Cemig GT foi de R\$1.865.876, considerando o pagamento de R\$2.308.855 (US\$381 milhões à taxa de câmbio de R\$6,0585), subtraído do efeito do Hedge de R\$442.979.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig da seguinte forma:

	31/12/2024
Fiança	1.031.924
Total	1.031.924

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2025	2026	2027	2029	Total
IPCA (1)	967	-	-	331.301	332.268
CDI (2)	236.894	233.333	233.333	-	703.560
Total por Indexadores	237.861	233.333	233.333	331.301	1.035.828
(-) Custos de transação	(860)	(860)	(860)	(1.324)	(3.904)
Total geral	237.001	232.473	232.473	329.977	1.031.924

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e debêntures tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Indexador	Varição acumulada no exercício de 2024 (%)	Varição acumulada no exercício de 2023 (%)
IPCA	4,83	4,62
CDI	10,83	13,04

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.959.066
Variação monetária	13.613
Variação cambial	(276.687)
Encargos financeiros provisionados	529.238
Amortização dos custos de transação	5.845
Encargos financeiros pagos	(539.582)
Amortização de principal	(1.823.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.868.093
Variação monetária	16.179
Variação cambial	463.887
Encargos financeiros provisionados	332.597
Amortização dos custos de transação	2.170
Encargos financeiros pagos	(342.047)
Amortização de principal	(2.308.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.031.924

A abertura dos ativos financeiros está apresentada a seguir:

31/12/2024	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total + saldo em conta corrente	Adimplente?	Indexador ou juros	Spread % a.a.
Ativos financeiros							
Caixa e aplicações financeiras							
Saldo final de caixa	-	-	-	(4.250)			
Aplic. Finan. – CDB	516	120.008	-	120.524	Sim	CDI	95% a 107%
Aplic. Finan. – Outros fundos de investimentos	2.057	102.535	39.380	143.972	Sim	CDI Selic	104,2% a 112% 12,41% a.a. a 12,45% a.a.
Aplic. Finan. – Outros	1.057	70.593	-	71.650	Sim	Selic	11,91% a.a. a 12,15% a.a.
Total	3.630	293.136	39.380	331.896			

A composição do endividamento e dívida líquida está apresentada a seguir:

Resumo	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2024	Total 2023
Dívida bruta	4.528	283.008	1.635.965	1.923.501	3.997.832
Financ./emprést.moeda estrangeira	-	-	-	-	1.856.920
Financ./emprést.moeda nacional	4.528	233.333	797.967	1.035.828	1.019.042
Fundo de pensão	-	49.675	837.998	887.673	1.121.870
Ativos financeiros	3.630	293.136	39.380	336.146	766.747
Alta liquidez	1.057	70.593	-	71.650	296.623
Demais aplicações financeiras	2.573	222.543	39.380	264.496	470.124
(+) Dívida líquida I	8.158	576.144	1.675.345	2.259.647	4.764.579
(+/-) Derivativos / Fair value	-	-	(368.051)	(368.051)	(368.051)
(+) Dívida líquida II	8.158	576.144	1.307.294	1.891.596	4.396.528

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o ativo imobilizado no exercício de 2024.

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds (1)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
9ª Emissão de debêntures 1ª e 2ª série (3)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 de 31/12/2022 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 de 31/12/2022 até 30/06/2026 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual

- (1) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real na Demonstração financeira societária Consolidada da Cemig em relação ao Lajida de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Ebitda de 1,5x.
- (2) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases societárias consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

17. ENCARGOS SETORIAIS

	2024	2023
Compensação Financ.pela Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	10.321	9.834
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	61.894	66.332
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.064	813
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – Proinfa	8.971	9.488
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	1.324	1.729
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	25.895	26.078
Pesquisa Expansão Sistema Energético	801	1.003
CDE sobre P&D	555	676
	110.825	115.953
Passivo Circulante	110.825	115.953

18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig GT é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício

definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Cemig GT mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para o Plano Prosaúde Integrado (PSI) e o Plano Odontológico (POD) para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Plano Prosaúde Integrado (PSI): plano de saúde destinado ao atendimento dos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, que presta serviços de assistência ambulatorial e hospitalar com atendimento obstétrico, em rede credenciada de abrangência nacional. As coberturas são realizadas, principalmente, pelo Programa de Referência de Assistência à Saúde (PRAS), além de haver os programas de reembolso de despesas médicas por meio do Programa de Garantias Especiais (PGE) e do Fundo Complementar de Assistência à Saúde (FCAS).

Programa Odontológico (POD): plano odontológico ofertado pela Cemig GT aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, em parceria com a Odontoprev, em abrangência nacional.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações regulatórias

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com as normas contábeis e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2024.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2024, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência desses déficits é de R\$111.719 (R\$117.879 em 31 de dezembro de 2023, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$73.129, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$38.590. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig GT ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Cemig GT ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Cemig GT, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Junho de 2023
Montante total solicitado pela Forluz	R\$36.304	R\$56.947	R\$151.556
Montante considerando a paridade contributiva	R\$18.152	R\$28.474	R\$75.778
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2023	R\$6.097	R\$5.863	R\$4.587

A Forluz encaminhou para a Companhia novos planos de equacionamentos que estão em avaliação pela Administração, referentes aos déficits atuariais de 2022 e 2023 do Plano Saldado de Benefícios Previdenciários – Plano A, sendo que o valor mínimo dos déficits acumulados para equacionamento representa o montante de R\$273.067, dos quais a Companhia vem realizando pagamento em consignação para os déficits de 2019, 2020 e 2021.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado nos anos de 2019, 2020 e 2021, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Cemig GT, entrou com ação judicial contra a patrocinadora Cemig GT, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do valor integral do déficit do Plano A. Apesar da decisão favorável à Forluz, em 2022, em 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referente ao processo do equacionamento do déficit de 2019, cabe continuidade dessa discussão em instâncias superiores. Por isso, a Cemig GT, amparada pela avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

As prestações da dívida pactuada com a Forluz, referentes a déficits atuariais passados, foram quitadas em 30 de junho de 2024. As parcelas eram amortizadas mensalmente, calculadas pelo sistema de prestação constante (Tabela *Price*) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Essa dívida foi paga independentemente de haver superávit da Fundação, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	2.276.871	542.128	9.524	2.828.523
Valor justo dos ativos do plano	(1.982.643)	-	-	(1.982.643)
Passivo líquido inicial	294.228	542.128	9.524	845.880
Ajuste ao teto de ativo (<i>asset ceiling</i>)	41.793	-	-	41.793
Passivo líquido no balanço patrimonial	336.021	542.128	9.524	887.673

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	2.666.568	638.517	11.490	3.316.575
Valor justo dos ativos do plano	(2.201.261)	-	-	(2.201.261)
Passivo líquido inicial	465.307	638.517	11.490	1.115.314
Ajuste ao teto de ativo (<i>asset ceiling</i>)	6.556	-	-	6.556
Passivo líquido no balanço patrimonial	471.863	638.517	11.490	1.121.870

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	2.516.021	714.248	13.138	3.243.407
Custo do serviço corrente	74	2.327	60	2.461
Custo do serviço passado (1)	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Juros sobre a obrigação atuarial	281.862	79.026	1.443	362.331
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	4.362	93	4.455
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	168.713	48.237	907	217.857
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(63.488)	(141.362)	(2.782)	(207.632)
	105.225	(88.763)	(1.782)	14.680
Benefícios pagos	(236.614)	(48.030)	(837)	(285.481)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	2.666.568	638.517	11.490	3.316.575
Custo do serviço corrente	304	1.263	27	1.594
Juros sobre a obrigação atuarial	230.670	55.676	998	287.344
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	(216)	(5)	(221)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(418.586)	(114.770)	(2.039)	(535.395)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	39.226	5.042	(167)	44.101
	(379.360)	(109.944)	(2.211)	(491.515)
Benefícios pagos	(241.311)	(43.384)	(780)	(285.475)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024	2.276.871	542.128	9.524	2.828.523

(1) Referentes às adesões dos empregados ao novo plano de saúde ofertado pela Cemig GT, denominado Plano Premium.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	2.078.424
Retorno real dos investimentos	288.217
Contribuições do empregador	71.234
Benefícios pagos	(236.614)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	2.201.261
Retorno real dos investimentos	(31.434)
Contribuições do empregador	54.127
Benefícios pagos	(241.311)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	1.982.643

Movimentação do passivo líquido:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	469.060	714.248	13.138	1.196.446
Despesa reconhecida no resultado	57.256	81.353	1.503	140.112
Custo do serviço passado	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Contribuições pagas	(71.234)	(48.030)	(837)	(120.101)
Perdas (ganhos) atuariais	16.781	(88.763)	(1.782)	(73.764)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	471.863	638.517	11.490	1.121.870
Despesa reconhecida no resultado	42.898	56.939	1.025	100.862
Contribuições pagas	(54.127)	(43.384)	(780)	(98.291)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	(124.613)	(109.944)	(2.211)	(236.768)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	336.021	542.128	9.524	887.673
			31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			49.675	71.026
Passivo não circulante			837.998	1.050.844

(1) A redução do passivo deve-se, essencialmente, às variações observadas nas premissas atuariais utilizadas. Mais detalhes no decorrer dessa nota explicativa.

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$100.147 no exercício de 2024 (R\$114.795 no exercício de 2023), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$715 no exercício de 2024 (R\$4.494 no exercício de 2023).

Valores reconhecidos nas demonstrações de resultados:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	304	1.263	27	1.594
Juros sobre a obrigação atuarial	230.670	55.676	998	287.344
Rendimento sobre os ativos do plano	(188.076)	-	-	(188.076)
Despesa total em 2024 conforme cálculo atuarial	42.898	56.939	1.025	100.862

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	74	2.327	60	2.461
Custo do serviço passado	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Juros sobre a obrigação atuarial	281.862	79.026	1.443	362.331
Rendimento sobre os ativos do plano	(224.680)	-	-	(224.680)
Despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	57.256	61.062	971	119.289

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2025 é como segue:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	219	751	18	988
Juros sobre a obrigação atuarial	265.292	63.584	1.116	329.992
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(223.976)	-	-	(223.976)
Estimativa da despesa total em 2025 conforme cálculo atuarial	41.535	64.335	1.134	107.004

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2025 é como segue:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	243.415	46.180	830	290.425

A Cemig GT tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2025 no montante de R\$19.773 para amortização de *déficit* do Plano A e R\$23.726 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	53.356	9.671	171	63.198
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(49.224)	(9.921)	(169)	(59.314)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	183.851	49.356	882	234.089
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(159.626)	(45.380)	(798)	(205.804)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
8,68	10,71	10,60	10,60

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

	2024	2023
Ações	238.430	298.310
Títulos de renda fixa	1.453.682	1.664.994
Imóveis	106.205	97.961
Outros	184.326	139.996
Total	1.982.643	2.201.261

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Cemig GT e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

	2024	2023
Debêntures não conversíveis emitidas pela Cemig GT	2.808	-
Imóveis da Forluz ocupados pela Cemig GT	48.321	59.125
	51.129	59.125

Principais premissas atuariais

	2024		2023	
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial (1)	12,30%	12,30%	9,03%	9,07%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,30%	Não aplicável	9,03%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	4,50%	3,50%	3,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	4,50%	Não aplicável	3,50%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1,00%	-	1,00%

(1) Taxas de desconto nominais baseadas na projeção NTN-b com vencimento próximo ao vencimento da obrigação (*duration*).

A Cemig GT não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

19. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70.412	-	312.001	4.737	9.387	396.537
Adições	17.641	-	28.945	1.888	8.133	56.607
Reversões	-	-	-	(20)	(8.809)	(8.829)
Liquidações	(12.272)	-	(501)	(1.539)	(8.134)	(22.446)
Saldo oriundo de incorporação	-	-	-	-	388	388
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.781	-	340.445	5.066	965	422.257
Adições	17.338	65.729	6.578	609	7.827	98.081
Reversões	(13.978)	-	(64.274)	-	(463)	(78.715)
Liquidações	(17.338)	(2.134)	(507)	-	(706)	(20.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.803	63.595	282.242	5.675	7.623	420.938

Adicionalmente, há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que os assessores legais da Companhia as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	2024	2023
Trabalhistas	47.942	60.776
Cíveis		
Relações de consumo	19.807	31.940
Outras ações cíveis	70.582	63.661
	90.389	95.601
Tributárias	690.260	474.379
Regulatórias	1.163.024	886.635
Outras	326.679	523.746
Total	2.318.294	2.041.137

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da obrigação é de R\$177.734 (R\$109.223 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$2.238 foi provisionado (R\$2.658 em 31 de dezembro de 2023).

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

Em maio de 2024, foi publicada a decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, em que a 4ª Vara da Justiça Federal julgou procedente, com resolução de mérito, os embargos à execução fiscal de um dos processos judiciais referentes às contribuições previdenciárias sobre a PLR. Essa decisão determinou o cancelamento da cobrança e a extinguiu a execução fiscal. Devido à materialidade do valor envolvido nesse caso, a Companhia considerou esse evento um direcionador para reavaliar a probabilidade de perda de provável para possível para os processos judiciais que tinham obtido decisões favoráveis em 1ª instância, levando a uma reversão de R\$71.019, em 30 de junho de 2024. Os demais processos relacionados à contribuição previdenciária sobre a PLR mantiveram o prognóstico de perda provável e, com isso, o respectivo provisionamento.

O montante das obrigações é de R\$540.816 (R\$457.453 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$245.130 foi provisionado (R\$302.941 em 31 de dezembro de 2023), sendo esta estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos colaboradores, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$28.716, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com

provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante da obrigação é de R\$78.237 (R\$75.268 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$34.874 (R\$33.549 em 31 de dezembro de 2023) foi provisionado.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da obrigação é de R\$34.996 (R\$42.508 em 31 de dezembro de 2023) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor do passivo contingente é de R\$23.326 (R\$21.920 em 31 de dezembro de 2023). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia entre os exercícios de 2008 a 2018 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); iii) multas por infrações de naturezas diversas; iv) amortização de ágio; e v) despesas com inovação tecnológica. O montante do passivo contingente é de R\$117.393 (R\$108.452 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus colaboradores e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz. O montante das obrigações é de R\$109.745 (R\$136.557 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$61.803 foi provisionado (R\$75.781 em 31 de dezembro de 2023).

Relações de consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$26.609 (R\$31.940 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$6.802 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações com grandes consumidores – Compra e venda de energia elétrica

Em junho de 2024, houve a reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável, de ação judicial ordinária contra a Companhia, a qual requer a declaração de nulidade da cláusula de multa por rescisão contratual de compra e venda de energia elétrica no mercado livre, bem como a restituição dos valores pagos pela parte autora. Adicionalmente, foi julgado parcialmente procedente o pedido de reduzir o valor da multa rescisória e de afastar a incidência de “*spread*” no cálculo da dívida. O montante da obrigação, recalculado após a decisão, é de R\$56.779, em 31 de dezembro de 2024.

Outras ações cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$70.596 (R\$63.660 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$14 foram provisionados.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da obrigação é de R\$49.944 (R\$63.084 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$5.675 foi provisionado (R\$5.066 em 31 de dezembro de 2023).

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$680.844 (R\$594.151 em 31 de

dezembro de 2023). A Companhia obteve em 9 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos Clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2023 montam em R\$274.693 (R\$234.466 em 31 de dezembro de 2023). A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Procedimento Arbitral

A Companhia é ré de procedimento arbitral relacionado à discussão sobre contrato de compra e venda de energia elétrica no ambiente livre de comercialização. Entre os pontos discutidos destacam-se a forma de faturamento, as faturas em atraso e se o contrato continua vigente. Para esse último ponto, caso não esteja vigente, haverá apuração de quem causou a sua resolução. O valor da contingência é de R\$163.218, em 31 de dezembro de 2024, sendo a probabilidade de perda classificada como possível, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. O montante da obrigação é de R\$129.576 (R\$54.257 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$ foi provisionado (R\$965 em 31 de dezembro de 2023). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito às discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. Em agosto de 2024, houve a alienação da participação societária da Companhia na Aliança Energia para a Vale S.A. na modalidade de negociação de "Porteira Fechada", exonerando a Companhia de qualquer eventual indenização relativa à Aliança. O valor do passivo contingente em discussão estava estimado em R\$158.769 (R\$148.656 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$91.272 (R\$92.898 em 31 de dezembro de 2023), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ("IDPJ") de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. Em setembro de 2024, houve a extinção do processo judicial, homologado por sentença, após transação entre as partes envolvidas. O montante do passivo contingente em discussão era estimado em R\$R\$146.485 (R\$127.048 em 31 de dezembro de 2023).

Desocupação de moradias sob linhas de alta tensão

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais, como réis, referentes a pedidos de cadastramento socioeconômico remoção, reassentamento e, eventualmente, indenização de reocupação das áreas degradadas pelas ocupações, especialmente nos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia. A Companhia entende que compete aos municípios a ordenação do espaço urbano, a elaboração de políticas de habitação e, conseqüentemente, a eventual obrigação de levantamento das famílias residentes sob linhas da Companhia e o reassentamento dessa população. Os valores de contingência para esses processos têm por base os pedidos formulados pelo Ministério Público. O montante do passivo contingente em discussão foi estimado em R\$113.466 em 31 de dezembro de 2024 (R\$101.864 em 31 de dezembro de 2023).

20. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Composição das obrigações especiais	Amortização - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Em serviço		(357.263)	(95.837)	(453.100)	(334.648)
Participação da União, Estados e Municípios		(10)	-	(10)	(10)
Participação financeira do consumidor		(351.621)	(95.744)	(447.365)	(328.977)
Doações e subvenções destinadas a invest. no serviço concedido		(201)	(93)	(294)	(230)
Pesquisa e desenvolvimento		(5.431)	-	(5.431)	(5.431)
(-) Amortização acumulada - AIS	3,49%	70.551	50.593	121.144	79.818
Participação financeira do consumidor		70.454	50.513	120.967	79.675
Doações e subvenções destinadas a invest. no serviço concedido		97	80	177	143
Em curso		(4.735)	-	(4.735)	(11.994)
Participação da união, estados e municípios		(105)	-	(105)	(105)
Participação financeira do consumidor		(557)	-	(557)	(7.816)
Pesquisa e desenvolvimento		(4.010)	-	(4.010)	(4.010)
Valores pendentes de recebimento		(63)	-	(63)	(63)
Total		(291.447)	(45.244)	(336.691)	(266.824)

Movimento das obrigações especiais	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferências	Reavaliação	Saldo em 31/12/2024
Em serviço	(334.648)	-	(49.162)	(69.290)	(453.100)
Participação da união, estados e municípios	(10)	-	-	-	(10)
Participação financeira do consumidor	(328.977)	-	(49.162)	(69.226)	(447.365)
Doações e subvenções destinadas a invest. no serviço concedido	(230)	-	-	(64)	(294)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.431)	-	-	-	(5.431)
(-) Amortização Acumulada - AIS	79.818	14.180	-	27.146	121.144
Participação Financeira do Consumidor	79.675	14.171	-	27.121	120.967
Doações e subvenções destinadas a invest. no serviço concedido	143	9	-	25	177
Em serviço líquido de amortização	(254.830)	14.180	(49.162)	(42.144)	(331.956)
Em curso	(11.994)	(41.903)	49.162	-	(4.735)
Participação da União, Estados e Municípios	(105)	-	-	-	(105)
Participação Financeira do Consumidor	(7.816)	(41.903)	49.162	-	(557)
Pesquisa e Desenvolvimento	(4.010)	-	-	-	(4.010)
Valores Pendentes de Recebimento	(63)	-	-	-	(63)
Total	(266.824)	(27.723)	-	(42.144)	(336.691)

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$5.473.724 (R\$5.473.724 em 31 de dezembro de 2023), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

b) Lucro Regulatório básico e diluído por ação

O lucro regulatório por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2024	2023
Quantidade de ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro regulatório do exercício	2.711.548	2.198.517
Lucro regulatório por ação – básico e diluído (em R\$)	0,94	0,76

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido societário do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

No exercício de 2024 foram declarados, pela Diretoria Executiva, JCPs a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2024, no limite permitido pela legislação e pelo Estatuto da Cemig GT, conforme segue:

Data da deliberação	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
11/03/2024	161.319	(24.198)
18/06/2024	168.444	(25.267)
13/08/2024	177.667	(26.650)
23/12/2024	235.215	(35.282)
	742.645	(111.397)

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

O cálculo dos dividendos societários para os exercícios de 2024 e 2023 é conforme segue:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido societário do exercício	3.692.313	2.402.666
Dividendo obrigatório – 50% do lucro líquido societário	1.846.157	1.201.333
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	111.397	96.181
	1.957.554	1.297.514
Dividendos declarados		
Juros sobre capital próprio	742.645	641.205
Dividendos intermediários	821.726	-
Dividendos estatutários	393.183	656.309
Dividendos adicionais propostos	1.500.659	49.693
	3.458.213	1.347.207

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.406.958
Proposta dividendos	656.309
Declaração de Juros sobre capital próprio	641.205
IR sobre juros sobre capital próprio	(96.181)
Pagamento dividendos e JCP	(1.042.728)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.565.563
Dividendos adicionais aprovados em AGE	272.628
Proposta dividendos	393.183
Declaração de Juros sobre capital próprio	742.645
Dividendos intermediários	821.726
IR sobre juros sobre capital próprio	(111.397)
Pagamento dividendos e JCP	(2.940.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	744.133

d) Destinação do Resultado Societário de 2024

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido societário de 2024, no montante de R\$3.692.313, e do saldo credor de realização do custo atribuído de imobilizado, no montante de R\$10.643:

- R\$181.451 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R\$1.957.554 sejam destinados ao pagamento dos dividendos, conforme abaixo:
 - R\$742.645 por meio de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”);
 - R\$821.726 para pagamento de dividendos intermediários;
 - R\$393.183 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$63.292 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene; e
- R\$1.500.659 sejam destinados ao pagamento de dividendos adicionais.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2025.

e) Reservas

Reservas de Lucros

A composição da conta reservas de lucros, apresentada nessas demonstrações contábeis regulatórias, é demonstrada como segue:

	2024	2023
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	712.076	530.625
Reserva Incentivos Fiscais – SUDENE (1)	150.213	86.921
Reserva de retenção de lucros societária	5.343.718	4.115.687
Absorção de prejuízos regulatórios	(3.572.708)	(2.484.259)
Reserva de retenção de lucros regulatória	1.771.010	1.631.428
	2.633.299	2.248.974

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Incentivos Fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

Reserva de Retenção de Lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego que consistem dos ganhos ou das perdas resultantes das mensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial e da Base de Remuneração Regulatória – BRR.

Os ajustes de avaliação patrimonial estão demonstrados na tabela a seguir:

	2024	2023
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados (nota 18)	(271.194)	(427.461)
Ajustes de reavaliação - BRR (nota 12)	958.609	204.462
Ajustes de avaliação patrimonial	687.415	(222.999)

22. RECEITAS

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Nº consumidores		MWh (1)		2024	2023
	2024	2023	2024	2023		
Fornecimento faturado	3.698	2.795	11.821.300	13.341.123	3.036.023	3.701.938
Industrial	1.436	941	7.986.089	9.608.957	2.092.122	2.741.618
Comercial	2.250	1.844	3.785.943	3.713.443	931.330	955.128
Rural	12	10	49.268	18.723	11.614	5.192
Poder público	4	-	3.947	-	957	-
Fornecimento - não faturado	-	-	-	-	(57.691)	(75.970)
Suprimento faturado (2)	146	127	6.912.201	7.978.748	1.794.410	1.921.980
Suprimento - não faturado	-	-	-	-	(2.797)	12.301
Total fornecimento/suprimento	3.844	2.922	18.733.501	21.319.871	4.769.945	5.560.249
Uso da rede elétrica de transmissão faturado (a)	-	-	-	-	1.665.528	1.498.470
Energia elétrica de curto prazo (b)	-	-	-	-	20.644	55.505
Total	3.844	2.922	18.733.501	21.319.871	6.456.117	7.114.224

(1) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes.

a) Receita de uso da rede elétrica de transmissão

Corresponde à parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

b) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

c) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
Tributos		
ICMS	336.211	410.882
Cofins	442.351	492.726
Pis/Pasep	96.036	106.973
ISSQN	28	68
	874.626	1.010.649
Encargos		
Reserva global de reversão – RGR	5.411	8.951
Conta de desenvolvimento energético – CDE	254.440	259.059
CDE sobre P&D	4.118	3.688
Proinfra	57.966	62.874
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	30.196	27.050
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	11.305	9.254
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos - CFURH	60.977	39.259
	424.413	410.135
	1.299.039	1.420.784

23. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de curto prazo - CCEE	165.614	88.594
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.954.085	2.648.971
Créditos de PASEP/COFINS	(193.026)	(252.668)
	1.926.673	2.484.897
Encargos de uso da rede básica de transmissão		
Encargos de transmissão - Rede básica	261.120	226.759
Encargos de distribuição	21.678	11.358
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(25.755)	(21.973)
	257.043	216.144
	2.183.716	2.701.041

24. CUSTOS GERENCIÁVEIS

a) Pessoal e administradores

	2024	2023
Pessoal	502.635	463.475
Remuneração	194.697	197.457
Encargos	71.247	71.699
Previdência privada - corrente	20.521	20.127
Benefício pós-emprego - previdência privada	42.183	50.597
Programa de demissão voluntária	10.036	(676)
Despesas rescisórias	2.259	242
Participação nos lucros e resultados - PLR	36.288	39.508
Estagiários e programas de iniciação ao trabalho	1.293	765
Outros benefícios - corrente	33.066	36.192
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	57.964	62.034
Outros (recuperação de despesa)	33.081	(14.470)
Administradores	(45.974)	3.052
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	5.710	4.210
Benefícios dos administradores	539	467
Outros	(52.223)	(1.625)
	456.661	466.527

b) Serviços de terceiros

	2024	2023
Comunicação	88	59
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	49.658	26.238
Conservação e limpeza de prédios	26.320	23.772
Mão de Obra Contratada	5.803	5.345
Fretes e passagens	1.718	1.676
Hospedagem e alimentação	6.638	6.254
Vigilância	5.146	4.632
Consultoria	4.039	9.122
Auditoria externa	337	629
Tecnologia da informação	27.375	29.808
Energia elétrica	1.123	1.226
Meio ambiente	11.503	10.153
Limpeza de faixas	14.357	9.939
Serviços advocatícios e custas processuais	4.598	4.939
Outros	22.876	13.577
	181.579	147.369

c) Provisões operacionais

	2024	2023
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(3.725)	5.650
Perda por redução ao valor recuperável	45.949	-
Reversão de perda estimada com parte relacionada	15.773	-
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	3.360	17.641
Cíveis	65.729	-
Tributárias	(57.696)	28.847
Regulatórias	609	1.860
Outras	(50.471)	(676)
	(38.469)	47.672
	19.528	53.322
Opção de venda SAAG	-	57.801
	19.528	111.123

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	162.999	138.995
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	5.094	9.551
Variação monetária	26.708	134.514
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	9.701	10.960
Variações cambiais de empréstimos (nota 16)	-	276.687
Ganhos com inst. financeiros derivativos (nota 27)	146.577	-
Outras	20.802	23.392
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(10.234)	(14.738)
	361.647	579.361
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 16)	(332.597)	(529.238)
Amortização dos custos de transação (nota 16)	(2.170)	(5.845)
Variação monetária – Forluz	(715)	(4.494)
Variação monetária – Empréstimos e debêntures (nota 16)	(16.179)	(13.613)
Variações monetárias	(5.521)	(413)
Variações cambiais de empréstimos (nota 16)	(463.887)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 27)	-	(177.326)
Variação monetária de arrendamento (nota 13)	(5.081)	(6.805)
Outras	(12.336)	(9.441)
	(838.486)	(747.175)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(476.839)	(167.814)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na nota explicativa nº 11. Já os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(10.614)	(45.674)
Aliança Geração	-	-	-	10.306	-	-	(62.690)	(105.521)
Paracambi	-	-	3.065	2.211	-	-	(30.828)	(29.584)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	4.440	3.286	-	-	(45.730)	(46.856)
Cemig Distribuição	7.928	8.603	-	-	42.911	41.363	(1.550)	(1.980)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de

energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição	15.690	13.483	-	-	125.317	106.063	-	-
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	28.928	19.789	2.319	1.118	322.738	253.412	(12.143)	(10.295)
Aliança	-	-	-	-	1.181	938	-	-
Norte Energia	8.463	2.668	-	-	28.609	28.609	-	-
Taesa	-	-	161	1.330	300	-	(2.047)	(14.648)

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Distribuição	10.259	203	-	-	12.113	134	-	-
Companhia Energética de Minas Gerais	-	2.271	-	-	-	2.271	-	-

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Prestação de serviço

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Aliança Geração	-	539	-	-	8.045	6.238	-	-
Taesa	127	435	-	-	1.880	1.814	-	-

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão.

Processos judiciais

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Aliança Geração	-	-	-	57.835	-	-	-	(2.930)

Refere-se a obrigações contratuais perante a até então investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do

fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. Em 27 de março de 2024, foi celebrado o CCVA para alienação da participação detida pela Cemig GT no capital social da Aliança Geração para a Vale S.A.. Em 13 de agosto de 2024, com a conclusão da alienação, a Vale S.A. e a Cemig GT, em conjunto, celebraram um termo de acordo para extinção e quitação dessas contingências, o que resultou na reversão da provisão, em agosto de 2024.

Juros sobre capital próprio e dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	744.132	1.550.152	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	39	-	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R\$744.132. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 24.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	46.581	206.804	-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	104.412	453.969	-	-	3.713	13.843	-	-
Não circulante								
Investimentos temporários	39.381	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Investimentos temporários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Arrendamentos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	3.625	5.219	-	-	(5.179)	(6.954)
Não circulante								
Arrendamento operacional	36.843	37.623	40.193	36.910	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Em 27 de março de 2024 a Companhia firmou termo aditivo para devolução de 5 andares do Edifício Júlio Soares, alteração de valores de locação e retirada da Gasmig e Cemig Sim do

contrato. A nova data-base do contrato teve início em 1 de abril de 2024, com vigência até março de 2029, sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses.

Benefícios pós-emprego

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	12.309	28.954	-	-	(42.898)	(57.256)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(22.683)	(21.589)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(8.739)	(8.667)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	323.713	442.909	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	44.169	48.874	-	-	(57.964)	(82.856)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	507.483	601.133	-	-	-	-

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 18);
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 18).

Dividendos a receber	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Cemig Geração Sul S.A.	-	9.719
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	1.627
Cemig Trading S.A.	-	2.459
Hidrelétrica Pipoca	38	-
	38	13.805

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	5.380	5.063
Participação nos resultados	1.664	1.170
Previdência privada	537	460
Planos de saúde e odontológico	33	32
Seguro de vida	6	6
Total (1)	7.620	6.731

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Investimentos temporários		64.643	64.643	16.155	16.155
Consumidores, Revendedores e Concessionários Transporte de Energia		580.149	580.149	674.879	674.879
Indenizações a Receber – Transmissão		451.505	451.505	535.892	535.892
		1.096.297	1.096.297	1.226.926	1.226.926
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	1	167.090	167.090	296.623	296.623
Investimentos Temporários					
Certificados de depósitos bancários	2	-	-	43.342	43.342
Letras Financeiras – Bancos	2	81.762	81.762	279.814	279.814
Letras Financeiras do Tesouro	1	21.188	21.188	126.171	126.171
Debêntures	2	1.462	1.462	4.642	4.642
		271.502	271.502	750.592	750.592
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	2	-	-	368.051	368.051
Indenizações a Receber – Geração	3	870.535	870.535	784.055	784.055
		870.535	870.535	1.152.106	1.152.106
		2.238.334	2.238.334	3.129.624	3.129.624
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, e Debêntures		-	-	(2.868.093)	(2.868.093)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		-	-	(20.433)	(20.433)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - Forluz		-	-	(117.879)	(117.879)
Concessões a Pagar		(27.428)	(27.428)	(27.602)	(27.602)
Fornecedores		(328.136)	(328.136)	(441.735)	(441.735)
Arrendamentos		(69.964)	(69.964)	(78.786)	(78.786)
		(425.528)	(425.528)	(3.554.528)	(3.554.528)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classificam os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da

transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de Call Spread: Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 118,73% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 7,62% a CDI + 1,79%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros

Operações de Swap, opções de moeda e NDF

Considerando que parte dos empréstimos da Cemig GT era denominada em moeda estrangeira, ela utilizou de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

Os ganhos e perdas realizados nos exercícios de 2024 e de 2023 estão demonstrados a seguir:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Produto	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado no exercício de 2024	Ganho/(Perda) realizado no exercício de 2023
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US\$120.000	212.367	96.820
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US\$261.110	302.261	87.316
US\$ variação cambial superior a R\$5,1110	US\$ variação cambial superior a R\$5,1110	13 de abril de 2023 05 de dezembro 2023	NDF	Balcão	US\$392.344	-	(79.197)
US\$ variação cambial superior a R\$4,9675	US\$ variação cambial superior a R\$4,9675	05 de dezembro de 2023 19 de dezembro 2023	NDF	Balcão	US\$376.550	-	(38.108)
					US\$381.110	514.628	66.831

Em junho de 2024, aconteceu a liquidação semestral de juros do swap, com resultado negativo de R\$6.524 e saída de caixa nesse mesmo valor.

Em 5 de dezembro de 2024, ocorreu a liquidação das operações de hedge, no montante de US\$381.110 mil, com resultado positivo de R\$521.152 e entrada líquida de caixa de R\$442.979.

Nesse contexto, a Cemig GT não possui instrumentos financeiros derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Mais detalhes sobre a liquidação dos Eurobonds na nota explicativa nº 16.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa. Os cenários para a análise de sensibilidade foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Risco de Taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia está exposta aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter ativos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

	2024	2023
Ativos		
Equivalentes de Caixa - aplicações (nota 5)	167.090	296.623
Investimentos temporários – CDI/Selic (nota 6)	169.055	470.124
Indenização da geração - CDI/Selic (nota 12)	870.535	784.055
	1.206.680	1.550.802
Passivos		
Empréstimos e Debêntures – CDI (nota 16)	(703.560)	(703.092)
	(703.560)	(703.092)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	503.120	847.710

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2025, a taxa Selic será de 15%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais	2024	2025	
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 15,00%	Cenário Adverso SELIC 10,25%
Ativos			
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	167.090	192.154	184.217
Investimentos temporários – CDI/Selic (nota 6)	169.055	194.413	186.383
Indenização da geração - CDI/Selic (nota 12)	870.535	1.001.115	959.765
	1.206.680	1.387.682	1.330.365
Passivos			
Empréstimos e Debêntures – CDI (nota 16)	(703.560)	(809.094)	(775.675)
	(703.560)	(809.094)	(775.675)
Ativos Líquidos	503.120	578.588	554.690
Efeito Líq. da Variação das Taxas de Juros		75.468	51.570

Risco de Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2024, sendo parte de seus empréstimos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos

contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de redução da inflação em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Ativos		
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 12)	451.505	535.892
	451.505	535.892
Passivos		
Empréstimos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(332.268)	(315.950)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 16)	-	(20.433)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 18)	-	(117.879)
Passivo de arrendamento (nota 13)	(69.964)	(78.786)
	(402.232)	(533.048)
Ativo líquido exposto	49.273	2.844

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2025, a taxa IPCA será de 4,50%. No que se refere ao risco de inflação, a Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas em um cenário adverso.

Risco - Redução da inflação	2024	2025	
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Adverso
		IPCA 4,50%	IPCA 3,74%
Ativos			
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 12)	451.505	471.823	468.391
	451.505	471.823	468.391
Passivos			
Empréstimos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(332.268)	(347.220)	(344.695)
Passivo de arrendamento (nota 13)	(69.964)	(73.112)	(72.581)
	(402.232)	(420.332)	(417.276)
Ativo líquido exposto	49.273	51.491	51.115
Efeito Líquido da Variação da inflação		2.218	1.842

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas*											
Empréstimos e debêntures	-	-	-	-	233.333	117.659	865.605	202.940	-	-	1.419.537
Concessões a pagar	350	-	710	-	3.117	-	13.802	-	15.487	-	33.466
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.066	545	2.161	1.081	10.236	4.714	68.781	18.280	46.932	3.412	157.208
	1.416	545	2.871	1.081	246.686	122.373	948.188	221.220	62.419	3.412	1.610.211
Pré-fixadas											
Fornecedores	390.190	-	4.653	-	2.333	-	-	-	-	-	397.176
	391.606	545	7.524	1.081	249.019	122.373	948.188	221.220	62.419	3.412	2.007.387

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 13.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 16.

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual,

junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2024, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$35.654 (R\$35.080 em 2023).

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$800 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

- (1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
- (2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

28. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

a) Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, foi publicado edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) (1)	Garantia física (MWm) (1)	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,28		
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,32		
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

- (1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 13 de setembro de 2023, a Cemig GT e sua subsidiária integral Horizontes, assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ativos (“CCVA”) com a Mang Participações e Agropecuária LTDA (“MANG”), vencedora do leilão.

A alienação foi concluída em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. O valor recebido pela venda foi de R\$101 milhões.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em março de 2024:

Preço de venda total	100.886
(-) Saldo do ativo mantido para venda em 29/02/2024, antes da alienação	(57.897)
Ganho de capital	42.989
IRPJ e CSLL (1)	(17.977)
Impacto líquido da Demonstração de Resultado	25.012

(1) Os tributos foram calculados sobre o ganho de capital tributário, o qual não considera o saldo de custo atribuído.

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.

Em janeiro de 2025, foi proferida sentença procedente em relação à ação popular movida contra o edital de venda do Leilão público de alienação das 15 PCHs/ CGHs.

Em março de 2025, foi proferida nova sentença declarando a sentença anterior nula de pleno direito. Dessa forma, foi afastada a sentença que julgou procedente a ação popular movida contra o edital. A Cemig continuará atuando no processo, que conduzirá a nova sentença para apreciação do mérito

Até o momento, não houve impactos nas Demonstrações regulatórias da Companhia.

b) Aliança Geração

Em 27 de março de 2024, foi celebrado o CCVA para alienação da totalidade da participação direta de 45% no Capital Social da Aliança Geração para a Vale S.A (“Vale”).

Essa alienação foi negociada na modalidade de “Porteira Fechada” exonerando a Cemig GT de qualquer indenização relativa à Aliança Geração, aos seus ativos e passivos.

Após cumpridas as condições precedentes previstas no CCVA, como a aprovação da operação no CADE e na Aneel, ocorreu em 13 de agosto de 2024 o fechamento da operação, com a transferência das ações até então detidas pela Cemig GT à Vale e o pagamento do preço pela Vale, no valor de R\$2.736.817, equivalente ao valor da operação (R\$2.700.000 na data-base de 30 de junho de 2023), corrigido pelo CDI desde a data-base, descontado de dividendos pagos pela Aliança Geração à Cemig GT no período, que somam R\$298.778, em valores históricos.

A Cemig GT ainda fará jus a um valor adicional, correspondente a 45% dos valores das indenizações que porventura sejam recebidas pela Aliança Geração, relativo aos prejuízos advindos do evento relacionado à ruptura da barragem de rejeitos do Fundão (desastre de Mariana) envolvendo a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga), cujo valor de referência para fins do contrato é de R\$223 milhões, também a ser atualizado pelo CDI desde a data-base.

Como resultado da conclusão da transação, a Cemig GT reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em agosto de 2024:

Ganho de capital societário	
Preço de venda	2.736.817
(-) Despesas incorridas no fechamento da transação (1)	(1.341)
Valor do ativo mantido para venda em 31/07/2024	(1.118.565)
Ganho de capital societário líquido das despesas com a venda (A)	1.616.911
Ganho de capital tributário	
Preço de venda	2.736.817
Saldo contábil do investimento em 31/07/2024	(927.940)
(-) Despesas incorridas no fechamento da transação (1)	(1.341)
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda IRPJ e CSLL (34%) (B)	1.807.536
Valor justo do investimento em 31/07/2024 (2)	236.222
IRPJ e CSLL (34%) Diferido (C)	80.316
Impacto líquido na Demonstração do Resultado (A - B + C) (3)	1.082.664

(1) Estas despesas são referentes a serviços de assessoria financeira. Foram contabilizadas outras despesas no montante de R\$2.149 antes do fechamento da transação.

(2) Ganho referente à avaliação do valor justo do investimento na Aliança Geração, reconhecido em março 2015 quando do aporte dos ativos de geração. Esse ganho estava sendo amortizado com base no prazo médio de concessão dos ativos de geração.

(3) Os efeitos da alienação integram o resultado do segmento operacional de participações.

Essa alienação também está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de participações minoritárias do Grupo Cemig.

29. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Transferência onerosa de 4 PCH/UHes

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo do ativo classificado como mantido para venda, mensurados a valor justo, é como segue:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado e Intangível - Usinas	6.304	45.663
	6.304	45.663

Em 1 de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 PCHs/UHEs, sendo uma 1 PCH da Cemig GT e 3 UHEs de suas subsidiárias integrais, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig GT						
PCH Machado Mineiro	Autorização	1,7	1,1	Maio, 2027	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Leste						
UHE Sinceridade	Concessão	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Sul						
UHE Marmelos	Concessão	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Oeste						
UHE Martins	Concessão	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Total		14,8	6,0			

Em abril de 2024, foi realizada a classificação como mantidos para venda.

Em 27 de junho de 2024, a Companhia suspendeu o leilão, em função da ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado.

A Companhia reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital.

Em 23 de setembro de 2024, a Companhia republicou o leilão na B3 que tem como objeto a transferência onerosa das usinas Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbar Hidroenergia LTDA no valor de R\$52 milhões, o que representa um ágio de 78,8% em relação ao preço mínimo de R\$29,1 milhões.

Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig GT e suas subsidiárias Cemig Geração Leste, Cemig Geração Oeste e Cemig Geração Sul, assinaram o CCVA com a Âmbar Hidroenergia LTDA, vencedora do leilão.

O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento das condições suspensivas usuais, que incluem a obtenção das anuências da Aneel e do CADE.

A presente alienação está em linha com as diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações contábeis regulatórias, que incluem, principalmente, contratos de compra de energia de longo prazo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Compra de Energia	2.574.333.151	1.989.741.559	1.592.006.133	188.927.794	145.907.661	874.944.594	7.365.860.892

(1) Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2024.

31. REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA RECEITA ANUAL PERMITIDA

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente em 2024, ano em que ocorreu a revisão, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do terceiro e quarto ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- Considera-se como data-base do relatório de avaliação o último dia do mês de janeiro do ano da revisão tarifária do CRTP vigente;
- A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA entre a data-base do relatório de avaliação e a data da revisão tarifária.
- Considera-se como data-base da revisão, ou data da revisão, o dia primeiro de junho do ano da revisão periódica da concessionária, conforme estabelecido nos Contratos de Concessão.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de transmissão de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume a Base de Remuneração Regulatória – BRR em janeiro de 2023, a partir das quais foi homologado, pela Resolução Homologatória nº 3.344 de 09 de julho de 2024, o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP:

Resumo da Base de Remuneração Total (Parcelas R1, R3 e R4) – Contrato de Concessão nº 6, de 1997.	
Item Descrição	Valor Validado (final) R\$ Milhares
01. Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	9.456.470
02. Índice de Aproveitamento Integral	-
03. Obrigações Especiais Bruta	309.532
04. Bens Totalmente Depreciados	4.810.237
05. Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	4.336.701
06. Depreciação Acumulada	6.576.580
07. AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	2.879.890
08. Índice de Aproveitamento Depreciado	-
09. Valor da Base de Remuneração (VBR)	2.879.890
10. Almoarifado em Operação	1.100
11. Obrigações Especiais Líquida	215.862
12. Terrenos e Servidões	41.762
13. Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8) +(10)-(11) +(12)	2.706.890
14. Taxa de Depreciação	3,34%

32. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2024				2023			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		162.841	-	-	162.841	297.060	-	-	297.060
Consumidores e revendedores	32.1.5	249.782	-	188.713	438.495	310.590	-	229.844	540.434
Concessionários - transporte de Energia	32.1.5	328.779	-	(188.713)	140.066	362.048	-	(229.844)	132.204
Serviços em curso	32.2.6	18.618	(18.618)	-	-	10.944	(10.944)	-	-
Tributos compensáveis		30.153	-	-	30.153	41.100	-	-	41.100
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.941	-	-	2.941	427.019	-	-	427.019
Almoxarifado operacional	32.1.4	1.839	-	(1.839)	-	2.229	-	(2.229)	-
Investimentos temporários	32.1.1	129.675	-	(25.083)	104.592	470.124	-	(15.414)	454.710
Ativo de contrato	32.2.2	-	1.113.334	-	1.113.334	-	813.593	-	813.593
Ativo financeiro da concessão	32.2.1	-	237.752	-	237.752	-	227.411	-	227.411
Indenização da transmissão	32.2.3	154.279	(154.279)	-	-	147.486	(147.486)	-	-
Despesas pagas antecipadamente	32.1.7	2.609	-	(2.609)	-	2.326	-	(2.326)	-
Dividendos a receber		38	-	-	38	13.805	-	-	13.805
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	368.051	-	-	368.051
	32.1.1								
	32.1.2								
Outros ativos circulantes	32.1.4	52.405	44.540	32.567	129.512	52.251	44.044	24.278	120.573
	32.1.7								
		1.133.959	1.222.729	3.036	2.359.724	2.505.033	926.618	4.309	3.435.960
Bens destinados à alienação	32.1.2	3.036	-	(3.036)	-	4.309	-	(4.309)	-
Ativo não circulante mantido para venda		6.304	-	-	6.304	35.779	9.884	-	45.663
Total do circulante		1.143.299	1.222.729	-	2.366.028	2.545.121	936.502	-	3.481.623
Não circulante									
Consumidores		1.588	-	-	1.588	2.241	-	-	2.241
Tributos compensáveis		47.609	-	-	47.609	43.578	-	-	43.578
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		151.917	-	-	151.917	102.572	-	-	102.572
Depósitos judiciais e cauções		177.384	-	-	177.384	172.644	-	-	172.644
Investimentos temporários		39.380	-	-	39.380	-	-	-	-
Serviços em curso	32.2.6	2.770	(2.770)	-	-	5.761	(5.761)	-	-
Bens e direitos para uso futuro	32.1.6	72	-	(72)	-	70	-	(70)	-
Indenização da transmissão	32.2.3	297.226	(297.226)	-	-	388.406	(388.406)	-	-
Indenização da geração	32.2.3	870.535	(870.535)	-	-	784.055	(784.055)	-	-
Outros ativos não circulantes	32.1.6	65.659	2.795	72	68.526	51.654	5.787	70	57.511
	32.2.6								
Investimentos	32.2.1	3.421.854	539.865	-	3.961.719	4.381.886	501.531	-	4.883.417
	32.2.12								
Ativo financeiro da concessão	32.2.3	-	2.961.192	-	2.961.192	-	2.810.563	-	2.810.563
Ativo de contrato	32.2.2	-	5.139.584	-	5.139.584	-	3.732.625	-	3.732.625
	32.2.2								
Imobilizado	32.2.3	5.465.251	(3.642.933)	-	1.822.318	4.464.878	(2.258.938)	-	2.205.940
	32.2.4								

	Nota	2024				2023			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Intangível	32.2.2 32.2.3 32.2.4	1.814.475	(1.217.197)	-	597.278	1.979.821	(1.267.724)	-	712.097
Direito de uso	32.2.7	60.446	-	-	60.446	71.171	-	-	71.171
Total do não circulante		12.416.166	2.612.775	-	15.028.941	12.448.737	2.345.622	-	14.794.359
Ativo total		13.559.465	3.835.504	-	17.394.969	14.993.858	3.282.124	-	18.275.982

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2024				2023			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Circulante									
Fornecedores		328.136	-	-	328.136	441.735	-	-	441.735
Empréstimos, financiamentos e debêntures		237.001	-	-	237.001	1.858.013	-	-	1.858.013
Obrigações sociais e trabalhistas	32.1.3	71.368	-	(20.983)	50.385	92.518	-	(35.029)	57.489
Benefício pós-emprego		49.675	-	-	49.675	71.026	-	-	71.026
Impostos, taxas e contribuições	32.2.9	92.804	94.461	-	187.265	82.770	71.678	-	154.448
Encargos setoriais	32.2.6	110.825	(18.618)	-	92.207	115.952	(10.944)	-	105.008
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		744.133	-	-	744.133	1.565.563	-	-	1.565.563
Opções de venda (SAAG)		-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (swap)		-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	32.1.3	94.771	-	20.983	115.754	165.342	-	35.029	200.371
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	32.2.7	12.941	-	-	12.941	15.003	-	-	15.003
Total do circulante		1.741.654	75.843	-	1.817.497	4.407.922	60.734	-	4.468.656
Não circulante									
Empréstimos, financiamentos e debêntures		794.923	-	-	794.923	1.010.080	-	-	1.010.080
Benefício pós-emprego		837.998	-	-	837.998	1.050.844	-	-	1.050.844
Impostos, taxas e contribuições	32.2.9	-	471.602	-	471.602	-	340.213	-	340.213
Provisão para litígios		420.938	-	-	420.938	422.257	-	-	422.257
Tributos diferidos	32.2.10	526.230	754.144	-	1.280.374	232.591	601.054	-	833.645
Outros passivos não circulantes		49.570	-	-	49.570	39.858	-	-	39.858
Obrig. vinculadas à concessão do serv.público de energia elétrica	32.2.4	336.691	(336.691)	-	-	266.824	(266.824)	-	-
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	32.2.7	57.023	-	-	57.023	63.783	-	-	63.783
Total do não circulante		3.023.373	889.055	-	3.912.428	3.086.237	674.443	-	3.760.680
Total do passivo		4.765.027	964.898	-	5.729.925	7.494.159	735.177	-	8.229.336
Patrimônio líquido									
Capital social		5.473.724	-	-	5.473.724	5.473.724	-	-	5.473.724
Ajustes de avaliação patrimonial	32.2.2 32.2.3 32.2.4 32.2.10	687.415	(702.102)	-	(14.687)	(222.999)	62.688	-	(160.311)
Reservas de lucros	32.2.1 32.2.7 32.2.10 32.2.12	2.633.299	3.572.708	-	6.206.007	2.248.974	2.484.259	-	4.733.233
Total do patrimônio líquido		8.794.438	2.870.606	-	11.665.044	7.499.699	2.546.947	-	10.046.646
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.559.465	3.835.504	-	17.394.969	14.993.858	3.282.124	-	18.275.982

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2024				2023			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
RECEITA		6.456.117	344.947	(61.029)	6.740.035	7.114.224	212.690	(12.561)	7.314.353
Fornecimento de energia elétrica		2.978.332	-	-	2.978.332	3.625.968	-	-	3.625.968
Suprimento de energia elétrica	32.2.1	1.791.613	(242.673)	-	1.548.940	1.934.281	(138.023)	-	1.796.258
Energia elétrica de curto prazo		20.644	-	-	20.644	55.505	-	-	55.505
Receita de operações com transmissão de energia elétrica	32.1.9 32.2.2	1.665.528	(787.639)	(210.106)	667.783	1.498.470	(604.559)	(152.489)	741.422
Receita de construção	32.2.5	-	392.433	-	392.433	-	216.553	-	216.553
Receita de indenização da geração	32.1.12	-	-	86.480	86.480	-	-	92.595	92.595
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	32.2.2	-	573.788	-	573.788	-	505.431	-	505.431
Receita de atualização da bonificação pela outorga	32.2.1	-	317.163	-	317.163	-	139.599	-	139.599
Outras receitas	32.1.9 32.2.8	-	91.875	62.597	154.472	-	93.689	47.333	141.022
TRIBUTOS	32.2.9	(874.626)	(45.103)	-	(919.729)	(1.010.649)	(34.379)	-	(1.045.028)
ICMS		(336.211)	-	-	(336.211)	(410.882)	(151)	-	(411.033)
PIS/Pasep		(96.036)	(7.596)	-	(103.632)	(106.973)	(5.547)	-	(112.520)
Cofins		(442.351)	(34.989)	-	(477.340)	(492.726)	(25.551)	-	(518.277)
ISS		(28)	(2.518)	-	(2.546)	(68)	(3.130)	-	(3.198)
ENCARGOS		(424.413)	-	-	(424.413)	(410.135)	-	-	(410.135)
Pesquisa e Desenv. – P&D		(30.196)	-	-	(30.196)	(27.050)	-	-	(27.050)
Reserva global de reversão – RGR		(5.411)	-	-	(5.411)	(8.951)	-	-	(8.951)
Conta de desenvolv. econômico – CDE		(254.440)	-	-	(254.440)	(259.059)	-	-	(259.059)
CDE sobre P&D		(4.118)	-	-	(4.118)	(3.688)	-	-	(3.688)
Comp.financ. util.recur.hídricos - CFUHR		(60.977)	-	-	(60.977)	(39.259)	-	-	(39.259)
Tx. fisc. de serv energia elétrica – TFSEE		(11.305)	-	-	(11.305)	(9.254)	-	-	(9.254)
Proinfa		(57.966)	-	-	(57.966)	(62.874)	-	-	(62.874)
RECEITA LÍQUIDA		5.157.078	299.844	(61.029)	5.395.893	5.693.440	178.311	(12.561)	5.859.190
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(2.183.716)	-	-	(2.183.716)	(2.701.041)	-	-	(2.701.041)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.926.673)	-	-	(1.926.673)	(2.484.897)	-	-	(2.484.897)
Encargo transm., conexão e distribuição		(257.043)	-	-	(257.043)	(216.144)	-	-	(216.144)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		2.973.362	299.844	(61.029)	3.212.177	2.992.399	178.311	(12.561)	3.158.149
CUSTOS GERENCIÁVEIS		702.987	(386.447)	61.029	377.569	(785.228)	(103.174)	12.561	(875.841)
Pessoal e administradores		(456.661)	-	-	(456.661)	(466.527)	-	-	(466.527)
Materiais		(20.047)	-	-	(20.047)	(16.356)	-	-	(16.356)
Serviços de terceiros	32.1.11	(181.579)	-	(3.966)	(185.545)	(147.369)	-	(3.949)	(151.318)
Provisões		26.421	-	-	26.421	(111.123)	-	-	(111.123)
Perda por redução ao valor recuperável		(45.949)	-	-	(45.949)	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de ativo financeiro	32.2.3	-	-	-	-	-	-	-	-
	32.1.10								
	32.2.2								
Depreciação e amortização	32.2.3	(498.915)	246.871	(9.779)	(261.823)	(432.254)	185.902	(8.398)	(254.750)
	32.2.4								
Custo de construção	32.2.5	-	(261.200)	-	(261.200)	-	(154.078)	-	(154.078)

Arrendamentos e aluguéis	32.1.10	(11.561)	-	9.779	(1.782)	(8.411)	-	8.398	(13)
	31.2.7								
Seguros		(3.006)	-	-	(3.006)	(9.237)	-	-	(9.237)
Doações, contribuições e subvenções		(31.861)	-	-	(31.861)	(13.113)	-	-	(13.113)
Provisão para perda na alienação de bens e direitos	32.1.8	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas (reversões) na alienação de bens e direitos	32.1.8	200.114	(251.645)	51.531	-	(5.428)	2.428	3.000	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento		-	-	-	-	(2.930)	-	-	(2.930)
(-) Recuperação de despesas		611	-	-	611	3.977	-	-	3.977
Outros tributos		(2.301)	-	-	(2.301)	(1.935)	-	-	(1.935)
	32.1.8								
Gastos diversos (recuperação)	32.1.11	7.990	(21.565)	(7.306)	(20.881)	(20.305)	(4.017)	7.089	(17.233)
	32.2.3								
Indenização da transmissão	32.2.3	(84.387)	(63.122)	147.509	-	(34.127)	(71.029)	105.156	-
Indenização da geração	32.2.3	86.480	-	(86.480)	-	92.595	-	(92.595)	-
	32.1.12								
Ganho na alienação de investimento	31.2.3	1.651.477	(9.884)	-	1.641.593	318.795	-	-	318.795
Outras receitas operacionais	32.2.8	66.161	(25.902)	(40.259)	-	68.520	(62.380)	(6.140)	-
RESULTADO DA ATIVIDADE		3.676.349	(86.603)	-	3.589.746	2.207.171	75.137	-	2.282.308
Revisão Tarifaria Periódica, líquida		-	1.520.631	-	1.520.631	-	-	-	-
Equivalência patrimonial		260.737	38.334	-	299.071	626.361	97.324	-	723.685
Resultado financeiro		(476.839)	-	-	(476.839)	(167.814)	-	-	(167.814)
Receitas financeiras		361.647	-	-	361.647	579.361	-	-	579.361
Despesas financeiras	32.2.7	(838.486)	-	-	(838.486)	(747.175)	-	-	(747.175)
Resultado antes dos impostos		3.460.247	1.472.362	-	4.932.609	2.665.718	172.461	-	2.838.179
Impostos sobre o resultado	32.2.10	(748.699)	(491.597)	-	(1.240.296)	(467.201)	31.688	-	(435.513)
Resultado do exercício		2.711.548	980.765	-	3.692.313	2.198.517	204.149	-	2.402.666

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Nota	2024	2023
Patrimônio Líquido Societário		11.665.044	10.046.646
Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis			
Reavaliação - Custo Atribuído	32.2.3	(378.794)	(397.604)
	32.2.2		
Base de Remuneração Regulatória - BRR	32.2.3	1.297.984	175.926
	32.2.4		
Bonificação de Outorga - RBO	32.2.1	(69.457)	(69.457)
Bonificação de Outorga - RBO - Parcela incorporação	32.2.1	(924.186)	(924.186)
Ativos vinculados a concessão de transmissão	32.2.2	638.407	976.779
Equivalência patrimonial alocada diretamente ao PL	32.2.12	(232.711)	(232.711)
Equivalência patrimonial	32.2.12	(344.199)	(305.865)
Atualização do ativo financeiro conforme recebimento	32.2.12	(256.554)	(182.412)
Ajuste ativo de contrato	32.2.12	505.184	20.377
Ajuste revisão tarifária periódica da RAP	32.2.12	(1.735.586)	(214.955)
Ajuste IFRS 15/CPC 47	32.2.12	(1.832.932)	(1.832.932)
Bonificação da outorga - Efeitos do resultado	32.2.1	(165.450)	(34.507)
Tributos – IR/CS	32.2.10	627.688	474.600
Total de ajustes		(2.870.606)	(2.546.947)
Patrimônio Líquido Regulatório		8.794.438	7.499.699

e) Conciliação do resultado líquido societário e regulatório

	Nota	2024	2023
Lucro Líquido Societário		3.692.313	2.402.666
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Custo Atribuído Ganho Alienação	32.2.3	9.884	-
	32.2.2		
Baixa BRR	32.2.4	251.645	(2.428)
Remuneração financeira do ativo de contrato	32.2.2	(573.788)	(505.431)
Depreciação - Reavaliação do Custo Atribuído	32.2.3	8.926	9.239
	32.2.2		
Depreciação - base de remuneração regulatória (BRR)	32.2.4	(125.202)	(92.118)
	32.2.2		
Depreciação - Remuneração do Ativo Financeiro	32.2.2	(74.142)	(70.092)
Depreciação - bonificação da outorga	32.2.1	(56.453)	(32.931)
Amortização RBO	32.2.1	242.673	138.023
Atualização RBO	32.2.1	(317.163)	(139.599)
Ajuste indenização da transmissão e da geração	32.2.2	63.122	71.029
Ajuste revisão tarifária periódica da RAP	32.2.2	(1.520.631)	-
	32.2.2		
Margem receita de construção	32.2.5	(131.233)	(62.475)
	32.2.2		
Realização ativo de contrato KE	32.2.2	(401.494)	(105.157)
Realização ativo de contrato	32.2.2	1.189.828	716.803
Equivalência patrimonial	32.2.12	(38.334)	(97.324)
Impostos (IR/CS e PASEP/COFINS)		491.597	(31.688)
Total dos ajustes de práticas contábeis		(980.765)	(204.149)
Lucro Líquido Regulatório		2.711.548	2.198.517

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as políticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas contábeis internacionais IFRS *Accounting Standards* e a base de preparação das informações contábeis previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento (mensuração e classificação) ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço patrimonial e da demonstração de resultado.

As diferenças entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e nas demonstrações financeiras societárias são como segue:

32.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão demonstradas a seguir:

32.1.1 Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores estão apresentados em outros ativos circulantes.

32.1.2 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.29 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos circulantes.

32.1.3 Participação nos lucros e resultados

Na contabilidade regulatória os valores a pagar referentes às participações nos lucros e resultados são apresentados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”, conforme técnica de funcionamento 7.2.81 do MCSE.

Na contabilidade societária, estes valores estão apresentados na rubrica “Outros passivos circulantes” em função da imaterialidade.

32.1.4 Almoxarifado Operacional

Na contabilidade regulatória os valores correspondentes estes valores são apresentados em conta específica, na rubrica “almoxarifado operacional”, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.17 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica outros ativos circulantes.

32.1.5 Consumidores e concessionárias e permissionárias

Na contabilidade regulatória os valores correspondentes aos créditos referentes ao suprimento de energia elétrica a outras concessionárias, inclusive a comercialização de energia realizada no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (energia elétrica de curto prazo), são apresentados na rubrica “concessionárias, permissionárias e comercializadoras”, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.12 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica consumidores e revendedores.

32.1.6 Bens e direitos para uso futuro

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e direitos para uso futuro são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.38 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos não circulantes.

32.1.7 Despesas pagas antecipadamente

Na contabilidade regulatória os valores referentes às despesas pagas antecipadamente são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.23 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

32.1.8 Perdas na alienação e desativação de bens e direitos

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos ajustes estimados de perdas na realização do ativo devem ser registrados em rubrica específica de provisão para redução ao valor recuperável, conforme técnicas de funcionamento 7.2.229 a 7.2.232 do MCSE.

Na contabilidade societária, estes valores são apresentados na rubrica “Outras despesas”.

32.1.9 Receita de operações com transmissão de energia elétrica

Na contabilidade regulatória, o valor não arrecadado a título de encargos de uso do sistema de transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a RN-77/2004, devem ser registrados como receitas de disponibilização do sistema.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados no grupo de outras receitas.

32.1.10 Direito de uso

Na contabilidade societária, nos termos do IFRS 16/CPC 06 (R2), na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (“ativo de direito de uso”). Esse ativo é mensurado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados pelas remensurações do passivo.

Com a revisão das normas e instituição do MCSE de 2022, a Aneel passou a adotar as mesmas premissas societárias, conforme CPC 06/ IFRS 16, em relação aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica.

Na contabilidade societária, a amortização do direito de uso é apresentada no resultado na rubrica de Depreciação e amortização. Já na contabilidade regulatória, essa amortização é apresentada na rubrica de Arrendamentos e aluguéis, conforme técnica de funcionamento 7.2.219 do MCSE.

32.1.11 Despesas com comunicação e reprografia

Na contabilidade societária essas despesas são apresentadas na rubrica de serviços de terceiros.

Com a revisão das normas e instituição do MCSE de 2022, foi estabelecido que essas despesas devem ser contabilizadas na rubrica de Gastos diversos, conforme técnica de funcionamento 7.2.228 do MCSE. Assim, na contabilidade regulatória, esses valores são apresentados como Gastos diversos.

32.1.12 Indenização a receber da geração

Na contabilidade societária o valor referente à atualização financeira da indenização da geração é reconhecido como ativo financeiro em contrapartida ao resultado. Na Demonstração do Resultado do Exercício esse valor é apresentado juntamente com as demais receitas operacionais da Companhia.

Na contabilidade regulatória, essa atualização financeira é reconhecida em rubrica específica no Balanço Patrimonial, juntamente com o ativo de origem, em contrapartida ao grupo de Outras receitas na Demonstração do Resultado regulatório.

32.2 Ajustes de políticas contábeis

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão demonstrados a seguir:

32.2.1 Investimento nas usinas adquiridas no lote D do leilão 12/2015 - bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga, paga pela Companhia, referente às usinas do Lote D do leilão 12/2015, foi reconhecido, como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como amortização do ativo financeiro constituído. O impacto líquido dessas transações está apresentado, na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica ativo financeiro, reduzindo o valor do caixa gerado pelas atividades operacionais.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão, em observância ao Despacho Aneel nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016. Os valores recebidos são reconhecidos como receita de suprimento de energia. O impacto líquido dessas transações está apresentado, na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica intangível, compondo o valor do caixa gerado pelas atividades de investimento.

Em junho de 2016 os contratos de concessão tiveram as suas titularidades transferidas da Companhia para Sociedades de Propósitos Específicos –SPE, subsidiárias integrais da Companhia.

Em 2023, foram incorporadas, pela Cemig GT, as subsidiárias integrais Cemig Geração Salto Grande e Cemig Geração Três Marias. Desse modo, o total do ajuste da diferença de prática relativo a essas duas empresas, que antes era destacado na rubrica de investimentos, passou a afetar outras rubricas, detalhadas nos quadros principais desta nota explicativa.

32.2.2 Ativos vinculados à concessão – transmissão

Na contabilidade societária, quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Em conformidade ao previsto no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, na contabilidade societária é realizada a alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão e determinada taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente para o ativo de contrato, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão da transmissão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato quando os valores são faturados, representados pela Receita Anual Permitida (“RAP”).

32.2.3 Ativos vinculados à concessão

Geração – Indenização a receber - Custo atribuído

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

Na contabilidade societária o valor da receita de indenização da geração é reconhecido como ativo financeiro, e corresponde ao custo histórico, acrescido do custo atribuído decorrente da adoção inicial das normas internacionais além da atualização financeira do período.

Na contabilidade regulatória o valor da receita de indenização da geração é o resultado da diferença entre os saldos registrados no ativo imobilizado e intangível, ao custo incorrido pela sua formação acrescidos pela atualização financeira do período.

Transmissão - Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013

Na contabilidade societária a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos é classificada como ativo de contrato, uma vez que, os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive a mecanismos de controle de eficiência.

Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Na contabilidade regulatória, os saldos são ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e a receita registrada em conformidade à Receita Anual Permitida (RAP).

32.2.4 Obrigações especiais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, conforme técnica de funcionamento 7.2.103.

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas redutoras do ativo de contrato.

32.2.5 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

Na contabilidade societária os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

32.2.6 Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com as técnicas de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária é realizada a compensação entre ativo e o passivo e os valores são apresentados pelo líquido. Quando o resultado da compensação for um direito a receber o valor líquido será apresentado em outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização. Caso o valor líquido da compensação represente uma obrigação da Companhia, os valores serão apresentados no passivo circulante ou não circulante, na rubrica encargos regulatórios, considerando a sua expectativa de realização.

32.2.7 Operações de arrendamento

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 16/CPC 06 (R2) impactaram a mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (“ativo de direito de uso”) e um passivo para efetuar os pagamentos (“passivo de arrendamento”).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados pelas remensurações do passivo. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. As despesas de juros sobre o passivo de

arrendamento e as despesas de amortização do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

Na contabilidade regulatória, até 31 de dezembro de 2021, estes valores eram contabilizados diretamente no resultado do exercício. Com a revisão das normas e instituição do MCSE de 2022, a Aneel passou a adotar as mesmas premissas societárias, conforme CPC 06/ IFRS 16, deixando de existir diferenças a partir de 1º de janeiro de 2022. Os impactos decorrentes da adoção inicial da CPC 06 nas demonstrações regulatórias foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

32.2.8 Outras receitas operacionais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às rendas de prestação de serviços de operação e manutenção e os respectivos tributos devem ser reconhecidos como receitas de atividade não vinculada e apresentados como outras receitas operacionais, redutoras dos custos, conforme técnicas de funcionamento 7.2.186 e 7.2.190 do MCSE.

32.2.9 Impostos, taxas e contribuições

Na contabilidade societária é registrado o diferimento de PIS/Pasep e Cofins sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.

Na contabilidade societária, as receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto, em conformidade ao previsto no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato de cliente e no Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020. Mais informações na nota de conciliação nº 34.2.2.

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

32.2.10 Efeitos fiscais – Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais em linha com a técnica de funcionamento 7.2.37 do MCSE e refletiu os impactos tributários decorrentes dos ajustes de diferença de políticas contábeis mencionadas acima.

32.2.11 Segmentos Operacionais

Na contabilidade societária, a partir de 2021, em função da forma como a Administração monitora a composição dos segmentos, a Companhia reavaliou seus segmentos operacionais e passou a divulgar os segmentos de comercialização, participações e transações intersegmentos. Assim, nas demonstrações financeiras societárias consolidadas são apresentados os segmentos de geração, transmissão, comercialização, participações e transações intersegmentos, os quais refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Na contabilidade regulatória são apresentados os segmentos de geração, transmissão e atividade não vinculada em conformidade ao previsto no Manual de Contabilidade do Setor de Energia Elétrica.

32.2.12 Equivalência patrimonial

Na contabilidade societária, os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial, considerando o patrimônio líquido societário de cada investida ao final de cada período.

Na contabilidade regulatória, até 31 de dezembro de 2021, a equivalência patrimonial era mensurada de acordo com as normas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis societárias, diferentes das normas estabelecidas no MCSE.

Com a revisão das normas e instituição do MCSE de 2022, a Companhia passou a mensurar a equivalência patrimonial nas seguintes condições:

- (i) Com base nos valores apurados na contabilidade societária para as investidas que não elaboram Demonstrações Contábeis Regulatórias; e
- (ii) Com base nos valores apurados na contabilidade regulatória para as investidas que elaboram Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Os impactos decorrentes dessa alteração foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Acórdão na Ação Anulatória de vigência do Acordo Coletivo Específico de plano de saúde

Em 19 de fevereiro de 2025, foi publicado acórdão do julgamento ocorrido em 9 de dezembro de 2024 em Recurso Ordinário Trabalhista, pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos – SDC do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Essa decisão determinou a cessação, a partir de 31 de dezembro de 2023, da validade das cláusulas que determinavam a prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos da cláusula 17ª do acordo coletivo de trabalho de 2010 e cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho de 2016. Essas cláusulas garantiam a cobertura das suas obrigações com pagamento de benefício pós-emprego do plano de saúde (PSI), incluindo os aposentados e empregados ativos.

Não há nenhum registro contábil a ser realizado em decorrência dessa decisão neste momento.

Aquisição de Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita

Em 26 de fevereiro de 2025, a Cemig GT assinou o CCVA para aquisição da totalidade do capital social da Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita (ETTM) de propriedade do Grupo Fram Capital.

O preço negociado foi de R\$30 milhões e a RAP dos ativos é de R\$5,7 milhões. Os ativos de transmissão da ETTM estão conectados na Rede Básica de 230 kV de propriedade da Cemig, localizados na região do Vale do Aço, em Minas Gerais.

O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais nesse tipo de operação, dentre elas as anuências do CADE e da Aneel.

A aquisição está em linha com o Planejamento Estratégico da Cemig, que prevê o investimento em ativos de transmissão no estado de Minas Gerais.

Emissão de debêntures

Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig GT divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de 500 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de R\$500.000, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 18 de março de 2025, a Cemig GT concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures simples, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas 625 mil debêntures, caracterizadas como “Debêntures Verdes”, perfazendo o valor total de R\$625.000, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
Única	625.000	R\$625.000	CDI + 0,64% a.a.	1.826 dias	48º e 60º meses

Os recursos obtidos pela Cemig GT com a emissão das debêntures serão destinados para a gestão do fluxo de caixa da Companhia, compreendendo, mas não se limitando a operação da Cemig GT e o reembolso de investimentos por ela realizados, desde que estejam integralmente em linha com o Framework, para fins de qualificação das Debêntures como “Debêntures Verdes”.

Por fim, destaca-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu *rating* ‘AAA(bra)’ à Emissão.

Juros sobre Capital Próprio – JCP

Em 20 de março de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativo ao exercício de 2025, no montante de R\$223.162, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2026 e a segunda até 30 de dezembro de 2026.

* * * * *

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Sérgio Lopes Cabral
Vice-Presidente de Comercialização

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Participações e
Vice-Presidente de Geração e
Transmissão (interino)

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidência sem denominação

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração e Transmissão S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração e Transmissão S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a Nota 18 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis regulatórias.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários;- Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde;- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como da taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;- Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos

A Cemig Geração e Transmissão S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

Termo de Responsabilidade das Demonstrações Contábeis Regulatórias da Cemig Geração e Transmissão S.A.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2025.

Concessionária: Cemig Geração e Transmissão S.A.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.